

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO
BACHARELADO EM RELAÇÕES PÚBLICAS

Lohana Thereza da Costa

**A construção da cultura do estupro na Universidade de São Paulo: uma
análise das campanhas de comunicação organizacional para prevenção e
acolhimento dos casos de violência sexual no campus**

São Paulo,
2023

Lohana Thereza da Costa

A construção da cultura do estupro na Universidade de São Paulo: uma análise das campanhas de comunicação organizacional para prevenção e acolhimento dos casos de violência sexual no campus

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de bacharel em Relações Públicas.

Orientador: Profa. Dra. Maria Aparecida Ferrari

São Paulo
2023

Lohana Thereza Costa

A construção da cultura do estupro na Universidade de São Paulo: uma análise das campanhas de comunicação organizacional para prevenção e acolhimento dos casos de violência sexual no campus

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Relações Públicas.

Profa. Dra. Maria Aparecida Ferrari (Orientadora)

Profª Kalliandra Quevedo Conrad

Adriana Negreiros Dantas

São Paulo, 6 de julho de 2023

Costa, Lohana Thereza da

A construção da cultura do estupro na Universidade de São Paulo: : uma análise das campanhas de comunicação organizacional para prevenção e acolhimento dos casos de violência sexual no campus / Lohana Thereza da Costa; orientadora, Maria Aparecida Ferrari. - São Paulo, 2023. 187 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo / Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia

1. Cultura do estupro. 2. Universidade de São Paulo. 3. Violência sexual. 4. Campanhas de conscientização. I. Ferrari, Maria Aparecida. II. Título.

CDD 21.ed. -

659.2

AGRADECIMENTOS

Vim parar em São Paulo em 2018, um mês depois de ver meu nome na lista da Fuvest. Tudo o que eu tinha era uma cama de pallet, uma mala de viagem e um namorado que acabara de se tornar a distância, e as únicas pessoas que eu conhecia moravam a mais de 200 quilômetros de mim. Cinco anos depois, passei por empresas em que fiz amizades e conexões profissionais importantes, um apartamento só meu em que pago as contas, um namorado que vejo quase todo dia, amigos que se tornaram família e a vida que a pequena Lohis sonhava enquanto estudava numa baia de cursinho. Por isso, meu primeiro agradecimento é para mim: que mesmo quase desistindo de sonhar e às vezes completamente dopada pela vida cruel paulistana, nunca deixou de acreditar que o mundo foi feito para conquistar. A mim, meu muito obrigada.

Mas não cheguei aqui sozinha:

Um agradecimento especial aos meus pais, Luis e Sol, que me apoiaram completamente em todos os momentos e âmbitos possíveis dessa vida, mesmo torcendo o nariz. Nem todas as palavras da língua portuguesa seriam suficientes para demonstrar minha gratidão eterna aos puxões de orelha, lições de vida e sermões por telefone. Principalmente à Sol, a quem devo a honra de chamar de mãe, e me ensinou que ser mulher neste mundo é lutar, sempre. Vocês sempre serão meu lar, onde quer que eu esteja.

Outro agradecimento vai ao amor da minha vida, Matheus ou Ralph ou Tezi, com quem divido o apartamento, as camisetas, o gosto por reality shows de culinária, crises existenciais e um milhão de histórias pra contar. Obrigada pelas caronas, jantares e conversas, mas principalmente, pelo apoio incondicional (que precisei tantas e tantas vezes) e por me levantar em todos os sentidos. Te amo mais do que o coração permite.

Muito obrigada à professora Maria Aparecida Ferrari, uma profissional maravilhosa que me orientou de um jeito tão incrível e tão leve. Fazer esse trabalho ficou muito mais fácil com você.

Um obrigada aos meus amigos: Fêfê, Ma Grassi, Gi Teles, Lari, Ivanzinho, Babi, Nath, Let, Lil, Luana, Yuyu, Pilotinho, Duda, Brafa, JV, Brina, Luiza, Raíssa, Carol e Thaís e muitos outros que passaram pela minha vida nestes 5 anos e meio. Pelas risadas, perrengues e histórias malucas que me fizeram sentir em casa, mesmo muito longe dela.

Obrigada Dom João ou só João, pela irmandade de mais de 10 anos. Amo dividir o cérebro com você e ser sua amiga, ex namorada, confidente, rede de apoio e assessora oficial. Te amo além da vida. Esse trabalho também é pra você.

Agradecimento especial também vai aos entrevistados desta monografia: ao meu amigo Brisa, à Bulia diretora da CAO BIFE, à professora e grande especialista sobre o tema, Prof^a Dr^a Heloisa Buarque de Almeida, à coordenadora da Secretaria de Mulheres do SintUSP Patrícia Galvão, à Prof^a Dr^a Ana Elisa Bechara, diretora da Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento, à Prof^a Dr^a Ana Regina Martins Moreira, presidente da CAV-Mulheres da USP de Ribeirão Preto e ao Rodrigo Correia do Amaral, funcionário da vice-reitoria, que me recebeu tão bem.

Agradeço também ao meu amigo (e webnamorado de 10 anos) Luis que revisou essa monografia tão delicadamente. Obrigada pelo trabalho!

Um agradecimento final e mais importante às minhas duas inspirações para esta monografia: Adriana Negreiros, quem me inspirou a fazer esse trabalho pela escrita incrível, forte e essencial de “A vida nunca mais será a mesma”, e à CAO que presidi por dois anos. Ela me fez conhecer um monte de gente (inclusive eu mesma), me ensinou a colocar as mulheres em pauta nas festas universitárias mas principalmente a ver que o problema do assédio e violência sexual na USP está longe de ser solucionado.

A todas as 10.920 mulheres estupradas no Brasil durante a produção deste trabalho. Que ele seja um passo a mais para a segurança de todas nós.

RESUMO

O presente trabalho se trata de uma análise da construção da cultura do estupro no cenário da Universidade de São Paulo e qual o papel da comunicação no combate à violência e assédio sexual nos campi da instituição. Procura-se identificar, desde a perspectiva nacional até a uspiana, como ocorre a construção dessa cultura de violência e quais são as iniciativas voltadas para a prevenção e acolhimento dos casos feitos, para que alcancemos um espaço universitário mais seguro e com relações mais igualitárias e saudáveis para as mulheres.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se divide em três principais eixos.

Primeiramente, foi feita uma pesquisa bibliográfica acerca da cultura do estupro (NEGREIROS, 2021) e como ela foi construída ao longo de mais de 500 anos, analisando a definição de estupro segundo a lei (BRASIL, 1940) e como esse crime foi se encaixando na rotina do brasileiro por meio dos altos números de violência e baixos números de punição. Com esse cenário, foram criadas músicas e piadas sobre o tema, causando banalização e medo nas vítimas, que não denunciam o crime.

No segundo eixo, foi analisado, por meio de pesquisa bibliográfica, como essa cultura nacional acaba influenciando nas culturas organizacionais das universidades, que mesmo sendo institutos de inovação (SIQUEIRA, 2019) acabam seguindo padrões machistas tradicionais, acatando em altos números de violência em espaços elitizados e de alta educação, com análise dos relatórios da CPI dos Trotes (ALESP, 2015) e da pesquisa “Violência contra a mulher no ambiente universitário”, realizada pelo Instituto Avon/Data Popular (2015).

No último e terceiro eixo, foi feito o recorte da Universidade de São Paulo, por meio de análise da cultura de estupro na instituição. Para isso foram feitas duas principais pesquisas: análises e apontamentos na Pesquisa Interações na USP, empreendida pelo Escritório USP Mulheres, entre 2017 e 2018, em comparação com as respostas da pesquisa com os resultados obtidos pela Ouvidoria da universidade; e estudo de caso e entrevistas com coordenadoras de coletivos que lutam contra a violência sexual no campus e a com a diretora da Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento da USP, responsáveis pela prevenção e acolhimento de casos de violência de gênero nos campi.

A violência sexual é um crime muito delicado, e que envolve séculos de descaso e machismo com as vítimas. Assim, se faz necessária uma força tarefa para romper as raízes da cultura do estupro nas universidades, principalmente a Universidade de São Paulo. Para esse fim, é preciso utilizar todas as armas possíveis para o enfrentamento e acolhimento de casos de estupro, unindo forças entre os coletivos de acolhimento, que fazem o acompanhamento psicossocial e informativo com a vítima para que ela se sinta empoderada e segura para fazer a denúncia formal, e as secretarias oficiais de proteção à violência sexual, que cuidam dos desdobramentos do crime, seja na parte burocrática, legal ou médica e garantam que a violência seja tratada com justiça. Mas, para isso, é preciso que ambas as partes sejam treinadas e protocoladas para que as instituições e coletivos saibam como lidar com esses casos e a vítima não sofra ainda mais constrangimentos e preconceitos e a justiça possa ser, finalmente, feita.

Palavras-chave: estupro, cultura do estupro, Universidade de São Paulo, violência sexual, cultura organizacional

ABSTRACT

The present study entails an analysis of the construction of rape culture in the context of the University of São Paulo, and the role of communication campaigns in fighting violence and sexual harassment on the institution's campuses. The aim is to identify, from both a national and a university-specific perspective, how this culture of violence is constructed, as well as the initiatives aimed at prevention and support for cases, in order to create a safer university environment with more equitable and healthy relationships for women.

Methodologically, the research is divided into three main axes. Firstly, a bibliographic research was conducted on rape culture (NEGREIROS, 2021) and how it has been constructed over more than 500 years, analyzing the legal definition of rape (BRASIL, 1940) and how this crime has become ingrained in Brazilian society through high rates of violence and low rates of punishment. Within this context, songs and jokes related to the topic have been created, leading to the trivialization of rape and instilling fear in victims, who often refrain from reporting the crime.

In the second axis, through bibliographic research, the influence of this national culture on the organizational cultures of universities was analyzed. Despite being centers of innovation (SIQUEIRA, 2019), universities often adhere to traditional sexist norms, resulting in high levels of violence within elitist and highly educated spaces. This analysis draws upon reports from the CPI dos Trotes (ALESP, 2015) and the research study "Violência contra a mulher no ambiente universitário" conducted by Instituto Avon/Data Popular (2015).

Lastly, the focus of the study narrows down to the University of São Paulo, examining the rape culture within the institution. Two main research approaches were employed: an analysis and comparison of findings from the "Interações na USP" survey conducted by the USP Mulheres Office between 2017 and 2018, with responses obtained through the university's ombudsman office; and case study and interviews with coordinators of collectives fighting against sexual violence on campus, as well as the director of the Pro-Rector's Office for Inclusion and Belonging at USP, responsible for prevention and support for gender-based violence cases on campus.

Sexual violence is a highly sensitive crime rooted in centuries of neglect and sexism towards victims. Therefore, a concerted effort is necessary to uproot rape culture within universities, especially at the University of São Paulo. To this end, it is crucial to employ all available strategies to address and support rape cases, by combining efforts between support collectives that provide psychological, social, and informational assistance to victims, empowering them to come forward with formal complaints, and official victim protection departments that handle the various aspects of the crime, including administrative, legal, and medical procedures. However, both parties need to be trained and guided by protocols, ensuring that institutions know how to handle such cases so victims are not subjected to further embarrassment and prejudice, and justice can finally be served.

Key words: Rape, rape culture, University of São Paulo, sexual violence, organizational culture.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

art. Artigo

p. Página

CIM Comissão Interamericana das Mulheres

OEA Organização dos Estados Americanos

CAO Comissão Anti Opressão

PRIP Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento

USP Universidade de São Paulo

STEM *Science, Technology, Engineering and Mathematics*

CIPA Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio

CREU Conjunto Residencial de Estudantes Universitários de Ribeirão Preto

PeP Profilaxia Pós Expositiva

CAV Comissão Para Apurar Denúncias de Violência Contra as Mulheres e Gênero no Campus de Ribeirão Preto

Alesp Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

SintUSP Sindicato dos trabalhadores da Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nuvem de palavras retirada da pesquisa “Interações na USP” 75

Figura 2 - Linha do tempo da construção da cultura do estupro 80

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Exemplo de propaganda de cerveja que objetifica mulheres	44
Imagem 2 - Exemplo de cartaz da campanha de carnaval OOH da Skol	45
Imagem 3 - Post no Facebook que viralizou criticando a campanha da Skol	46
Imagem 4 - Printscreen do perfil da CAO BIFE no Instagram	86
Imagem 5 - Bandeira de sinalização do espaço de acolhimento do coletivo	88
Imagem 6 - Cartaz de divulgação do evento “Vozes que não se calam contra o assédio na USP”	96
Imagem 7 - Registro da palestra das professoras Heloísa Buarque e Carolina Bezerra ocorrida durante o evento do coletivo	97
Imagem 8 - Printscreen do perfil da Rede Não Cala no Facebook	99
Imagem 9 - Printscreen do perfil da Secretaria de Mulheres do Sintusp no Facebook	102
Imagem 10 - Boletim informativo da Secretaria de Mulheres do SintUSP	103
Imagem 11 - Perfil da PRIP no Instagram	109
Imagem 12 - Post do dia 13 de junho no perfil da Pró-reitoria no Instagram divulgando o Protocolo de atendimento para casos de violência de gênero	110
Imagem 13 - Cartaz de divulgação da CAV-Mulheres.	117

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. PRECISAMOS FALAR SOBRE ESTUPRO	19
2.1 As leis de violência sexual até 2009	20
2.2 As leis atuais de violência sexual	24
2.3 Campanhas nacionais de prevenção e conscientização ao estupro	26
2.3.1 A Convenção de Belém do Pará	26
2.3.2 Norma técnica de prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes	29
2.3.3 A Marcha das Vadias	31
2.3.4 Não Mereço Ser Estuprada	33
3. A CULTURA DO ESTUPRO	35
3.1. O estupro no Brasil	36
3.2 O “não é não” e o estupro como ferramenta de poder sobre as mulheres	41
4. O ESTUPRO COMO CULTURA NATURALIZADA NAS ORGANIZAÇÕES	50
4.1 A comunicação nas organizações no combate à cultura do estupro	52
4.2 Cultura organizacional nas universidades	55
5. A CULTURA ORGANIZACIONAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	67
6. AS INICIATIVAS CONTRA A VIOLÊNCIA SEXUAL NA USP	82
6.1 Os coletivos	83
6.1.1 Comissões Anti Opressão	83
6.1.2 Rede Não Cala USP!	93
6.1.3 Secretaria de Mulheres do SintUSP	99
6.2 As instituições	105
6.2.1 Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento	106
6.2.2 Comissão Para Apurar Denúncias de Violência Contra as Mulheres e Gênero no Campus de Ribeirão Preto	115
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	126
Anexo 1	139
Anexo 2	147
Anexo 3	152
Anexo 4	156
Anexo 5	172

1. INTRODUÇÃO

Imagine que você é uma garota de quinze anos, vivendo em uma cidade do interior, majoritariamente católica, localizada entre duas instituições nacionalmente famosas, imponentes, ricas e cristãs. Você, assim como seus vinte e três tios, são católicos praticantes, que foram batizados, crismados e vão à missa todo domingo.

Como todo adolescente católico, você participa de grupos jovens, lê a leitura sagrada na missa, e participa de acampamentos religiosos. Em um desses eventos, com mais 100 mil jovens presentes, durante uma das palestras mais aguardadas e com público máximo, o palestrante fala em alto e bom som, para os milhares de pupilos católicos: “Ainda bem que vocês são jovens de Deus, principalmente vocês, meninas santas. Porque se não vocês iam sair por aí, de sainha curtinha e iam ser estupradas. E depois não ia adiantar reclamar com Deus, porque a culpa ia ser sua”. Os 100 mil jovens aplaudem, fervorosamente, menos você.

A partir desse dia, depois de chorar copiosamente por alguns dias, você se afasta da religião, começa a pichar frases feministas no seu quarto e promete que vai estudar para proteger as mulheres. Anos depois, você entra na maior universidade da América Latina e percebe que lá também não é diferente. O estupro existe, é banalizado e escondido pela reitoria do campus. Por isso, você decide presidir coletivos que combatem o assédio e a violência sexual nas festas, faz campanhas de comunicação a favor de mais mulheres nos esportes, consegue colocar mais iluminação em áreas do seu instituto que eram famosos por ter alto número de casos de estupro. Você faz a diferença, mas ainda não é suficiente. É preciso analisar a fundo como e porquê o estupro acontece na USP.

Essa menina sou eu. E foi assim que essa monografia surgiu.

O presente trabalho de conclusão de curso tem o objetivo de responder, em sete capítulos, às perguntas: Como a cultura do estupro é construída na Universidade de São Paulo? O que a reitoria e sua população (professores, alunos e funcionários) têm feito para combater essa violência?

Para responder a primeira pergunta, voltamos ao cenário brasileiro da cultura do estupro. Foram analisadas as leis nacionais de estupro, desde a primeira outorgada nacionalmente, em 1603 (BARBOSA, 2016), até a última lei de 2009 que contou com uma nova redação, mais atualizada, inclusiva, e com punição maior para o agressor (BRASIL, 2009). Essas leis foram feitas por homens de elite, desde sempre a grande maioria no poder legislativo, e que tentam proteger as mulheres, mas acabam por dar apoio para os agressores, com punições menores para vítimas prostitutas ou exigindo que a mesma seja “virgem” e “honesta” (BARBOSA, 2016) para que o crime seja denunciado.

Com essas “brechas” nas leis que protegem o agressor, as vítimas têm medo de denunciar, com receio de julgamento e retaliações contra elas. Com isso, a subnotificação do crime é enorme (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2022), o que acaba banalizando-o e transformando-se em rotina na vida das brasileiras. Essa rotina reflete em piadas, propagandas, músicas e até falas polêmicas de políticos nacionais, tirando a seriedade do crime e dificultando ainda mais a solução deste problema nacional, conforme estudado pelo capítulo 2 e 3 deste trabalho.

O quarto capítulo tratou de analisar como essa violência acaba refletindo nas culturas internas das universidades brasileiras, que apesar de serem institutos que em tese deveriam ser inovadores e tecnológicos (SIQUEIRA, 2019), reproduzem hierarquias machistas que violentam as mulheres universitárias, que têm ainda mais medo de denunciar por receio de perder sua carreira acadêmica (ALMEIDA, 2022). Essa violência foi colocada em discussão principalmente após a CPI dos Trotes, que evidenciou as violações nos direitos humanos ocorridas nas festas de calouros (ALESP, 2015) e a pesquisa “Violência contra a mulher no ambiente universitário”, que pesquisou com dados qualitativos e quantitativos como a violência contra a mulher existe nas universidades, principalmente o assédio e a violência sexual (INSTITUTO AVON, 2015).

Essa situação é ainda mais complicada na USP, a universidade mais antiga do país. No quinto capítulo é possível observar que, com suas raízes elitistas e liberais, a Universidade de São Paulo floresceu tendo seu corpo docente e administrativo majoritariamente masculino (ORSO, 2020). Com os casos de estupro denunciados por escândalos como a CPI dos Trotes ou da

Faculdade de Medicina na USP, a universidade até tentou correr atrás no combate da violência com a criação da Ouvidoria e do escritório USP Mulheres, mas ela continuou assombrando a vida no campus: segundo a pesquisa “Interações na USP”, feita pelo mesmo escritório em 2018, 7% dos aproximadamente 8.500 entrevistados afirmou já ter sofrido assédio ou violência sexual nos ambientes da USP (USP MULHERES, 2018), número completamente diferente do registrado pelas denúncias oficiais da Reitoria.

Por isso, o sexto capítulo é responsável por responder à segunda pergunta: “O que a reitoria e sua população tem feito para combater essa violência?”. Ele foi dividido em duas partes: primeiro, entrevista com funcionários e análises da comunicação feita pela reitoria, mais especificamente pelo antigo USP Mulheres e pela atual Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento da USP (PRIP); e em segundo lugar, foi feita também uma análise da comunicação dos coletivos da comunidade e entrevistas feitas, mais especificamente com coordenadores de coletivos uspianos de proteção à violência de gênero, como a Rede Não Cala. Em última análise, será pesquisada a Comissão Para Apurar Denúncias de Violência Contra as Mulheres e Gênero no Campus de Ribeirão Preto, constituída de professoras e pesquisadoras, as Comissões Anti Opressão, constituídas de alunas da graduação e pós-graduação da USP e o Sintusp Mulheres, constituído por funcionárias da universidade. Com essa pesquisa, foi possível entender como e por quais meios o combate à violência sexual e o acolhimento das vítimas é feito na Universidade de São Paulo e qual é o papel da Reitoria nesse trabalho árduo.

No sétimo e último capítulo, foram feitas as considerações finais, em que procurou-se fazer uma síntese das questões apresentadas, levantando questionamentos e pontos para futuros trabalhos sobre a USP e a violência sexual no contexto universitário, além de apresentar uma sugestão de ações afirmativas para o cenário, baseada nas entrevistas e análises feitas durante a pesquisa.

Também foi preciso delimitar parâmetros e recortes aplicados. Por questões de materiais e informações disponíveis, focamos o tema da cultura do estupro somente nos crimes praticados contra as mulheres acima de 14 anos. Ao longo dos anos, por machismo estrutural e vergonha das vítimas, os

estupros sofridos por homens são ainda mais difíceis de investigar. Além disso, é sabido da grande porcentagem de vítimas de violência serem meninas menores de 14 anos (FBSP, 2022). No entanto, como o grande recorte do trabalho é a cultura organizacional universitária, foi escolhido pela autora trabalhar as possíveis vítimas de estupro nas universidades, que tem como maioria quase totalitária da população, pessoas maiores de 14 anos. Não é sobre diminuir os casos de violência sofridos por essa população ao longo dos anos, mas sim, escolher um foco para estudar.

2. PRECISAMOS FALAR SOBRE ESTUPRO

A definição de estupro ainda é nebulosa para grande parte das pessoas. Mas para as vítimas ele é muito claro. No livro-reportagem “A vida nunca mais será a mesma: a cultura da violência e do estupro no Brasil”, escrito pela jornalista e escritora Adriana Negreiros (2021), a autora discute o tema do estupro por meio de relatos pessoais, entrevistas com diferentes mulheres e os dados do histórico do crime no país. Ela encerra a obra descrevendo a sensação de ser vítima de violência sexual, mesmo 20 anos após ter sofrido a violência:

Uma mulher que um dia passou por uma experiência de estupro nunca mais baixa a guarda. Nunca mais. E é uma canseira se manter em constante estado de alerta. Confunde, embaça o raciocínio, torna-nos paranoicas, faz-nos pagar o preço de uma passagem de avião numa corrida de táxi. Uma das vítimas de violência sexual entrevistadas para este livro comentou: “Será que por algum momento, durante o estupro, o estuprador pensa que tá fodendo a vida daquela mulher pra sempre? (NEGREIROS, 2021 p. 261).

Já a legislação brasileira traz a definição judicial e constitucional da violência sexual. No entanto, mesmo sendo um crime com punições que visam a proteção das vítimas, sua redação continha uma série de brechas que protegiam o criminoso e humilhavam as mulheres, construindo uma história de vergonha, medo e silêncio que continua a ser contada até hoje.

2.1 As leis de violência sexual até 2009

Pelo código penal de 1940, que foi o responsável pelo julgamento dos casos de violência sexual até 2009, o crime de estupro estava no capítulo “Dos crimes contra os costumes”. Era definido no artigo 213 da lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 como: “Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça” (BRASIL, 1940). Segundo definição do *Vade Mecum*, a conjunção carnal entende-se como “Relação sexual secundum naturam”, ou seja, apenas a penetração do pênis na vagina, desconsiderando

casos de estupro em homens e outros tipos de violência, como o sexo oral, anal ou masturbação forçados.

Esses outros casos eram enquadrados na mesma lei, no artigo 214, como “Crime de atentado violento ao pudor” definido como “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal” (BRASIL, 1940). Como previsto, este último crime não feria a moral e os costumes católicos da pessoa agredida, pois não retirava sua virgindade. Assim a pena era consideravelmente menor para o agressor.

No entanto, além de muito amplos, os parágrafos do código penal obtinham brechas decepcionantes que auxiliavam na defesa do estuprador. Na mesma lei citada anteriormente, duas passagens chamam a atenção. No artigo 215, de nome “Posse sexual mediante fraude”, o crime é definido como:

Ter conjunção carnal com mulher honesta, mediante fraude:
 Pena - reclusão, de um a três anos.
 Parágrafo único. Se o crime é praticado contra mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze anos:
 Pena - reclusão, de dois a seis anos (BRASIL, 1940).

Os termos dizem muito sobre os costumes de um povo. Por isso, vale destacar as passagens “mulher honesta” e “mulher virgem”, dois termos que serviriam de pano de fundo para a humilhação e descredibilização das vítimas de violência sexual mesmo muito anos depois.

O termo “Mulher honesta”, mesmo que retirado do Código Penal em 2009, continua sendo utilizado por defensores como forma de desqualificar mulheres vítimas de violência. O presidente da Comissão Revisora do Anteprojeto do Código Penal de 1969, Nelson Hungria, definia a mulher honesta como:

Como tal se entende, não somente aquela cuja conduta, sob o ponto de vista da moral sexual, é irrepreensível, senão também aquela que ainda não rompeu com o minimum de decência exigida pelos bons costumes. Só deixa de ser honesta (sob o prisma jurídico-penal) a mulher francamente desregrada, aquela que, inescrupulosamente, ainda não tenha descido à condição de autêntica prostituta. Desonesta é a mulher fácil, que se entrega a uns e outros, por interesse ou mera depravação (HUNGRIA, 1969, *apud* BARBOSA, 2016).

A expressão vem desde as Ordenações Filipinas, uma espécie de código penal que entrou em vigor em Portugal e suas colônias (BARBOSA, 2016) em 1603 até a promulgação do primeiro Código Civil brasileiro, em 1916. Nestas ordenações, com reforço do Código Criminal do Império de 1830, a “mulher honesta” era aquela que era solteira e virgem, ou viúva e sem pretendentes antes do casamento católico. Na seção 1 do capítulo 2, de nome “Dos Crimes Contra a Segurança da Honra”, o estupro era considerado:

Artigo 222:

Ter copula carnal por meio de violencia, ou ameaças, com qualquer mulher honesta:

Penas - de prisão por tres a doze annos, e de dotar a offendida.

Se a violentada fôr prostituta:

Penas - de prisão por um mez a dous annos (BRASIL, 1830 *apud* BARBOSA, 2016).

É importante destacar como a pena para estupro de prostitutas é muito menor que a das “mulheres honestas”. Mesmo que datado e com português antigo, é possível ver como, desde o período colonial, as mulheres brasileiras são subjugadas por uma ótica católica, que espera que sigam o exemplo da Santa Maria Mãe de Deus: virgem e recatada. As que não seguem seu exemplo continuam sendo desmoralizadas e tendo sua palavra questionada: uma situação que será recorrente nas entrevistas e casos criminosos citados neste trabalho.

Mesmo que o termo “mulher honesta e virgem” tenha sido oficialmente afastado das páginas oficiais do Código Penal após 406 anos, sua prática continua em vigor em humilhar as vítimas de violência sexual, na justificativa da mulher não ser considerada “direita”, mesmo que a vítima seja menor de idade. Um caso que ilustra muito bem essa injustiça aconteceu em 2016, em que o promotor de justiça Theodoro Alexandre da Silva Silveira humilha uma menor, vítima de abusos sexuais praticados pelo próprio pai durante mais de um ano, por ter abortado o feto, fruto do estupro. O acórdão do julgamento registra a absurda fala do promotor¹:

¹ Conforme reportagem da jornalista Adriana Irion (2016) para o jornal Zero Hora Gaúcha, o caso ocorreu em julgamento da 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça em setembro de 2016. A criança foi forçada a não denunciar o pai, apesar do exame de paternidade apontar positivo para o genitor. A declaração do promotor está registrada no acórdão do julgamento e a vítima, coagida e envergonhada, não o denunciou.

Pra abrir as pernas e dá o rabo pra um cara tu tem maturidade, tu é autossuficiente, e pra assumir uma criança tu não tem? Tu é uma pessoa de sorte, porque tu é menor de 18, se tu fosse maior de 18 eu ia pedir a tua preventiva agora, pra tu ir lá na Fase, pra te estuprarem lá e fazer tudo o que fazem com um menor de idade lá. [...] Eu vou me esforçar o máximo pra te pôr na cadeia. Além de matar uma criança, tu é mentirosa? Que papelão, heim? Vou me esforçar pra te ferrar, pode ter certeza disso, eu não sou teu amigo

Além da humilhação e coação das vítimas para não seguirem com a denúncia, outra brecha na lei chamava a atenção: a possibilidade de casamento da vítima para absolvição do criminoso.

Datado desde o anteriormente citado Código Criminal do Império de 1830 até 2005, havia mais um modo em que os agressores sexuais poderiam escapar da prisão: casando ou arranjando casamento para suas vítimas. Ainda na seção 1 do capítulo 2 do Código Imperial, o artigo 225 dizia: “Não haverão as penas dos tres artigos antecedentes os réos, que casarem com as offendidas” (BRASIL, 1830 *apud* BARBOSA, 2016).

Essa lei continuou no Código Penal de 1940. No artigo 108 do título VIII, chamado “Da extinção da punibilidade”, o item VIII menciona que é possível extinção da culpa “pelo casamento do agente com a ofendida, nos crimes contra os costumes², definidos nos Capítulos I, II e III do Título VI da Parte Especial” (BRASIL, 1940). Essa ideia mostra como o estupro é visto apenas como uma “polêmica modalidade de sexo” e não uma violência. “O pressuposto era o de que, uma vez que arrumasse um marido — que podia ser o próprio estuprador ou um terceiro —, a violência sexual deixava de ser um problema na vida da mulher”. (NEGREIROS, 2021, p. 161).

Muitos agressores se aproveitaram dessa lei absurda. Ela foi revogada apenas em 2005, após grande pressão da CPMI que investigava a exploração sexual de crianças e adolescentes (NEGREIROS, 2021). O estopim para a eliminação da lei foi um caso ocorrido em 1997, mas julgado apenas em 2003, em que o então prefeito de Aparecida de Goiânia, Boardyr Veloso, foi denunciado pela Vara Criminal do município pelo estupro e prostituição de sete meninas, todas menores de catorze anos. A notícia da época afirmava:

² Os chamados “Crimes contra os costumes” são os crimes “contra a liberdade sexual” definidos como estupro, atentado violento ao pudor e atentado ao pudor mediante fraude, conforme artigos 214, 215 e 216 do Código Penal de 1940

Segundo a denúncia, Veloso -- há mais de três anos -- aliciava crianças e adolescentes menores de 14 anos e pagava pelos favores sexuais delas. "Valendo-se de sua situação financeira e da situação de pobreza das vítimas", ele oferecia dinheiro, roupas e brinquedos. [...] Veloso foi condenado a dez anos e oito meses por estupro e a dois anos e seis meses pelo crime de induzimento à prostituição, totalizando 13 anos e dois meses de reclusão em regime fechado (CONJUR, 2003)

No entanto, a condenação não durou muito tempo:

Ao estudar o Código Penal, os defensores de Boacyr Veloso — que, além de prefeito, era ginecologista e empresário — viram no matrimônio das vítimas a única chance de livrar o cliente da cadeia. E assim foi feito. Todas se casaram na mesma época, algumas no mesmo dia, sob as bênçãos da mesma madrinha: uma das advogadas do prefeito, que também arcou com os custos das cerimônias e conduziu as noivas ao cartório (os noivos chegaram de ônibus). Uma das noivas revelou à imprensa ter recebido mil reais pelo casamento. Ao apresentar as sete certidões, Boacyr Veloso conseguiu a absolvição de sua pena por estupro e atentado violento ao pudor — manteve-se apenas a condenação por favorecimento à prostituição, pela qual não foi preso (NEGREIROS, 2021, p. 161).

Para Boacyr, os estupros e aliciamento de menores foram apenas manchas na sua brilhante carreira política, para as meninas, um casamento forçado no cartório da cidade.

2.2 As leis atuais de violência sexual

O direito, fruto das leis, são ciências que estão em constante evolução. Alguns valores que antes não eram considerados merecedores da atenção pública, com o tempo, tiveram seu lugar nas páginas do Código Penal. O dia 7 de agosto de 2009 foi essencial na luta contra a violência sexual no país: uma nova, mais abrangente e atualizada lei foi redigida.

Essa nova lei alterou fundamentalmente a Legislação Penal Brasileira no que cerne aos crimes contra a Dignidade Sexual. Também promoveu alterações no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na lei n. 8.072 de 1990, lei esta que define e trata sobre os crimes hediondos (MOURA, 2015)

Primeiramente, foi retirada a nomenclatura do Título VI do Código Penal Brasileiro. O que antes se nomeava “Dos Crimes Contra os Costumes”, com a nova redação, passou a se chamar “Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual”. Esse foi o primeiro passo para tirar a ideologia tradicional cristã dos crimes sexuais, que tinha como “costume” a proteção da moral e da virgindade das brasileiras. Sobre a alteração, o Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais Rogério Greco comenta:

A expressão “crimes contra os costumes” já não traduzia a realidade dos bens juridicamente protegidos pelos tipos penais que se encontravam no Título VI do Código Penal. O foco da proteção já não era mais a forma como as pessoas deveriam se comportar sexualmente perante a sociedade do século XXI, mas sim a tutela da sua dignidade sexual (GRECO, 2009 *apud* MOURA, 2015)

Assim, a nova redação se encaixava melhor em um dos principais princípios da Constituição de 1988: a liberdade sexual. A lei aprovada e sancionada pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva, definia estupro como:

Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

§ 1o Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos. (BRASIL, 2009)

Vale ressaltar que nesta nova redação são incluídas outras pessoas e não apenas as declaradas mulheres e são considerados como estupro qualquer ato libidinoso, não só o sexo carnal e heterossexual. Também são extintas as já citadas denominações de mulher “honesta” e “virgem” e entra o crime de assédio sexual:

Art. 216. Assédio sexual

Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. (BRASIL, 2009)

Com essas mudanças, que tomaram lugar em 2009, a lei do estupro se tornou algo muito mais abrangente, com maior proteção e mais respeito às vítimas. Essa abrangência é muito importante para que se reconheçam e se julguem assertivamente casos em que a liberdade sexual de uma pessoa é invadida e os direitos humanos são invalidados. Com isso, as vítimas não são julgadas desde o começo pela sua reputação ou histórico sexual, mas o julgamento é voltado aos agressores, como em tese deveria ser. Renata de Sousa (2017) comenta sobre a essa mudança a favor das vítimas:

Essa mudança no texto tem dois aspectos que sobressaltam quando comparados. São eles: a primeira é que a lei substitui a palavra mulher por alguém, entendendo, assim, que tanto homens quanto mulheres podem ser vítimas ou culpadas pelo ato de estupro, promovendo visibilidade para uma parcela das vítimas que não cabiam na lei anterior; a segunda é que, através desse reconhecimento, promove a proteção estendida para vítimas que, antes, não se viam amparadas na lei anterior, além de fazer com que estupradores tenham suas penas ampliadas e sua culpa reconhecida perante um tribunal. Cabe, aqui, como exemplo, o famoso caso do médico Roger Abdelmassih, que teve seu julgamento após a aprovação do artigo 213 (na redação da pela Lei n.º 12.015, de 2009), recebendo a pena de 278 anos de prisão por 52 estupros e 4 tentativas de abuso sexual de 37 pacientes, que foram a seu consultório na tentativa de engravidar de seus parceiros. Em sua defesa, reportada na entrevista da Revista Piauí n.º 107, Roger e seus advogados afirmam que a mudança do conceito penal de estupro colaborou para que sua pena fosse tão extensa, mas que ele não teria estuprado todas as 52 vítimas. (SOUSA, 2017, p. 12)

Com a nova redação da lei, com maiores penas e sem brechas a favor do agressor, parecia que finalmente as vítimas poderiam respirar e ter seus direitos respeitados. No entanto, as leis cumpriam o papel punitivo para os agressores. Ainda não faziam o papel da conscientização e prevenção do estupro e não eram claras sobre como, onde e quando acolher as vítimas de violência sexual. Para isso, são necessárias campanhas de comunicação e de ações afirmativas para a proteção das mulheres, conforme veremos a seguir.

2.3 Campanhas nacionais de prevenção e conscientização ao estupro

Em conjunto com as leis anti-estupro e violência sexual no Brasil, algumas campanhas, normas e ações nacionais tiveram importante papel na

prevenção e conscientização da violência sexual e acolhimento das vítimas. Quatro ações são destacadas nesta monografia: A convenção de Belém do Pará, de 1994, a Norma técnica de prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes, criado em 1996 e reformulado em 2012, a Macha das Vadias em 2013 e a campanha Não mereço ser estuprada em 2014.

2.3.1 A Convenção de Belém do Pará

A Declaração dos Direitos Humanos de 1948, inspirada pelos horrores da Segunda Guerra Mundial e determinada a não repetir os casos de preconceito e genocídio do período, constava que “os direitos humanos são inalienáveis, universais e que não reconhecem qualquer diferença da condição de gênero” (ONU, 1948, *apud* BANDEIRA; ALMEIDA, 2015, p. 502). Sabemos que no universo fora das promessas escritas, o que foi mostrado é o contrário: cada vez mais evidenciava-se casos de violência e discriminação de gênero.

Por isso, uma série de convenções e conferências tomaram o sentido de “reconhecer, assegurar e, sobretudo, implantar e garantir os direitos das mulheres no plano sociojurídico dos Estados nacionais” (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015, p. 502), como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Cedaw), adotada pela Assembleia Geral em 1979, a “Conferência Internacional sobre Direitos Humanos”, em 1993 na cidade de Viena e as Conferências das Nações Unidas sobre a Mulher, sediadas na Cidade do México em 1975, Copenhague em 1980 e Nairobi em 1985.

Todas essas convenções inspiraram a “Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher”, também nomeada “Convenção de Belém do Pará”, que acontecia timidamente em meio à ansiedade do possível tetracampeonato do Brasil na Copa do Mundo de Futebol Masculino, em junho de 1994 (NEGREIROS, 2021).

A convenção foi organizada pela Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), um organismo do Sistema Interamericano da Organização dos Estados Americanos (OEA), que foi criado para assegurar o reconhecimento dos

direitos das mulheres. Ao se anexar a OEA, a CIM “logo converteu-se no principal fórum de debate e formulação de políticas sobre os direitos das mulheres e a igualdade de gênero nas Américas” (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015, p. 504).

A CIM sentia falta de uma convenção para discutir práticas e leis que poderiam mudar o cenário das mulheres nas Américas e protegê-las da violência de gênero. Por isso, em 1991, um anteprojeto de um texto que garantiria os direitos das mulheres circulou entre os governos dos países americanos para estudar as formas e as práticas para prevenir e enfrentar a violência contra a mulher. Assim, três anos depois, durante o 24º período ordinário de sessões da Assembleia Geral da OEA em 1994, surgiu a Convenção de Belém do Pará:

A Convenção de Belém do Pará estabeleceu, pela primeira vez, o direito das mulheres de viverem uma vida livre de violência, ao tratar a violência contra elas como uma violação aos direitos humanos. Nesse sentido, adotou um novo paradigma na luta internacional da concepção e de direitos humanos, considerando que o privado é público e, por consequência, cabe aos Estados assumirem a responsabilidade e o dever indelegável de erradicar e sancionar as situações de violência contra as mulheres. (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015, p. 506).

No Brasil, foi promulgada, em 1996, por meio do Decreto Nº1973. Esse foi o primeiro tratado no mundo a reconhecer que “a violência contra as mulheres constitui uma violação dos direitos humanos” (COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES, 1994). Um grande passo para a compreensão, visibilização e definição do que é violência contra a mulher no país.

Mas para além das páginas, a convenção é inovadora pela cobrança dos Estados acerca da violência da mulher, como consta no Artigo 10 do documento:

Artigo 10 - A fim de proteger o direito de toda mulher a uma vida livre de violência, os Estados-Partes deverão incluir nos relatórios nacionais à Comissão Interamericana de Mulheres informações sobre as medidas adotadas para prevenir e erradicar a violência contra a mulher, para prestar assistência à mulher afetada pela violência, bem como sobre as dificuldades que observarem na aplicação das mesmas e os fatores que contribuem para a violência contra a mulher. (COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES, 1994).

Foi por meio dessa pressão da OEA que foi aprovada a Lei Maria da Penha, famosa contra a violência doméstica no Brasil e que leva o nome de uma vítima que sofreu mais de 18 anos de torturas físicas e psicológicas do então marido, o professor universitário Marco Antonio Heredia Viveros. Segundo a CIM, o Brasil desrespeitou os acordos do artigo ao permitir que o agressor continuasse sem punição (NEGREIROS, 2021, p. 81). A lei foi aprovada 5 anos depois do início da pressão da organização, em 2006:

A nova lei foi a resposta mais contundente do governo brasileiro às cobranças feitas pela OEA, que desde 2001 exigia medidas específicas para erradicar a violência de gênero. Também resultou do esforço e da pressão dos movimentos de mulheres. Durante quase dois anos — entre o começo de 2002 e o final de 2003 —, um consórcio de organizações feministas trabalhou na elaboração do anteprojeto da Lei Maria da Penha. O texto começou a tramitar no Congresso Nacional em 2004 e, com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, rapidamente foi aprovado por deputados e senadores (NEGREIROS, 2021, p. 167).

Com a Convenção de Belém do Pará, o Brasil deu novos passos na discussão de violência de gênero, inclusive a violência sexual. Foi com essa movimentação que então se abriu espaço para os países abraçarem o combate à violência contra a mulher, “assim como é ela que demarca uma nova fase na ordem jurídica internacional, contraditória ao poder político patriarcal” (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015, p. 513).

2.3.2 Norma técnica de prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes

Com a finalidade de proteger e garantir atendimento de qualidade às vítimas de estupro, desde 1998, o Ministério da Saúde padronizou o atendimento multidisciplinar para as vítimas por meio de uma Norma Técnica:

O atendimento emergencial, nas primeiras 72 horas após a violência, tem por objetivo o acolhimento e administração de anticoncepção de emergência e a profilaxia para as ISTs, doenças virais e bacterianas. A Norma Técnica também prevê atendimento às mulheres que solicitam interrupção legal da gestação nos casos de gravidez

decorrente de estupro, situação prevista no Código Penal Brasileiro desde 1940 (NUNES *et al*, 2017, p. 958).

A norma técnica é uma cartilha aos profissionais da saúde em como acolher a vítima, desde a sugestão de uma equipe multidisciplinar, quais equipamentos utilizar, como fazer o registro de encaminhamento, quais testes e medicações sugerir para profilaxia de doenças até aspectos éticos e legais de cada tipo de violência sexual. E vai além da técnica: mostra a importância da conscientização da população como um todo para os casos de estupro.

Contudo, para enfrentar a violência sexual, e de gênero como um todo, não basta normatizar procedimentos. Imprescindível é falar sobre o tema, procurando afinar conhecimentos com marcos políticos nacionais e internacionais vigentes e com as estratégias e as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres adotadas pelo país. Em outras palavras, o processo de acolhimento e orientação profissional tem de ser livre de julgamentos ou valores morais. Desse modo, relativizar crenças e atitudes culturalmente enraizadas também por parte dos profissionais é essencial para a condução de uma saúde pública genuinamente integral, universal e igualitária (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012, p. 15).

Mas o mais importante da Norma é o acolhimento psicossocial. Nela é possível conferir instruções de como abordar o assunto com a vítima, validar suas experiências, indicar quais os próximos passos para a denúncia (que não é obrigatória) e muitos outros procedimentos que são essenciais para o pós-trauma.

Os programas de atuação e os serviços devem ser integrados, possibilitando que os recursos necessários estejam disponíveis, facilitando o acesso das mulheres e das adolescentes à rede de apoio e proteção. A abordagem deve dar ênfase à capacitação da família e dos grupos comunitários para lidarem com o problema da violência não apenas como um episódio isolado, mas como uma situação que se prolonga, por suas características culturais, sociais e pelas histórias familiares recorrentes. Dessa forma, os aspectos preventivos e a proteção social podem identificar precocemente os riscos e atuar mitigando consequências (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012, p. 29)

Essa padronização é importantíssima para que as consequências dessa violência para as vítimas sejam mais brandas, apesar de inúmeras. Visto que além das Infecções Sexualmente Transmissíveis, as ISTs, as vítimas de estupro estão mais propensas ao desenvolvimento de doenças psicológicas como: “depressão, fobias, ansiedade, uso de drogas ilícitas, tentativas de

suicídio e síndrome de estresse pós-traumático” (FÁUNDES *et al*, 2006 *apud* CERQUEIRA; COELHO, 2014, p. 4).

E é possível ver esse resultado da comunicação da Norma Técnica tomando forma na pesquisa do Ministério da Saúde, feita em 2011, que indicava que 3,6% das vítimas de violência sexual analisadas contraíam ISTs recorrentes do estupro. Mas, segundo o número exposto pela Norma Técnica, a possibilidade de contrair as doenças após a violência é de 16 a 58% (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012). Para CERQUEIRA; COELHO (2014, p. 15), “a proporção é mais baixa do que a estimativa apresentada na norma técnica do Ministério da Saúde (2012). Essa diferença pode estar associada ao tratamento profilático recebido pela vítima após o estupro”.

2.3.3 A Marcha das Vadias

“A Marcha das Vadias” é um protesto que começou em Toronto, no Canadá, em 2011, após a declaração de um policial durante uma palestra universitária sobre segurança no campus. Como maneira de evitar a violência sexual, o policial deu a “dica” de que as alunas poderiam evitar ser estupradas se não se vestissem como *sluts* - vagabundas, putas, vadias - como estudam Carla Gomes e Bila Sorj em seu artigo “Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil”, publicado em 2014.

Essa situação é um exemplo de como a culpabilização da vítima é uma grande maneira de justificar a violência sexual com base no comportamento e no corpo das mulheres. Por isso, “a primeira Slutwalk de Toronto teve como principais bandeiras o fim da violência sexual e da culpabilização da vítima, bem como a liberdade e a autonomia das mulheres sobre seus corpos” (GOMES; SORJ, 2014, p. 437).

Neste momento em diante, com a internet, a informação sobre o protesto logo atravessou os oceanos e alcançou grandes cidades, como Nova Iorque, Londres, Los Angeles, Chicago, Detroit, Melbourne, Cidade do México, Buenos Aires, Seul, Nova Delhi, Singapura e até em Jerusalém, cidade historicamente religiosa, segundo o site oficial da passeata canadense.

No Brasil, o movimento teve seu próprio blog com calendário das passeatas. Segundo a comunicação oficial, São Paulo foi a primeira cidade a organizar uma marcha, no mesmo ano, adotando o termo "Marcha das Vadias". Já no segundo ano, em 2012, o evento alcançou 23 cidades, em todas as regiões do Brasil:

A rapidez com que a marcha se disseminou pelo país e mobilizou a juventude é indissociável das possibilidades que as novas tecnologias de comunicação oferecem ao ativismo político. Já em 2012, no segundo ano do advento da Marcha das vadias, 23 cidades, de todas as regiões do Brasil organizaram protestos usando ferramentas como Facebook, Twitter, Youtube, blogs e emails. (GOMES; SORJ, 2014, p. 437).

Mas o Brasil tinha pautas a acrescentar nos protestos. O terceiro ano da passeata, 2013, teve como slogan "Quebre o silêncio" para denunciar o número de subnotificações de violência sexual no Brasil:

No outono paulistano de 2013, 1500 pessoas, quase todas mulheres, protestaram contra violência sexual, assédio e feminicídio. Com cartazes e dizeres escritos na pele, as militantes incentivaram as sobreviventes a denunciar os agressores, bem como a vir a público relatar as experiências pessoais de violência. Em outras palavras, transformar a vergonha e o constrangimento em ação política. Naquele ano, 50320 mulheres procurariam as delegacias do Brasil para registrar um caso de estupro — de um total estimado entre 330 mil e 500 mil casos, considerando a subnotificação. (NEGREIROS, 2021, p. 236).

A passeata foi mais uma peça essencial para a conscientização dos casos de estupro no país, principalmente sobre a subnotificação. Mas ela também traz um papel importantíssimo antes não denunciado publicamente: o da valorização da autonomia sobre o corpo.

O corpo tem um importante e duplo papel na marcha: é objeto de reivindicação (autonomia das mulheres sobre seus corpos) e é também o principal instrumento de protesto, suporte de comunicação. É um corpo-bandeira. Ao subverter o uso acusatório do termo "vadia", a marcha reivindica o termo para si e o ressignifica positivamente como "empoderamento". O slogan "Se ser livre é ser vadia, então somos todas vadias", comum às marchas de diversas cidades, ilustra esta ideia central. Para expressá-la, as/os participantes lançam mão de roupas sensuais, batom vermelho e topless nas marchas. Palavras de ordem são escritas em seus corpos, como "meu corpo, minhas regras", "meu corpo não é um convite", "puta livre", "útero laico", "sem padrão". Pelo artifício da provocação, o corpo é usado para questionar as normas de gênero, em especial as regras de apresentação do corpo feminino no espaço público. Ao mesmo tempo, o corpo é um artefato no qual cada participante procura

expressar alguma mensagem que o particulariza. (GOMES; SORJ, 2014, p. 437).

No entanto, há quem acreditava, na época, que a marcha não se aprofundava nas questões marxistas e raciais do feminismo, mas sim, trabalhava na mercantilização do corpo feminino:

A Marcha das Vadias está longe de ser consensual entre as feministas, apesar da visibilidade política alcançada desde sua aparição. As forças feministas locais em disputa valorizam linguagens e objetivos políticos distintos. Os coletivos feministas mais identificados com uma proposta marxista ou "radical", bem como feministas mais velhas, tendem a considerar a marcha "despolitizada", por não problematizar a divisão sexual do trabalho, tomada como base da economia capitalista e da exploração das mulheres. A ênfase da marcha na autonomia sobre o corpo e na liberdade sexual é vista por aquelas feministas como uma abordagem que, sem a crítica marxista, resulta na mercantilização do corpo das mulheres e na banalização da sexualidade. Por exemplo, a defesa da regulamentação da prostituição pela marcha do Rio de Janeiro e outros atores é vista por algumas organizações feministas, a exemplo da Marcha mundial das mulheres, como uma leitura equivocada e individualista da autonomia feminina. (GOMES; SORJ, 2014, p. 440).

No entanto, no que se trata de violência sexual, a marcha é um avanço. O que antes se tratava de ser dona do próprio corpo, no sentido da legalização do aborto ou saúde da mulher (GOMES e SORJ, 2014), a autonomia do corpo neste sentido se volta à liberdade e ao respeito. Mesmo que pareça óbvio que o direito do próprio corpo de vestir, ser e se relacionar com quem quiser é humano básico, é comum que o julgamento dos casos de estupro se volte à vítima. Por isso a importância de movimentos como este para dar visibilidade e ajudar a conscientizar a população acerca das injustiças sofridas pelas vítimas de estupro, que além da violência sexual, ainda sofrem anos de violência psicossocial, assim como o movimento #Nãomereçoserestuprada, criado em 2014.

2.3.4 Não Mereço Ser Estuprada

Ainda na década de 2010, outra campanha contra os casos de violência sexual no Brasil foi a #Nãomereçoserestuprada criada pela jornalista Nana Queiroz (NEGREIROS, 2021, p. 247). Após o Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (Ipea) divulgar uma pesquisa de nome “Tolerância social à violência contra as mulheres”, que afirmava que 65,1% de 4 mil entrevistados acreditavam que mulheres que mostram o corpo “merecem ser atacadas”, o debate sobre a culpabilização das vítimas de estupro acendeu ainda mais.

Após a divulgação do resultado, a jornalista ficou inquieta. “A minha vontade é de sair correndo pelada pela rua, gritando que não mereço ser estuprada”, contou Nana ao seu chefe no Jornal Metrô de Brasília (NEGREIROS, 2021). Então, convidou suas amigas a postarem uma foto nua, da cintura para cima, com o escrito que se tornou símbolo da luta feminista da época: “Não mereço ser estuprada”. Quando acordou, logo tomou um susto - sua campanha já tinha mais de 200 mil adesões.

Em questão de horas, eram mais de 40 mil imagens semelhantes [no Facebook], de homens, mulheres, anônimos e famosos protestando na internet contra a banalização do estupro. Campanhas semelhantes foram criadas em outras plataformas, como o Instagram e o Twitter. De maneira intuitiva, Nana criou uma mobilização com todos os predicados necessários para se tornar viral: envolvia uma ação, era customizável (qualquer pessoa com acesso às redes podia protagonizar o protesto) e altamente compartilhável (NEGREIROS, 2021, p. 249)

Mas, alguns dias depois, o Ipea se retratou e informou que, na verdade, o número era o contrário: na verdade, 65,1% dos entrevistados não concordavam que mulheres com pouca roupa mereciam ser estupradas. O índice na verdade era de 26%. No entanto, outro dado continuava correto: para 58,5% dos consultados pelo Ipea, “se as mulheres soubessem se comportar, haveria menos estupros” (IPEA, 2014).

Essa errata deu ainda mais força às pessoas que concordavam com a culpabilização da vítima de violência sexual. Entre elas, vale destacar Rodrigo Constantino, símbolo da extrema-direita e na época escritor para o site da revista Veja e do jornal Gazeta do Povo, de Curitiba (NEGREIROS, 2021). Um dia depois da campanha de Nana estourar, publicou o texto “O estupro é culpa da mulher seminua? Não! Mas...”, como discorre Adriana Negreiros:

Ao longo do texto, Constantino relacionou o aumento dos casos de estupro à revolução sexual. “Sexualidade cada vez mais precoce, funk estimulando a vulgaridade, mulheres provocativas rebolando seminuas até o chão, tudo isso atrai estupradores como moscas ao mel.” Classificando-se como “realista” e se afirmando um crítico da

“cultura machista” e do “ambiente de impunidade”, comparou uma mulher que sai de casa de roupa curta a um homem que desfila na favela com um relógio Rolex (NEGREIROS, 2021, p. 252).

Mesmo com a campanha inesperadamente dando luz aos agressores, a publicação do texto de Constantino gerou um movimento interessante: as mulheres, indignadas com a posição do blogueiro, começaram a ocupar as redes sociais com seus relatos de vítimas de abuso sexual. “Como haviam recomendado as ativistas da Marcha das Vadias do ano anterior, as vítimas de violência sexual começavam, pouco a pouco, a quebrar o silêncio” (NEGREIROS, 2021, p. 252-253).

Com leis cada vez mais rígidas e campanhas nacionais ativamente apoiando os direitos das mulheres, tudo estava caminhando para que o estupro fosse um assunto levado a sério no Brasil, ou um crime de casos isolados.

3. A CULTURA DO ESTUPRO

O termo “cultura do estupro” foi usado pela primeira vez na década de 70, no Centro das Mulheres da Universidade Marshall, nos Estados Unidos. Ela é descrita pela comunidade como “um ambiente no qual a violência sexual contra as mulheres é normalizada na mídia e na cultura popular” (MENEZES, 2017).

A cultura de uma nação é estabelecida pelas características e conhecimentos de um determinado grupo de pessoas: desde linguagem, religião, culinária e leis, até hábitos sociais que passam de geração a geração.

Chamar uma determinada prática social de cultura implica atribuir-lhe uma série de fatores que exprimem que essa conduta caracteriza-se, entre outras coisas, por ser algo feito de maneira corriqueira e não listado como raras exceções, colocando essa ação como uma atividade humana. Nessa concepção, adotamos a referência de Marilena CHAUI (1986) acerca do termo cultura que, segundo ela, “em sentido amplo, cultura [...] é o campo simbólico e material das atividades humanas. (SOUZA, 2017, p. 10).

A cultura do estupro se mostra clara ao analisar os dados da violência no país, e como este crime está presente na vida da população, sejam homens

ou mulheres, todos os dias. Neste trabalho, duas principais pesquisas foram utilizadas para avaliar a situação dos crimes de estupro no país: os dados do Anuário de Violência Sexual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que reuniu dados sobre os boletins de ocorrência feitos sobre violência sexual em 2021 e a pesquisa “Percepções sobre direito ao aborto em caso de estupro”, feita em 2022 pelo Instituto Patrícia Galvão e que consultou 2000 pessoas acima de 16 anos em todo o território sobre assuntos relacionados ao estupro.

3.1. O estupro no Brasil

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) é uma organização não-governamental constituída por pesquisadores, cientistas sociais e funcionários públicos que contribuem para dar luz às informações sobre violências e políticas de segurança no Brasil. Anualmente, a instituição divulga um relatório sobre a violência no país do ano anterior, com estatísticas importantes sobre o crime no Brasil, incluindo a violência sexual, seja o estupro ou a tentativa.

É importante destacar que as informações produzidas pela instituição equivalem a números gerais sobre o estupro, incluindo vítimas e agressores de todos os gêneros, idades, cor, classe, raça e sexualidade, com base nos boletins de ocorrência registrados em cada município.

Os últimos dados colhidos pelo Fórum podem ser vistos no Gráfico 1.

O estupro em números absolutos no Brasil

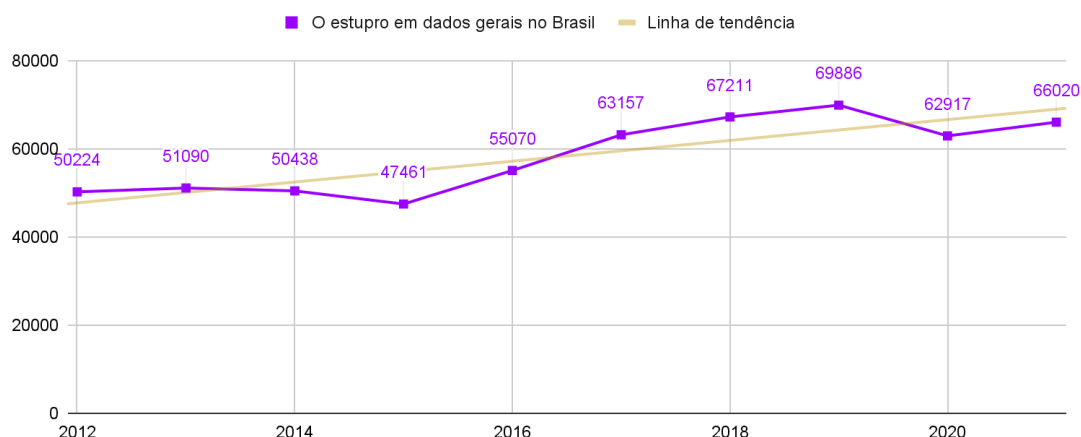


Gráfico 1 - Dados absolutos do estupro no Brasil (FBSP, 2022)

Os dados do Gráfico 1 equivalem aos anos entre 2012 e 2021. Nesse período, houve crescimento de 31,45% em número absoluto do crime de estupro no país, o que equivale a mais de meio milhão de vítimas que denunciaram formalmente o crime por meio de boletins de ocorrência nesta década analisada.

Além disso, no anuário é possível observar como o estupro é e deve continuar sendo uma pauta da luta feminista. Segundo a FBSP, quase 90% das vítimas são mulheres, independente das variantes sociais..

No ano de 2021, o número total foi de 66.020 denúncias, com taxa de 30,9 por 100 mil habitantes e crescimento de 4,2% em relação ao ano anterior, 2020 (FBSP, 2022). Isso equivale a aproximadamente sete estupros por hora ou aproximadamente um estupro a cada 9 minutos no país.

É importante destacar também que o período 2020-2021 foi marcado pela epidemia do coronavírus, obrigando grande parte da população a ficar em quarentena nas suas casas³. Tal situação prova, mais uma vez, o contrário do que é perpetuado pela população, de que o estupro é causado pela vida “mundana” da vítima.

É possível ver a perpetuação dessa ideia nos estudos dos Institutos Patrícia Galvão e Locomotiva. Para 61% dos entrevistados, a percepção é que a maioria dos estupros de brasileiras adultas ocorre fora da residência, seja em

³ Segundo pesquisa da instituição Incognia, em abril de 2020, 50% da população brasileira estava em quarentena.

espaços privados, como escolas, bares e festas, ou públicos, como parques e ruas (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2022).

No entanto, o que acontece é o contrário: 65% das entrevistadas que indicaram que já sofreram estupro relataram que o crime aconteceu dentro de casa (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2022). Trazendo o estudo para o âmbito nacional, é possível ver que a grande maioria dos casos são cometidos por pessoas confidentes da vítima, como pais, avós, amigos ou parceiros, como mostra o trecho do anuário da FBSP:

Diferentemente do previsto no imaginário social da população, a violência sexual no Brasil é, na maioria das vezes, um crime perpetrado por algum conhecido da vítima, parente, colega ou mesmo o parceiro íntimo: 8 em cada 10 casos registrados no ano passado foram de autoria de um conhecido, considerando os registros em que esta informação estava disponível. O fato de o autor ser conhecido da vítima dá uma camada a mais de violência e de complexidade ao crime cometido: a denúncia se torna um desafio ainda maior para as vítimas. (FBSP, 2022).

No entanto, os números das denúncias formais não são suficientes para analisarmos a situação do crime de estupro no país. Há um histórico de desvalorização, medo e até punição das vítimas, enquanto os agressores seguem livres, o que faz com que o crime seja pouco denunciado.

Como visualizado na linha de tendência do Gráfico 1, é possível prever que o número de casos de violência sexual seja ainda maior em 2022 e 2023. No estado de São Paulo, o último a atualizar seus dados sobre o tema, a Secretaria de Segurança Pública estadual registrou 3.551 casos de estupro de janeiro a março de 2023, o maior número registrado em um trimestre desde o início da análise dos dados, em 1996. Na capital, o número absoluto de casos de estupro aumentou 36,9% (G1, 2023). No entanto, com o número expressivo de subnotificação, não é possível saber se os casos realmente aumentaram ou se foram apenas as denúncias que foram feitas com maior frequência, como afirma a nota de esclarecimento da SSP sobre os dados publicados:

A Secretaria da Segurança Pública informa que o crime de estupro tem um índice de subnotificação muito grande quando comparado aos demais crimes e por isso tem adotado políticas públicas para que as vítimas confiem no trabalho das polícias e façam o registro da ocorrência, o que pode representar o aumento da notificação dos casos. A constante divulgação de informações sobre esses crimes, como denunciar, sobre direitos e possibilidades das vítimas

aumentam os registros pois as vítimas entendem e se fortalecem em denunciar.[...] Para atendimento dessas vítimas o Estado conta com 140 Delegacias de Defesa da Mulher, além das 77 salas de Delegacia Da Mulher anexas aos plantões policiais para a realização de atendimentos. (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA *apud* G1, 2023).

A subnotificação dos casos de estupro no Brasil impressiona: segundo a mesma pesquisa do Instituto Patrícia Galvão, 81% das entrevistadas que admitiram ter sofrido violência sexual não denunciaram o crime. Das 19% que denunciaram, apenas 14% fizeram uma denúncia formal para a polícia, o que significa que o número de vítimas pode ser muito maior que o levantado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostrado anteriormente. A pesquisa do Instituto também avaliou o porquê as vítimas não seguiram com a denúncia, como mostra o Gráfico 2:

Porque as vítimas não denunciam o crime de estupro

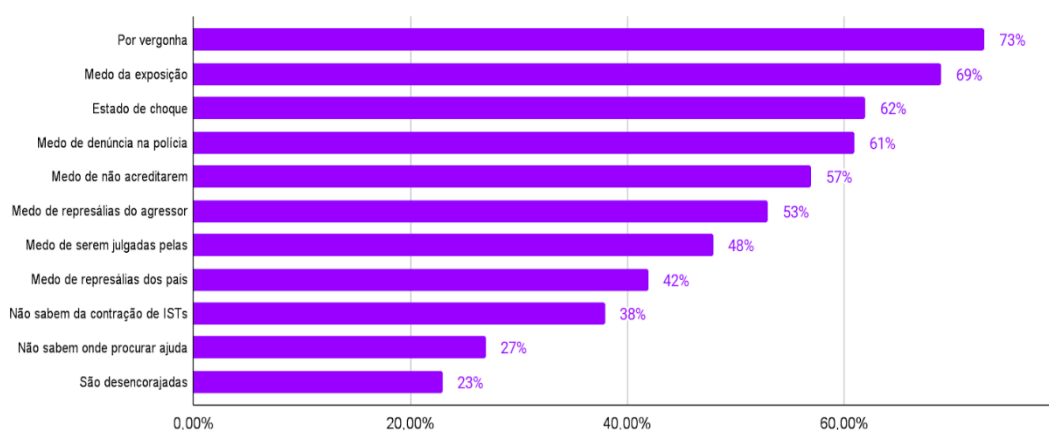


Gráfico 2 - Por que as vítimas não denunciam o crime de estupro (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2022). Elaboração própria.

No Gráfico 2, é possível destacar três principais pilares. O primeiro é o medo da vítima, seja do caso denunciado não ser levado adiante nos julgamentos ou das represálias e julgamentos da comunidade, observado em 6 das 11 respostas; a vergonha, como se pode ver na resposta de maior aderência; e a falta de informação das vítimas sobre os riscos do estupro e de como e onde fazer as denúncias, em 2 das 11 respostas.

Esse medo sentido pelas vítimas não é irracional. Com a violência sexual sendo tão presente e enraizada em nossa sociedade, o medo do

juízo se torna algo comum, visto que, constantemente, é possível ver casos em que a palavra da vítima não é levada a sério e sua dor não é acolhida, como investiga a reportagem de Leilane Menezes para o Jornal Metrópoles:

Quando decide denunciar, a mulher não encontra um ambiente acolhedor. Se consegue vencer a primeira barreira, que é a da culpa criada pela pressão social, ela muitas vezes não encontra um policial preparado para acolhê-la, um juiz que não faça perguntas abusivas, um promotor que não a transforme em culpada pelo próprio sofrimento. (MEDEIROS *apud* MENEZES, 2017).

Além disso, é possível ver que, também por machismo, o crime quase sempre é impune. Hoje, não existem dados oficiais que demonstrem quantos casos de estupro terminaram na prisão do agressor. Em 2017, no estado de São Paulo, apenas dois em cada 10 inquéritos sobre estupro abertos pela polícia eram esclarecidos, segundo o Datafolha (MENEZES, 2017). No entanto, o perito criminal federal Hélio Buchmüller traz um cálculo interessante para se ter um parâmetro do problema da impunidade dos agressores sexuais no país:

Não precisamos de grandes cálculos para perceber o rastro de impunidade que o crime de estupro deixa no Brasil. Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), havia em junho de 2014 pouco mais de 12.800 pessoas presas por crimes contra a dignidade sexual. Em um cálculo conservador, podemos considerar que uma pessoa condenada por estupro cumprirá, no mínimo, dois anos de período de reclusão. Em 2013 e 2014, foram registrados, respectivamente, 51.090 e 47.646 casos de estupros. Temos, dessa forma, que os pouco mais de 12.800 correspondem a cerca de 13% das ocorrências de crimes sexuais em dois anos. Se considerarmos a estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de que a ocorrência de estupros pode ser até dez vezes maior do que o total notificado, teríamos algo próximo a 1% de punição. (BUCHMÜLLER, 2016)

Esse cálculo não é oficial, mas deixa claro que o problema do estupro no Brasil está longe de ser resolvido: as leis existem, são duras, mas não são aplicadas. Esta situação só ajuda os criminosos a praticarem ainda mais crimes, e as vítimas continuarem com medo.

Mas será que a punição é o suficiente para que o crime de estupro seja julgado no país? Muito antes da castração química, do armamento da população, ou de penas mais severas para os agressores, ideias que constantemente vêm a tona quando algum caso de estupro é denunciado, é

preciso conscientizar e ouvir as vítimas. “A cultura do estupro também está entre quem julga, há muitos juízes machistas. O baixo índice de condenações vem também da desvalorização da palavra da vítima” (MEDEIROS *apud* MENEZES, 2017).

Em entrevista para o jornal Folha de São Paulo, Luciana Temer, presidente do Instituto Liberta que luta contra a violência sexual em adolescentes e crianças, as campanhas de comunicação e conscientização do problema são a chave para que o crime seja punido no Brasil:

Toda vez que você fala em violência sexual, um monte de gente vem pedir pena de morte, castração química e outros absurdos. Mas só há punição se as vítimas falarem. Temos um marco legal que contempla a repressão a esse crime, o acolhimento às vítimas e a necessidade de campanhas de prevenção nas escolas como um tema transversal do currículo. O que falta são políticas concretas. Quatro registros de meninas estupradas por hora é um dado inadmissível. E não adianta falar sobre sexualidade com a menina quando ela já está na adolescência, muitas vezes com um bebê no colo. É tarde demais. (FOLHA DE SP, 2023).

Por isso, é preciso campanhas ativas de educação sexual e que as cartilhas sobre estupro, como a “Norma técnica de prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes”, sejam divulgadas nacionalmente, e as vítimas tenham maior acesso aos riscos e direcionamentos de um crime de estupro.

As pessoas precisam de uma educação sexual adequada, que ensine a respeitar completamente as outras pessoas e que não exista essa diferença de poder em que um acredita que pode dominar o outro. Esse combate também precisa passar pela discussão de um Estado que esteja mais preparado para lidar com essas vítimas e que responsabilize esses homens. (BELLO *apud* AGÊNCIA BRASIL, 2016).

Mas além de falar sobre o estupro, é preciso que ele seja levado com seriedade nas discussões sociais e políticas. No entanto, mesmo estando muito presente nas páginas policiais e nas pesquisas, os números altíssimos da violência sexual e as baixas denúncias ajudam para que o estupro seja tolerado, e os homens continuem utilizando esta violência como forma de poder sobre as mulheres. Assim, ele se torna banalizado, e tratado apenas como uma forma polêmica de sexo.

Por isso, cada vez mais o tema aparece de forma “inocente” em músicas que estouraram nas rádios, falas de políticos que se tornariam representantes da nação no futuro, e propagandas “polêmicas” de cerveja.

3.2 O “não é não” e o estupro como ferramenta de poder sobre as mulheres

“Pimpolho é um cara bem legal
 Pena que não pode ver mulher
 Na dança ele já pede pra baixar
 Já pede pra baixar
 Ela quer parar ele não quer
 Ela tá dançando
 E o Pimpolho tá de ôio
 Cuidado com a cabeça
 Do Pimpolho
 [...]
 Eu sou Pimpolho
 Sou o rei da mulherada
 Beijo todas sem parar
 E vê se para de me olhar
 Abaixa logo devagar
 Porque meu fôlego tá acabando
 Não consigo mais falar
 Vai caindo, vai caindo
 Agora pode levantar
 Ela tá dançando
 E o Pimpolho tá de ôio
 Cuidado com a cabeça
 Do Pimpolho” (ART POPULAR, 1996)

Os anos 1990, como uma resposta à censura da recém acabada ditadura, foram marcados por músicas de duplo sentido, principalmente aquelas que falavam sobre sexo. Grupos como “Molejo, Raça Pura, Art Popular e Cia do Pagode [tinham] essa maneira bem humorada e maliciosa de falar de ‘amor’, o que fez com que grande parte dos nomes da época adotassem a tática.” (UOL, 2014).

A canção "Pimpolho" estabeleceu a carreira do grupo Art Popular, junto com o álbum "Temporal" em 1996: "O 'Pimpolho' é mais conhecido que a gente. Não sei se é mais conhecido que o nome 'Art Popular', mas a música vai fazer 23 anos. Toca em velório, festa junina" disse o autor da música e vocalista do grupo em entrevista para Danilo Gentili (ESTADÃO, 2018). E o musicista não mentiu: a música atravessou gerações, e é uma das principais músicas do grupo até hoje (REDE GLOBO, 2012). Foi tocada na Itália e ganhou versões de grupos de pagode como Sorriso Maroto e outros. "A música chegou até a ser censurada em algumas rádios, mas não adiantou. Virou hit entre crianças e jovens, deixando os mais velhos ainda mais indignados". (UOL, 2014)

A música é um exemplo, entre muitos, de como o consentimento da mulher é colocado em segundo plano quando falamos do desejo sexual masculino. Nela, dois trechos chamam a atenção: "Ela quer parar e ele não quer" e "Cuidado com a cabeça do pimpolho". Ambos os trechos demonstram a intenção do eu lírico em forçar as mulheres a atos que elas não gostariam. Na canção, "a cabeça do pimpolho" faz referência a glândula do pênis do eu-lírico, popularmente conhecido como "cabeça". Logo, é possível interpretar que "a cabeça do pimpolho" era algo que as mulheres deveriam se precaver, reforçado pelo trecho "Pena que não pode ver mulher".

O trecho "Sou o rei da mulherada / Beijo todas sem parar" também demonstra como o eu lírico contribui com o ideal masculino de predador sexual. Em entrevista para o programa "Altas Horas", Leandro Lehart, compositor da música, fala sobre como o integrante do grupo, Denilson, o "Pimpolho", foi a inspiração para a canção: "Usei um pouco da onda dele de quando ele era solteiro, ele era muito arteiro com a mulherada" (REDE GLOBO, 2012). Na mesma entrevista, Leandro cita todos esses trechos como engraçados, "chiclete", e a razão da fama da música.

Em uma nova entrevista, feita em 2021 para o "Programa do Bial", Leandro muda a linguagem e fala como o "Ela quer parar e ele não quer" na verdade foi um recurso linguístico:

Eu acho que a gente tem que realmente mudar algumas coisas em relação aos nossos comportamentos né? Isso é muito importante. Eu sou muito adepto das mudanças, das adaptações de preservar determinados nichos que são extremamente desenganados pela história do Brasil, enfim. Na verdade a questão da poesia simples que

essa música.. que quando eu fiz essa mistura do “Ragga” com o samba fala “Ela quer parar, ele não quer”. Na verdade, eu sempre gostei do português de você suprimir palavras pras pessoas poderem pensar. Então na verdade ela quer parar de dançar, ele não quer parar de dançar. É simples assim. E eu entendo que algumas pessoas interpretem como se fosse uma forçação de barra, uma questão abusiva, mas na verdade foi só uma... uma brincadeira em que eu tirei palavras pra uma questão interpretativa. Porque quando você cria interpretações na música, você coloca a música num outro estágio, né? O que que ele quer dizer com isso? Isso é a coisa mais importante da música, né? (LEHART *apud* REDE GLOBO, 2021).

O trecho da entrevista tenta desmentir o assédio do personagem da música, dizendo que não se tratava de uma situação abusiva mas sim de uma “brincadeira”. Mas isso deixa ainda mais claro o como o assédio e a violência sexual quase nunca é visto com seriedade pelos homens, mas como algo que traz um toque de “humor” na comunicação.

O modo como uma violência pode ser utilizada como forma de arte é descrita pelo pesquisador de Estudos para a Paz Johan Galtung como “Violência Cultural”. Para o autor, ela se caracteriza como “qualquer aspecto de uma cultura suscetível de ser utilizado para legitimar a violência direta ou estrutural” (GALTUNG, 1989, p. 6). Ou seja, a violência cultural, neste trabalho representada pela música “Pimpolho” e por muitos outros exemplos citados anteriormente, não mata ou causa dor como a violência física, mas legitima a violência a ser uma parte vital da estrutura da sociedade. Por meio da arte, a violência pode ser banalizada e justificada como brincadeira:

A violência cultural faz com que a violência direta e estrutural apareça, e inclusive se percebam, como lotadas de razão - ou pelo menos como “não ruins”. [...] Uma das maneiras de atuação da violência cultural é mudar a “cor moral” de um ato, passando do vermelho/incorreto para o verde/correto ou pelo menos para o amarelo/aceitável. Um exemplo seria o “assassinato pela pátria”: correto; em benefício próprio: incorreto (GALTUNG, 1989 pág. 8).

Assim, o assédio e violência sexual não podem ser justificados, mas “Ela quer parar ele não quer”, quando inserida na arte, pode se tornar uma brincadeira, usando a “cor moral” do ato.

Essa ideia pode ser vista também na campanha de carnaval veiculada pela marca de cervejas Skol em 2015. Nas décadas de 2000 e 2010, como analisa Isabella Lessa para a revista eletrônica Meio e Mensagem (2017), “a cerveja era uma das categorias mais simbólicas quando se fala em

objetificação e estereótipo de gênero”. Como o público alvo das campanhas de cervejas eram os homens, era natural encontrar em bares, botecos e até supermercados propagandas com mulheres seminuas em posição de servidão e objetificação para os homens, como é possível observar na Imagem 1, em outra campanha de cerveja, Itaipava.



Imagem 1 - Exemplo de propaganda de cerveja que objetifica mulheres (ITAIPAVA, 2015)

E essa sexualização de mulheres nas propagandas de cerveja se estendeu até a banalização do assédio e violência sexual. Na propaganda de carnaval da marca Skol de 2015, o mote da campanha *Out of home*, ou seja, campanhas que são veiculadas em espaços públicos, continha as frases “Topo antes de saber a pergunta”, “Tô na sua, mesmo sem saber qual é a sua” e “Esqueci o não em casa”, conforme a Imagem 2.



Imagem 2 - Exemplo de cartaz da campanha de carnaval OOH da Skol (FOLHA DE SP, 2015)

No entanto, essa campanha mostra como o consentimento é interpretado como apenas um detalhe e não uma obrigatoriedade nas relações sexuais, principalmente as heterossexuais. Essa situação se agrava quando colocamos em análise que essa é uma marca de bebidas alcoólicas, tradicionalmente utilizadas no carnaval para ludibriar mulheres a ficarem mais “fáceis” para aceitar as investidas de um homem.

O discurso abordado na peça publicitária da Skol faz referência a toda uma cultura que está enraizada em nossa sociedade há várias gerações. O fato de que está sendo feita uma apologia ao comportamento desenfreado e irresponsável nessa época do ano (carnaval) está ligado a vários discursos e enunciados pré-existentes, uma vez que está promovendo um comportamento que estamos tentando combater há anos, tendo em vista que é preciso festejar de forma consciente. Ou seja, existe uma ideia muito maior que está implícita no texto da peça, onde a Skol está propagando a ideia de “aceite qualquer oportunidade” (ALBUQUERQUE *et al*, 2016)

Segundo pesquisa do instituto Ibope Inteligência feita em 2020, 48% das mulheres brasileiras declararam já ter sofrido algum tipo de assédio, constrangimento ou importunação sexual em alguma festa de carnaval pelo país (G1, 2020a). Por isso, a campanha da Skol causou revolta nas mulheres, representadas aqui pelas comunicadoras Priscila Ferrari e Camila Alves, conforme aponta a Imagem 3.



Imagem 3 - Post no Facebook que viralizou criticando a campanha da Skol (FACEBOOK, 2015)

As duas mulheres picharam a peça por não gostar do teor da propaganda e fizeram a foto com o dedo do meio à mostra, indicando discordância. O post teve mais de 8 mil curtidas e quase 3 mil compartilhamentos. Em entrevista para Folha de SP (2015), Priscila comenta:

Essa publicidade estava no ponto de ônibus que eu vou todo dia e fiquei chocada com o tipo de mensagem. Resolvemos fazer uma intervenção. A peça e a campanha em si mostram claramente um conceito errado, de 'topo, depois pergunto de 'não pode dizer não, sendo que estamos no carnaval e 'não é o que mais a gente precisa dizer. Não ao estupro, não ao beber e dirigir, não ao sexo sem camisinha. Cerveja e machismo andam juntos desde sempre e precisamos desconstruir isso. Não podemos aceitar esse tipo de coisa ser chamada de normal e engraadinha. (FOLHA DE SP, 2015)

E a publicação da Priscila fez efeito. O diretor de comunicação da Ambev, empresa de bebidas dona da marca Skol, retirou as comunicações em uma noite e substituiu por novas, que valorizavam o respeito (FOLHA DE SP, 2015). Em comunicado, a marca afirmou que substituiu as peças “por respeito à diversidade de opiniões” (LESSA, 2017). Desde então, a marca é envolvida em ações a favor da diversidade, como o patrocínio da parada LGBTQIAP+ de São Paulo e a campanha “Viva a diferença”, que celebra a beleza das diferenças no verão.

No entanto, mesmo com o reposicionamento da marca a favor do respeito ao consentimento e à diversidade, não se pode fechar os olhos ao claro exercício de poder que esse tipo de comunicação evidencia.

Tomando como base os ideais defendidos por Louis Althusser, podemos relacionar a peça em questão aos aparelhos de repressão ideológica, onde a classe dominante faz uso de mecanismos para manter sua dominação, uma vez que ela propaga uma ideia de que a classe dominada deve se submeter a relações e condições de exploração. Sob o ponto de vista dos consumidores indignados, isto pode ser traduzido para o contexto da campanha da Skol de forma que, com a propagação da ideia de “não diga não” as pessoas passam a perder sua autonomia e direito de escolha, abrindo a possibilidade para o abuso e desrespeito com o livre arbítrio alheio. Mesmo que não tenha sido o objetivo da marca, campanhas como essa causam um desconforto enorme para aqueles que passam por esse tipo de situação em seu dia-a-dia, como mulheres e algumas minorias, qualquer forma de apoio a este tipo de comportamento não deve ser tolerada, promovida ou endossada. (ALBUQUERQUE *et al*, 2016)

O abuso sexual como forma de humor mascara um ponto importante sobre a cultura do estupro: como ele é utilizado como forma de poder e correção dos homens acima das mulheres.

A sexualidade, além de outros fatores (como status social, raça, status financeiro, e quaisquer outros adjetivos qualificantes), tem o poder de classificar as pessoas de acordo não apenas com a sua percepção da própria sexualidade, mas, também, com o modo como a sociedade percebe o seu comportamento sexual, como aponta Michel FOUCAULT (1988): “Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos mais dotados de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias. (SOUZA, 2017, p. 15)

Essa cultura reforça o papel do homem como predador sexual:

Isso pode ser justificado pela construção histórica de personagens como Eva, que incitou Adão a comer o fruto proibido no Éden. Cria-se a imagem da mulher como um ser dissimulado, que provoca no homem reações instintivas. Assim, para evitar que o homem apenas “faça o seu papel” (viril, macho, violento e dominador), a mulher precisa agir adequadamente: usar roupas que não exponham seu corpo, se comportar como uma moça de família, não ir em determinados lugares ou sair na rua sozinha em determinados horários. (OLIVEIRA, 2014, p. 35).

E com isso, a culpa do crime se torna às mulheres, que se sentem responsáveis pela violência cometida contra elas, submetendo costumes,

gostos e comportamentos a favor dos agressores, que são em sua maioria, homens:

Tais valores [os machistas] são repassados para toda a sociedade, que revitimiza a mulher principalmente por, segundo a concepção geral, colocar-se nas chamadas 'situações de risco', nas quais a mesma é culpada por não seguir as chamadas regras de conduta. Regras de conduta, que, por sua vez, são inseridas na socialização da mulher desde o momento do nascimento, ensinando-a que tipo e tamanho de roupas vestir, que tipo de maquiagem usar, como se comportar na rua, quando e como beber, quais os horários pode sair de casa, e, assim, sucessivamente, depositando na mulher a responsabilidade sobre os atos dos terceiros contra a sua integridade sexual. (SOUZA, 2017, p. 13).

Por isso, é preciso reforçar que o estupro, ao contrário do que essas mídias querem reproduzir, é muito mais que uma noite sexo a se esquecer. É, na verdade, uma violência.

E muito mais que apenas uma violência, é por meio dele que homens submetem mulheres a sua vontade sexual e transgridem direitos básicos à liberdade, reproduzindo a cultura machista e misógina que assola a sociedade brasileira:

Os estupradores encontram-se em todos os lugares e classes da sociedade. Eles reproduzem, por meio de atos, a submissão da vítima à sua vontade, transgredindo os direitos humanos mais básicos de integridade física e psicológica do outro. Os estupradores agem assim apoiados em discursos machistas que são transmitidos até eles, e por eles, das mais variadas formas. O conteúdo desse discurso tem como foco a ideia de que o poder sexual está no homem, e que este tem o direito de realizar esse poder sobre a mulher ou sobre outros homens (que, dentro da sociedade binária, não reproduzem os estereótipos de masculinidade e virilidade) como quiser e sempre que julgar necessário. [...] A sexualidade, além de outros fatores (como status social, raça, status financeiro, e quaisquer outros adjetivos qualificativos), tem o poder de classificar as pessoas de acordo não apenas com a sua percepção da própria sexualidade, mas, também, com o modo como a sociedade percebe o seu comportamento sexual, como aponta Michel FOUCAULT (1988) "Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos mais dotados de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias. (SOUZA, 2017, p. 12).

Essa ideia de poder de gênero por meio do estupro é tão clara, que desde o começo das sociedades, o estupro é uma maneira de conquistar territórios em uma guerra. Como o que aconteceu na Ditadura Militar brasileira:

Entre as inúmeras violações aos direitos humanos cometidos pelos militares idolatrados por Jair Bolsonaro durante a ditadura, algumas das mais escabrosas envolviam o uso do estupro como forma de torturar presas políticas. Apresentado em três volumes, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade trouxe depoimentos de algumas vítimas de violência sexual. Foi o caso de Karen Keilt, detida no Departamento Estadual de Investigações Criminais de São Paulo em 19 de maio de 1976. (NEGREIROS, 2021, p. 255)

E essa ideia foi reproduzida por um dos maiores apoiadores da ditadura, que em alguns anos se tornaria nosso presidente: Jair Messias Bolsonaro. Em 2003, durante uma discussão com Maria do Rosário sobre redução da maioria penal, o então deputado ecoou sua famosa frase que seria repetida por seus apoiadores: “Jamais ia estuprar você, porque você não merece” (NEGREIROS, 2021, p. 133). A frase então continuou a ser repetida durante sua pré-candidatura à presidência, principalmente após a campanha “Não mereço ser estuprada”, feita em 2014 por Naná Queiroz:

Se, em 2003, as ofensas de Bolsonaro a Maria do Rosário teve repercussão modesta, em 2014 o assunto dominou as redes sociais — e a imprensa. Para o jornal Zero Hora, de Porto Alegre (RS), o deputado explicou o que quis dizer com “jamais ia te estuprar, porque você não merece”. “Não merece porque é muito feia. Não faz meu gênero. Jamais a estupraria. (NEGREIROS, 2021, p. 254-255)

No trecho, o então deputado trata a violência sexual como algo corretivo e benéfico para sua “rival”, Maria do Rosário. Falas como esta e muitas outras tornaram Bolsonaro um “mito” a favor dos costumes tradicionais do país. Entre esses “costumes tradicionais”, o estupro das mulheres e o homem como dono do poder social e sexual.

Com esses pontos, é possível ver como a violência sexual molda a cultura brasileira. O estupro está presente dentro de todas as mulheres através do medo e da submissão, e de todos os homens através de sua superioridade de poder imposta pelos costumes machistas que regem seus hábitos, mesmo inconscientes, desde sempre.

Por isso, é possível concluir que a violência sexual dita também as microculturas presentes no país, também conhecidas como culturas organizacionais.

4. O ESTUPRO COMO CULTURA NATURALIZADA NAS ORGANIZAÇÕES

A cultura organizacional é um pilar muito importante no estudo das Relações Públicas. Ela é a conexão entre o cenário social em que uma instituição está envolvida e sua dinâmica interna. Siqueira (2019) define cultura organizacional como:

Um conjunto de elementos simbólicos e materiais que permitem a existência da organização e que influenciam diretamente os modelos de gestão e a maneira como ela se comunica, interna e externamente. A cultura organizacional se reflete no modo de falar, de se vestir, de se comportar e de lidar com problemas. São as normas de comportamentos esperados, mas que nem sempre são formalizadas, podendo ser compartilhadas de modo inconsciente: “A manifestação do conceito de cultura acontece por meio de símbolos, linguagem, crenças, ritos e mitos (GOMES *et al.* 2017, p. 55 *apud* SIQUEIRA, 2019, p. 41).

Como visto no capítulo anterior, a violência pode ser parte importante na formação da cultura brasileira. E quando se trata de violência sexual, pode ditar comportamentos, músicas, relações de poder e muitos outros aspectos que moldam o dia a dia da população brasileira.

E essa presença tão marcante na cultura nacional acaba refletindo nas organizações, visto que, nos tempos atuais, elas também “sofrem com as constantes mudanças externas” (FERRARI, 2006, p. 243). As organizações são feitas de e por pessoas que trazem seus conhecimentos e vivências próprios, contribuindo então para moldar a cultura organizacional de uma instituição, visto que:

As organizações têm as interações sociais como fator preponderante para a formação de sua estrutura e desenvolvimento de seus processos. Os indivíduos tecem suas relações e a partir delas evidenciam entendimentos comuns para o grupo. Esse relacionamento é constituído por um processo de constante produção de significados (cultura) por meio da interação social (comunicação). (MARCHIOLI; VILAÇA, 2011, p. 1).

Com essa ideia, é possível assumir que a cultura é feita das interações sociais, ou seja, formada na comunicação. Portanto, estudar a comunicação organizacional é entender a complexa dinâmica em que uma instituição é

inserida, principalmente no seu valor como motivador da manutenção ou transformação da cultura inserida:

Recorrendo a filosofias, políticas corporativas, padrões de conduta, valores, entre outros itens, as organizações se constituem em redes de relacionamento que realizam trocas simbólicas entre seus diferentes públicos. Dessa maneira, as relações públicas têm um papel fundamental na condução de diretrizes políticas de comunicação para atuar nos relacionamentos com públicos estratégicos. (FERRARI, 2006, p. 244 a 245).

É possível observar como a cultura da violência sexual está inserida nas organizações ao analisarmos a pesquisa feita em 2022 pela Aberje. Segundo a pesquisa, 72% das mulheres entrevistadas - aproximadamente três em cada quatro - já enfrentaram assédio sexual no local de trabalho, da mesma forma que 77% já presenciaram atos de assédio contra outras mulheres no local de trabalho (EXAME, 2022).

Outra pesquisa, feita pelo LinkedIn em parceria com a Think Eva, apesar de mais antiga, traz um recorte ainda maior para o tema. A pesquisa evidencia que quase metade das mulheres já sofreram algum tipo de violência sexual (como o assédio) na instituição em que trabalham (G1, 2020b). A situação é ainda pior quando recortamos a pesquisa: 51% das mulheres negras entrevistadas e 62% das mulheres nortistas afirmaram que já sofreram a violência no ambiente corporativo (G1, 2020b).

E o medo e impunidade seguem o mesmo cenário nacional: segundo a mesma pesquisa, apenas 5% das mulheres que relataram ter sofrido violência sexual no trabalho denunciaram o caso aos órgãos responsáveis. “O baixo índice de queixas está associado ao senso de impunidade, ineficiência de políticas internas e ao medo, além do sentimento de culpa pelo assédio sofrido” (G1, 2020b).

Além disso, com a falta de políticas internas sobre violência sexual, é evidente o desconhecimento sobre as formas de reconhecer situações de assédio:

Esse contexto aparece quando 10% das entrevistadas dizem não saber se já passaram por algum episódio de assédio, assim como outros 10% não sabem identificar situações correlatas em seus ambientes de trabalho. (G1, 2020b)

E por isso o papel do relações-públicas, quando utilizado com estratégia, é essencial no combate à cultura de estupro nas instituições. Esse profissional tem o poder de permear as relações existentes entre os integrantes de uma instituição, “atuando como um sistema dialógico com o objetivo de informar, persuadir, motivar e alcançar a compreensão mútua” (FERRARI, 2006, p. 245), principalmente na função de produzir novas narrativas e significados mais éticos e responsáveis em detrimento de culturas violentas como a do estupro.

4.1 A comunicação nas organizações no combate à cultura do estupro

Para que a cultura de estupro seja pauta nas organizações, urge a criação de ações efetivas para transformar sua cultura interna. A especialista em comunicação organizacional Maria Liguori, em entrevista para o G1, comenta

O ambiente corporativo ainda encontra dificuldades em assumir sua parte nessa mudança cultural. Ao fechar os olhos para este problema, reproduz os mesmos comportamentos que, direta ou indiretamente, protegem o agressor e reforçam um cenário perverso em que ele, por sinal, é o único que não sai perdendo. A vítima é revitimizada e excluída do mercado, a própria empresa perde talentos e a diversidade de seu corpo de funcionários e a comunidade segue vendo a violência ser perpetuada (G1, 2020b)

É possível ver essa mesma ideia nas opiniões das entrevistadas pelo LinkedIn e Think Eva em 2020. Para elas, seis ações poderiam ser feitas pela empresa para conscientizar e minimizar os casos de violência sexual no ambiente profissional:

Adotem um posicionamento oficial e público;
Desenvolvam ações preventivas;
Criem uma ouvidoria especializada para acolhimento das vítimas;
Façam um monitoramento constante para avaliação das políticas e práticas;
Adotem um processo de denúncia seguro e transparente;
Elaborem um protocolo de encaminhamento dos casos com a punição do agressor. (G1, 2020b)

Todas essas ações podem ser organizadas e planejadas estrategicamente pelo relações-públicas, visto que ele tem a principal função de fazer a mediação permanente entre os públicos e as organizações, traduzindo esses relacionamentos em benefícios para todas as partes envolvidas (FERRARI, 2006), inclusive as vítimas.

A importância das campanhas organizacionais no combate da violência e assédio sexual se mostraram tão urgentes e necessárias que foi criada uma lei para garantir que elas aconteçam. Segundo o especialista em compliance Wagner Giovanini (2022), a lei nº 14.457 de 21 de Setembro de 2022 “trouxe transformações importantes que impactam diretamente algumas organizações, exigindo adaptação em uma série de aspectos, principalmente, a implementação de treinamentos contra assédio”.

A lei estabelece que:

Para a promoção de um ambiente laboral sadio, seguro e que favoreça a inserção e a manutenção de mulheres no mercado de trabalho, as empresas com Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa)⁴ deverão adotar as seguintes medidas, além de outras que entenderem necessárias, com vistas à prevenção e ao combate ao assédio sexual e às demais formas de violência no âmbito do trabalho:

I - inclusão de regras de conduta a respeito do assédio sexual e de outras formas de violência nas normas internas da empresa, com ampla divulgação do seu conteúdo aos empregados e às empregadas;

II - fixação de procedimentos para recebimento e acompanhamento de denúncias, para apuração dos fatos e, quando for o caso, para aplicação de sanções administrativas aos responsáveis diretos e indiretos pelos atos de assédio sexual e de violência, garantido o anonimato da pessoa denunciante, sem prejuízo dos procedimentos jurídicos cabíveis;

III - inclusão de temas referentes à prevenção e ao combate ao assédio sexual e a outras formas de violência nas atividades e nas práticas da Cipa; e

⁴ A CIPA é um órgão presente em organizações com mais de 20 funcionários e é responsável por evitar acidentes laborais e assédio, além de ser constituída por representantes dos empregados. Têm como encargos fiscalizar as condições de trabalho e elaborar programas de prevenção de riscos à saúde física e mental dos trabalhadores.

IV - realização, no mínimo a cada 12 (doze) meses, de ações de capacitação, de orientação e de sensibilização dos empregados e das empregadas de todos os níveis hierárquicos da empresa sobre temas relacionados à violência, ao assédio, à igualdade e à diversidade no âmbito do trabalho, em formatos acessíveis, apropriados e que apresentem máxima efetividade de tais ações. (BRASIL, 2022).

Com a lei, se tornou obrigatória a disponibilização de canais anônimos de denúncia ao assédio e violência sexual, a criação de códigos internos de ética para garantir a punição do agressor e a realização de treinamentos e campanhas de comunicação para conscientização e acolhimento. As empresas com CIPA que não cumprirem a lei estarão passíveis de punições como penalidades e aplicações de multas pelo Ministério do Trabalho (GIOVANINI, 2022).

Como se trata de uma lei tão recente, publicada em 2022 e colocada em prática em março de 2023, não é viável saber se as campanhas obtiveram resultados significantes. No entanto, é possível observar um padrão muito parecido de comportamento entre os cenários da cultura de estupro das organizações e a cultura nacional: a violência existe, vítimas são silenciadas, agressores raramente punidos e campanhas de conscientização e acolhimento existem na lei, mas não são bem executadas.

E essa situação não se limita ao ambiente corporativo e privado. É possível observar a mesma conduta nas universidades brasileiras, que, por serem ambientes historicamente elitizados e masculinos, omitem seus casos de violência sexual, causando ainda mais medo nas suas vítimas.

4.2 Cultura organizacional nas universidades

As universidades são instituições complexas e difíceis de estudar. Elas atendem um público vasto, com interesses, idades e classes completamente distintas enquanto cumprem seu papel duplo e contraditório: mantém a tradição de séculos, com seus rituais e modo ultrapassado de ensino, ao mesmo tempo que criam pesquisas modernas e novas tecnologias.

Das organizações do mundo contemporâneo, as universidades estão certamente entre as mais complexas, pois a elas se impõe um embate fundamental: de um lado, a tradição que remete ao período em que tais instituições surgiram, com seus rituais e hierarquia para seguir o seu propósito de transmitir o conhecimento e formar as novas gerações. De outro, os desafios tecnológicos e sociais do século XXI que precisam ser enfrentados para responder às demandas da sociedade — da falta d'água à inteligência artificial, da cura de doenças à crise da democracia (SIQUEIRA, 2019, p. 21)

As universidades e seu conceito moderno de educação surgiram ainda no segundo milênio, por volta de 1088 na Itália (SUPERINTERESSANTE, 2020). Foi nessa época que elas deixaram de ser um órgão da igreja para se dedicarem inteiramente aos estudos das ciências, ainda que dependendo do aval do clero para seu funcionamento. Dedicavam-se ao ensino das leis, da medicina, da astronomia e da lógica.

Desde então, muita coisa mudou no quesito da universalidade dos cursos e do acesso ao ensino superior. Nos dias atuais, apesar de ainda ter seu papel principal de formar os novos intelectuais e formadores de opinião, são nelas que uma parte da cultura é feita, cumprindo um novo papel, o da transformação social:

Ela é a instituição social que forma, de maneira sistematizada e organizada, os profissionais, técnicos e intelectuais de nível superior que as sociedades necessitam. Situa-se na esfera da superestrutura, dentro da sociedade civil, mantendo vínculos com a sociedade política e a base econômica. Serve normalmente à manutenção do sistema dominante, mas pode também servir à transformação social. (KUNSCH, 1992 *apud* SIQUEIRA, 2019, p. 21-22)

É na universidade que pessoas, que antes não tinham acesso à informação de qualidade ou redes de contatos importantes, podem ascender social e economicamente, transformando culturas nocivas em novos conhecimentos. No entanto, no Brasil, o papel tradicional das universidades - principalmente as públicas - ainda é o principal.

A primeira instituição de ensino superior brasileira, a Escola de Cirurgia da Bahia, surgiu mais de 700 anos depois da italiana, em 1808 (SUPERINTERESSANTE, 2020). A colisão de datas com a chegada da família real no país é intencional: até então Portugal não permitia a criação de universidades nas suas colônias (LUCKESI, 2012, *apud* SIQUEIRA, 2019, p. 24). A Escola foi criada pelo então cirurgião-mor do Reino, José Correia

Picanço, para formar novos médicos especializados para servir à corte brasileira (MAPA, 2016). Assim, a primeira e histórica escola superior brasileira cumpria seu papel principal de servir à elite da época.

O conceito de uma instituição universitária, com diferentes áreas e frentes de ensino chegou tardiamente ao Brasil em 1934, com a Universidade de São Paulo. “Observe que, em 1920, o Brasil ainda não tinha criado sua universidade e já existiam 76 na América do Norte e outras 26 na América do Sul, totalizando 102 universidades” (CAMPOS, 1954, *apud* ORSO, 2020, p. 3). A universidade foi criada em um momento de patriotismo brasileiro, em que tentavam “alcançar” o status e a glória dos países europeus:

O período de 1870 em diante, até a Primeira Guerra, o qual ele [Maciel de Barros] denomina de “ilustração brasileira”, é marcado pelo cientificismo, pela ideia de que há uma evolução única para todos os povos. Dentro dessa concepção, o País apenas estaria vivendo um momento diferente em relação aos mais desenvolvidos. Portanto, diz ele, “o problema dos povos seria o de acelerar a marcha para alcançar os demais. O modelo a seguir também seria universal.” (MACIEL DE BARROS, 1997d, p. 53). A ideia de humanidade única despertava otimismo nos indivíduos, assim, bastava acelerar a marcha do País e alcançar o nível dos mais avançados, “o nível do século” [...] Maciel de Barros, que era muito amigo de Júlio de Mesquita Filho, afirma que, de acordo com os idealizadores da USP, a universidade deveria exercer um papel fundamental tanto na adaptação da democracia no Brasil quanto na elevação do país ao “nível do século” (ORSO, 2020, p. 6-7)

Assim, com a criação da USP, o ensino superior brasileiro continuava com seu papel principal de servir à elite brasileira, formada por homens ricos e liberais, como afirma Sales Oliveira, que dá nome ao principal campus da USP, o Cidade Universitária Armando Sales de Oliveira (CUASO):

Os objetivos são claros, não escondem que a universidade deveria estar voltada para a formação da elite e seleção dos mais capazes. Ao ser criada, Salles Oliveira (1935, p. 1, grifo nosso) afirmava: “Dispomos agora de instrumento através do qual se prepararão as nossas elites dirigentes. Daqui continuarão a sair [...] homens que se destinam ao exercício da inteligência aplicada e que constituirão, sobretudo, os grupos de profissionais e do funcionalismo.” Mas não era só isso. Tinha presente a intenção de criar “um verdadeiro cérebro, integrando a ciência e a técnica, para forjar uma elite intelectual capaz de orientar todas as classes sociais”. “A Universidade de São Paulo”, afirmava ele, “é a primeira semente do Brasil novo. (SALLES OLIVEIRA, 1935, p. 1, *apud* ORSO, 2020, p. 10)

Foi apenas com a criação das universidades federais espalhadas pelo país, com o programa de expansão REUNI, já na década de 2000, que a universidade cumpriu seu papel de transformação social e inserção de um novo perfil brasileiro no mercado de trabalho especializado:

Entre 2003 e 2016, a educação rompeu com sua trajetória elitista percorrida por quase 500 anos. Durante os Governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Russeff, do Partido dos Trabalhadores, foram criadas 18 universidades, saindo dos grandes centros e chegando aos mais longínquos rincões do País, abrindo as portas também para estudantes carentes, filhos de trabalhadores, provenientes de escolas públicas, negros e índios. (ORSO, 2020, p. 11)

E essa mudança de perfil do público das universidades também se estende ao recorte de gênero. Um pouco antes do governo do PT, em 1970, a ascensão das mulheres no mercado de trabalho influenciou muito na participação feminina nas universidades:

Apenas na década de 1970 a situação de inferioridade social e econômica da mulher passa a ser questionada e o acesso às universidades passa a exercer um papel importante para que seja alcançada maior equidade entre homens e mulheres na sociedade brasileira (Barroso & Mello, 1975, p. 47). Dados do Censo Demográfico do IBGE indicam que em 1970 as mulheres representavam 26,6% da população com nível universitário, proporção esta que subiu para 45,5% em 1980. (VENTURINI, 2017, p. 2)

Mas foi nos anos 1990 que a participação feminina nas universidades teve seu protagonismo, e a porcentagem de mulheres nos cursos superiores alcançou 60%, ultrapassando a porcentagem masculina:

É possível sustentar que as últimas décadas foram marcadas por um processo de democratização do ensino superior para ambos os sexos, especialmente para as mulheres, uma vez que hoje há uma maior proporção de mulheres que completam o ensino fundamental, médio e, também, o ensino superior. Dados do Censo da Educação Superior⁵ divulgados pelo INEP indicam que em 2015 as mulheres representaram 59,88% dos estudantes que concluíram cursos de graduação presenciais no Brasil. [...] O percentual de mulheres que concluíram cursos de graduação presenciais manteve-se próximo a 60% no período de 1999 a 2015, o que comprova a tese da

⁵ O Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Inep, é o instrumento de pesquisa mais completo do Brasil sobre as instituições de educação superior que ofertam cursos de graduação e sequenciais de formação específica, bem como sobre seus alunos e docentes (INEP, 2021).

consolidação da inserção feminina nas instituições de ensino superior. (VENTURINI, 2017, p. 3)

No entanto, uma situação não mudou, mesmo com a maior participação das mulheres na universidade: desde os anos 70 até hoje, as mulheres continuam sendo maioria nos cursos de “menos prestígio social”, como as de humanidades, artes e licenciatura:

Apesar de em 1970 as mulheres representarem a maioria dos formandos do ensino médio, a participação delas era predominante no curso normal, o que reduz suas chances de ingresso nas universidades em razão dos vestibulares exigirem um currículo de orientação mais acadêmica como o curso científico. Tal cenário fazia com que as mulheres portadoras do diploma de professora primária tivessem suas opções de cursos mais limitadas e focassem em cursos nas áreas de ciências humanas ou letras, enquanto os homens em sua maioria concluintes do ensino científico possuíam mais chances de ingressar em cursos socialmente mais valorizados, como os de ciências biológicas e exatas. (BARROSO; MELLO, 1975, p. 48-50, *apud* VENTURINI, 2017, p. 2-3)

E os dados do último Censo da Educação Superior, referentes ao ano de 2021, confirmam essa tendência. Segundo a última divulgação, 72,5% dos matriculados em cursos de licenciatura no Brasil são do gênero feminino (INEP, 2022).

E essa desigualdade também está presente quando analisamos a cultura do estupro nas universidades brasileiras, onde o assédio e violência sexual continua mantendo os padrões tradicionais de poder sexual masculino.

Poucos dados sobre a violência sexual nas universidades foram divulgados ao longo da história das universidades no país. É possível ver uma clara falta de interesse das instituições em investigar a fundo a violência, principalmente por se tratar de algo que atinge principalmente as mulheres e abala a estrutura tradicional da instituição, visto que os agressores aproveitam da sua posição de hierarquia, seja como professor, funcionário ou veterano, para pedir favores sexuais às vítimas.

A professora da Faculdade de Filosofias, Letras e Ciência Humanas Helena Buarque de Almeida ilustra muito bem o descaso dos casos de assédio e violência sexual nas universidades em seus estudos de gênero, principalmente no seu artigo “A visibilidade da categoria de assédio sexual nas

universidades” publicado na revista “Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas”:

No plano das estruturas hierárquicas, não há como ter consentimento “livre” e “autônomo” aqui, dada a desigualdade de poder - e muitas que se sentem vítimas afirmam a impossibilidade de recusar; ou o mesmo a incapacidade de ouvir efetivamente o não enunciado mesmo quando enunciado repetidamente pela vítima. [...] Nesse contexto, a aparente paquera (categoria usada por alguns desses acusados) pode ser vivida como uma violência, uma agressão, e particularmente uma ameaça, incluindo casos em que a ameaça (ou o “presente” em troca pelo sexo, como uma aprovação ou uma bolsa de estudos) é explicitada pelo docente. Nestas situações, uma aluna que denuncia o professor por assédio poderá ver como resultado a impossibilidade de permanecer no campo acadêmico. Em alguns casos que acompanhei, foi exatamente isso que aconteceu - não ceder ao assédio ou denunciá-lo resultou na desistência da carreira. (ALMEIDA, 2022, p. 201).

Essa situação de assédio se torna tão grave que as alunas vítimas acabam evadindo de seus cursos. Isso se deve à pressão de seus agressores, que ditam o futuro acadêmico das vítimas, e a negligência das universidades com o caso de assédio, que quase nunca faz o julgamento, seja pela lei ou pelos códigos internos:

No Brasil, a grande maioria dos casos deste tipo que ouvi falar, quando foi resolvida, foi de modo informal: houve uma troca de orientador. Os mecanismos para isso foram decisões internas ao programa de pós ou ao departamento, que se organizam de modo informal a contornar a questão e garantir a continuidade da pesquisa com outro docente; ou através de alguma comissão da própria faculdade (comissões de direitos humanos, de mulheres, ou da diversidade); ou de um processo mais longo, como a trajetória formal da sindicância (investigação no nível administrativo) e processo administrativo. No Brasil, mais recentemente e após a CPI, alguns casos tornaram-se investigações formais internas - permanece muito forte a certeza de que é melhor não denunciar, pois a sindicância vai expor a aluna a retaliações e raramente há evidências que sejam consideradas “provas” suficientes para punir o docente pela comissão que avalia. (ALMEIDA, 2022, p. 205).

Mesmo com o grave problema do assédio e da violência sexual nas universidades ser pauta nos estudos feministas e de gênero, foi só a partir da CPI dos Trotes que a violência, não só a sexual, foi colocada em pauta nas investigações legais e internas das universidades.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar “Violações dos Direitos Humanos nas Faculdades Paulistas”, também conhecida como “CPI

dos Trotes”, teve a finalidade de “investigar as violações dos direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das Universidades do Estado de São Paulo ocorridas nos chamados 'trotes', festas e no seu cotidiano acadêmico” (ALESP, 2015). A CPI teve uma importância enorme em desmascarar os casos de estupro e violência sexual que eram apagados pelas universidades:

Não se tratava apenas de denunciar atos de agressão ocorridos em ambientes universitários, mas expor publicamente a inação ou omissão dos gestores das universidades que teriam sido alertados e não teriam tomado providências adequadas. Diretores e comissões de investigação (as chamadas sindicâncias) teriam desqualificado as denúncias e as denunciantes, e os acusados teriam sido poupados de qualquer investigação ou punição. A CPI expôs algumas das faculdades mais importantes do país como estruturas burocráticas que haviam silenciado denúncias (evitando a formalização) ou organizando comissões sindicantes que teriam duvidado da palavra das vítimas, liberando docentes e discentes agressores, muitas vezes confessos ou mesmo diante de provas documentais (como fotos, vídeos, mensagens online, exames de corpo delito e laudos periciais presentes em casos de estupro). (ALMEIDA, 2022, p. 197)

A CPI teve seu início no fim de dezembro de 2014, após a promoção de uma audiência pública feita por discentes e docentes de universidades públicas do estado de São Paulo:

Articulados com militantes de direitos humanos, com o deputado Adriano Diogo do Partido dos Trabalhadores, e com estudantes e docentes de universidades públicas do estado, estas alunas e alunos finalizaram por promover uma Audiência Pública e posteriormente uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre as Violações dos Direitos Humanos nas Faculdades Paulistas (conhecida na mídia como a “CPI do Trote”). A proposta foi encampada por deputados ligados à Comissão da Verdade, que busca revelar os crimes cometidos pelo estado brasileiro durante a ditadura. Assim, os casos foram nomeados como um problema a partir de certa noção de Direitos Humanos e de sua violação no ambiente universitário, considerando-se inclusive às universidades como corresponsáveis ou omissas. (ALMEIDA, 2022, p. 196-197).

Após três meses, 35 sessões e cerca de 9 mil documentos analisados, mais de 100 depoimentos (alguns deles em sessões secretas, por medo de represálias) relataram casos de abusos em sete instituições paulistas: a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e de Campinas (PUC-Campinas), e da Faculdades Adamantinenses Integradas

(FAI) (G1, 2015a). Dos nove deputados responsáveis pela CPI, apenas uma era mulher.

Dentre os muitos casos de humilhação e violência, inclusive o de uma aluna “bixete” que teve o corpo queimado por uma mistura de ácido e creolina (G1, 2015a), destacam-se dez casos de estupro que foram investigados. No entanto, apenas três resultaram em sindicância, sendo investigados pelas faculdades (UOL, 2016). Dentre os casos investigados, dois tiveram como cenário a Faculdade de Medicina da USP (FMUSP), e como criminoso, o mesmo homem: Daniel Tarciso de Silva Cardoso, o único aluno acusado de estupro pela CPI que foi suspenso por uma faculdade.

Sua suspensão de seis meses foi prolongada por mais um ano a pedido da Reitoria da USP. Depois disso, a punição chegou ao fim e ele concluiu o curso de Medicina. (JORNAL DO CAMPUS USP, 2016a). Daniel colou grau em 2017 e mantém até hoje sua carreira de médico pelo Conselho Regional de Medicina de Pernambuco, com foco em Ginecologia e Obstetrícia.

Em outros casos, como o da estudante de medicina da mesma faculdade, que teve suas partes íntimas tocadas sem permissão por dois alunos, a denúncia foi aberta por uma sindicância da universidade, que apesar de ter apontado o ato como “consensual”, a CPI concluiu que houve estupro. No entanto, os alunos estupradores foram apenas advertidos (UOL, 2016). A USP, porém, “afirma que foi a instituição que mais tomou providências entre as citadas na CPI, entre elas a instalação de uma ouvidoria e a convocação de fóruns de debate sobre violência, álcool e intolerância.” (UOL, 2016).

Realmente, a USP foi a única universidade a “julgar” os casos de estupro expostos pela CPI dos Trotes e criar novos órgãos de denúncia, porém, como será visto no próximo capítulo, não foram ações efetivas na proteção das mulheres e acolhimento das vítimas.

No fim da investigação, a Alesp divulgou um relatório final que propôs dois projetos de lei a serem analisados pelo Tribunal Legislativo de São Paulo. O primeiro sugeria proibir o patrocínio de festas estudantis por empresas que fabriquem ou vendam bebidas alcoólicas, sob pena de multa e/ou cassação de sua inscrição no cadastro do ICMS. O segundo PL sugeria alterar a Lei 10.454/1999, que proíbe o trote violento, propondo criação no estado de São Paulo de um cadastro de antecedentes universitários, onde “serão inseridos

dados a respeito do comportamento dos alunos das instituições de ensino públicas ou privadas e registro de recebimento de sanções pela promoção ou participação em trotes" (ALESP, 2015). Nenhum dos projetos viraram oficialmente leis.

Entre as propostas dos deputados, três foram as principais (ALESP, 2015): a responsabilização dos diretores de atléticas, empresas organizadoras e centro acadêmicos que promovem eventos com "violação de direitos humanos"; a abertura de inquéritos policiais para os casos de estupro com a finalidade de "apurar possíveis práticas de improbidade administrativa contra dirigentes de universidades e faculdades públicas" (G1, 2015a); e a expulsão dos alunos agressores que foram denunciados pelas vítimas entrevistadas na CPI. Nenhuma das propostas teve ação efetiva relevante.

Como foi possível observar, a CPI dos Trotes, apesar de ter seu propósito bem estabelecido, com propostas muito bem pensadas, acabou sem nenhuma ação efetiva, mesmo oito anos depois. Principalmente se tratando de violência sexual, os casos chamaram a atenção da imprensa, foram analisados, mas terminaram esquecidos e raramente julgados pela legislação, mais uma vez evidenciando a falta de interesse, tanto das Universidades como do Estado, em políticas públicas que incomodem as hierarquias tradicionais e protejam as mulheres.

No entanto, é necessário colocar em destaque a importância da CPI em expor os casos de estupro e violência sexual ocorridos nas universidades brasileiras, que não se limitavam às festas de recepções de calouros. Foi ela que inspirou a pesquisa "Violência contra a mulher no ambiente universitário", realizada pelo Instituto Avon/Data Popular em 2015, que investigou, em dados qualitativos e quantitativos, o cenário da violência sexual nas universidades brasileiras.

Na década de 2010, o Instituto Avon fez uma série de pesquisas em parceria com o Instituto Data Popular para estudar a violência contra a mulher no Brasil.

Embalado pela discussão da violência nas universidades que veio à tona em 2015, o instituto fez uma pesquisa, no mesmo ano, para estudar e colocar à tona como a violência contra a mulher também é presente nos lugares mais elitistas, como a universidade:

Ao abordar a violência contra a mulher no ambiente universitário, buscamos investigar a percepção e o comportamento dos jovens que estarão em breve na liderança do nosso país, e que representam o futuro mais próximo. Eles precisam enxergar rapidamente a necessidade de transformação cultural, de igualdade de gênero e respeito incondicional. Esses jovens são o futuro, e nós temos a missão de colocá-los em contato com pessoas que podem aprofundar o tema e contribuir para que cada um deles seja um foco de transformação. Assim como seguimos informando as mulheres e levando as mensagens de possibilidade de fortalecimento. (INSTITUTO AVON, 2015a, p. 1)

Neste capítulo, a pesquisa é representada por duas publicações: a primeira sendo a divulgada para a imprensa, com dados resumidos e posicionamento oficial (INSTITUTO AVON, 2015a), e a segunda sendo o relatório completo, disponível no site do Instituto (INSTITUTO AVON, 2015b).

Foi dividida em duas fases: a qualitativa, em que ouviu especialistas, entre eles a professora Heloísa Buarque de Almeida, e reuniu grupos de discussão com universitários, homens e mulheres; e a quantitativa, em que entrevistou 1.823 estudantes universitários em todo o país.

A pesquisa aborda a violência contra a mulher universitária como um todo. Na pesquisa foram classificadas as violências em seis grupos: violência sexual, assédio sexual, coerção, violência física, desqualificação intelectual e agressão moral/psicológica (INSTITUTO AVON, 2015a, p. 6).

Os números levantados são alarmantes: 42% das mulheres entrevistadas já sentiram medo de sofrer violência no ambiente universitário e 36% já deixaram de fazer alguma atividade na universidade por medo de sofrer violência (INSTITUTO AVON, 2015a, p. 4). É possível ver também o desconhecimento das mulheres sobre a violência: 10% das entrevistadas relataram espontaneamente ter sofrido violência de um homem na universidade ou em festas acadêmicas, mas quando foram apresentadas à lista de violências, elas reconhecem que foram submetidas a muitas delas e o número sobe para 71%. Em todos os casos, a maior parte dos agressores é homem. (INSTITUTO AVON, 2015b, p. 111).

A pesquisa também fez o recorte para a violência sexual e assédio sofridos pelas mulheres universitárias. Nela, o assédio sexual é considerado como: comentários com apelos sexuais indesejados e/ou cantada ofensiva e/ou abordagem agressiva. Para as entrevistadas, 73% das mulheres conhecem

alguém que foi assediada, enquanto 56% admitem que já foram assediadas em ambiente universitário. A violência sexual foi classificada na pesquisa como: estupro e/ou tentativa de abuso enquanto sob efeito de álcool e/ou ser tocada sem consentimento e/ou ser forçada a beijar veterano. Para as entrevistadas, 14% conhecem casos de mulheres que já foram estupradas, enquanto 11% admitem que já sofreram tentativa de abuso quando estavam sob efeito de álcool (INSTITUTO AVON, 2015a, p. 8-9).

E a subnotificação de casos de violência também é possível enxergar no ambiente acadêmico: 63% das entrevistadas que admitiram sofrer violência sexual afirmaram não ter reagido quando sofreram a violência, e apenas 31% fez uma denúncia formal para a universidade ou para a polícia (INSTITUTO AVON, 2015b, p. 117). Os motivos principais dessa subnotificação são muito parecidos com os da pesquisa nacional, como se pode ver no Gráfico 3, abaixo:

Motivos principais por que as universitárias brasileiras não denunciaram a violência sexual

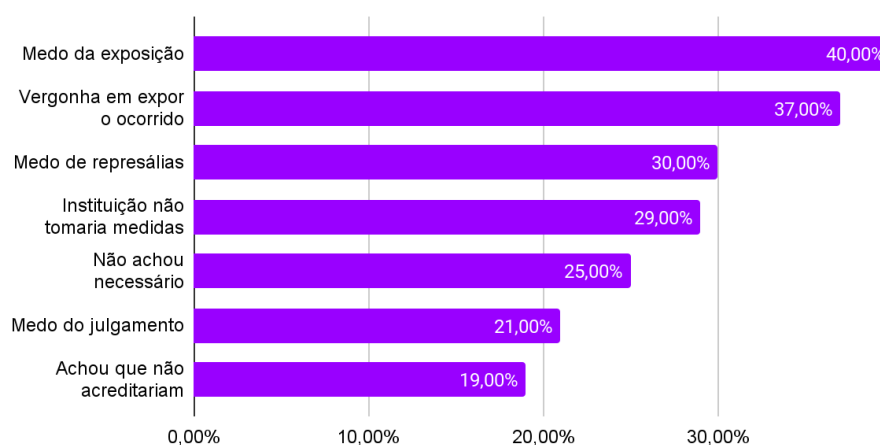


Gráfico 3 - Motivos principais por que as universitárias não denunciaram a violência (INSTITUTO AVON, 2015b, p. 117). Elaboração própria.

Assim como na pesquisa nacional, mostrada no capítulo anterior, é possível ver a presença do medo da exposição e de represálias, e a crença de que as instituições de ensino não tomariam as providências necessárias para o agressor ser punido.

E esse medo não é irracional: das entrevistadas que admitiram ter contado sua experiência para terceiros, sejam amigos, familiares ou até mesmo

a própria instituição, 37% relata que não foi levada a sério e 19% relatam que tiveram sua experiência questionada (INSTITUTO AVON, 2015b, p. 118).

Além disso, é possível ver que, mesmo em ambientes de alto nível educacional, os homens seguem deslegitimando a violência contra a mulher: apenas 2% dos homens entrevistados admitiram espontaneamente terem feito algum ato de violência contra mulher, e esse número sobe para 38% após ter a lista de classificações de violência apresentada a eles. (INSTITUTO AVON, 2015b, p. 102)

Mesmo tendo as classificações apresentadas, eles ainda não acreditam que elas sejam algum tipo de violência: 27% dos entrevistados não consideram violência abusar da garota se ela estiver alcoolizada, 35% não consideram violência coagir uma mulher a participar de atividades degradantes como desfiles e leilões e 31% não consideram violência repassar fotos ou vídeos das colegas sem autorização delas (INSTITUTO AVON, 2015a, p. 6). Além disso, os homens ouvidos nos grupos de pesquisa qualitativa não demonstram perceber ofensa ou abuso em boa parte das situações de assédio relatadas pelas mulheres. Para eles, o fato de ser “brincadeira” isenta o autor. Uma das entrevistadas, relata: “Tentaram me agarrar, me beijar à força, como se fosse brincadeira. Todo mundo achou graça. Menos eu.” (INSTITUTO AVON, 2015b, p. 84).

Outro ponto importante a se destacar é o ambiente onde essas violências acontecem. Para as entrevistadas, os eventos universitários em que mais ocorrem violência são as festas fora do campus e nos bares: 50% das entrevistadas já presenciou ou sofreu alguma violência em festas externas e 43% admitiu já presenciar ou sofrer alguma violência em bares dentro ou perto da universidade (INSTITUTO AVON, 2015b, p. 120).

No fim da pesquisa, foram abordadas aos universitários perguntas sobre o posicionamento das instituições acerca dos casos de violência. Nenhum dos participantes dos grupos de discussão conheciam ações de prevenção ou canais de denúncia oficiais das universidades. No entanto, 20% dos entrevistados da pesquisa quantitativa citaram grupos e coletivos feitos pela população da universidade como maneira de acolhimento das vítimas ou combate à violência contra a mulher (INSTITUTO AVON, 2015b, p. 127 - 133). A grande maioria acredita que as instituições deveriam adotar medidas

preventivas e educativas sobre o tema e criar mecanismos para oferecer apoio às mulheres que foram vítimas de violência dentro da instituição (INSTITUTO AVON, 2015b, p. 136 - 137).

Com a pesquisa do Instituto Avon e as investigações da CPI dos Trotes, é possível ver como, a partir de então, o tema da violência contra a mulher nas universidades, principalmente a sexual, foi colocado em pauta. No entanto, não durou muito tempo: desde então, oito anos depois, nenhuma nova pesquisa ou investigação a nível estadual ou nacional foi feita sobre o tema.

No entanto, ambas as publicações demonstram que a cultura do estupro existe dentro das universidades, quase do mesmo modo que nacionalmente. Os casos existem, e muito, nas universidades, causam grande comoção da imprensa e da população em geral, mas com o tempo são esquecidos e se tornam cotidianos, a ponto de virarem piadas e “brincadeiras” de trote, principalmente de homens, que normalmente são os agressores.

O que levemente diferencia a cultura do estupro nacional com a universitária é que nos ambientes universitários, que são rodeados de bebidas alcoólicas e liberdade sexual, os agressores acreditam que têm ainda mais razão em praticar violência contra mulheres, ao ponto de deslegitimar depoimentos e casos concretos de violência, justificando “não ser nada demais”.

Além disso, é possível ver se repetindo o descaso dos órgãos responsáveis acerca da violência, principalmente a sexual, sofrida pelas mulheres. Os casos não são denunciados por medo, e quando são, as vítimas têm sua palavra colocada em dúvida ou são silenciadas para manter uma estrutura tradicional machista, que não se permite abalar para proteger as mulheres. Somado a isso, a maior parte dos casos acontece em ambientes nos quais os órgãos oficiais das universidades não têm acesso, como as festas e bares universitários. Assim, as vítimas acabam recorrendo a coletivos e grupos não oficiais de acolhimento, organizados pela própria população universitária.

Infelizmente, é possível observar a mesma linha de raciocínio fazendo um recorte ainda maior. Desta vez, focando na maior e mais antiga universidade do país, a Universidade de São Paulo.

5. A CULTURA ORGANIZACIONAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Como visto anteriormente, a USP é a universidade mais antiga do Brasil. Foi tradicionalmente criada em um momento de valorização ao patriotismo e abominação ao pensamento comunista, após a junção da Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Medicina, todas instaladas na cidade de São Paulo.

Atualmente, é constituída por 183 cursos oferecidos em 42 unidades de ensino e pesquisa. A USP descentralizou o conhecimento e tem seus cursos de graduação distribuídos em dez campi presentes em oito cidades do estado de São Paulo, sendo eles, além de dois campi na capital, situados em Bauru, Lorena, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto, Santos e São Carlos. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2023).

Com mais de 58 mil alunos matriculados na graduação, sua produção de pesquisa é impressionante: atualmente, mais de 20% da produção científica brasileira sai dos cérebros formados pela Universidade de São Paulo.

Sua reitoria é formada por órgãos administrativos encarregados de temas específicos, chamadas pró-reitorias, divididas em cinco temas: Graduação, Pós-graduação, Pesquisa, Cultura e extensão universitária, e a recém criada Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento.

A Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento, também conhecida como PRIP, foi criada em maio de 2022 e é responsável por:

Propor, coordenar, centralizar e apoiar políticas transversais na universidade para os alunos(as), docentes e servidores(as) que se refiram a políticas inclusivas e de permanência, pautadas sob a ótica da equidade e da interseccionalidade. Tais políticas incluem em seu escopo a saúde integral, com especial atenção à saúde mental, as questões socioeconômicas, étnico-raciais, culturais e de gênero, assim como de acessibilidade para pessoas com deficiências, garantindo a consolidação do pertencimento, respeitadas as suas singularidades. Deve se traduzir em programas e ações capazes de viabilizar simultaneamente a participação coletiva, a pluralidade de saberes, como a produção de temas e recortes de conhecimento, garantindo efetivas trocas e permeabilidades com a sociedade. (PRÓ-REITORIA DE INCLUSÃO E PERTENCIMENTO, 2023)

Para a reitoria, com a nova políticas de cotas, aplicadas para os ingressantes a partir de 2018, houve uma mudança expressiva no perfil dos estudantes da USP. Segundo a instituição, em 2022, o número de estudantes pretas/os e pardas/os subiu para 24,6%, (PRÓ-REITORIA DE INCLUSÃO E PERTENCIMENTO, 2023) o que tornou ainda mais necessária a criação de uma pró-reitoria especializada na inclusão destes e outros alunos historicamente marginalizados:

As importantes alterações nos perfis das/os estudantes ingressantes também sugerem a ampliação dos desafios e demandas relacionados à inclusão e pertencimento. É nesse contexto que surge a Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento. Institucionalmente reconhece, por um lado, que políticas de diversidade e de inclusão devem estar articuladas às políticas de pertencimento. Por outro lado, a Pró-Reitoria pretende responder e qualificar as respostas já existentes para diversas perguntas fundamentais: como garantir a permanência qualificada de nossas/os alunas/os, servidoras/es e docentes? Como garantir condições similares para a realização da carreira docente considerando a pluralidade de diferenças que sobre ela incidem, tais como legislações estaduais e nacionais, condições de gênero, sexualidade e étnico-raciais? Como garantir adequado acesso à vida no campus? Como reconhecer as necessidades de pessoas portadoras de deficiências e mitigar eventuais dificuldades? Como ampliar a noção de direitos e reconhecer as potências construtivas da memória? Como políticas de inclusão e pertencimento ampliam a presença da USP nas políticas públicas nacionais? (PRÓ-REITORIA DE INCLUSÃO E PERTENCIMENTO, 2023).

Como é possível observar, a PRIP é responsável por todos os assuntos relacionados à diversidade e pertencimento na USP que antes eram divididos em secretarias e superintendências, como os antigos SAS (Superintendência de Assistência Social) e o USP Mulheres. Assim, a nova pró-reitoria administra desde os auxílios estudantis, transporte, moradia e alimentação, passando pelas cotas raciais e chegando nas questões de violência de gênero. Em entrevista para esta monografia, feita presencialmente para enriquecer a análise da instituição, no funcionário da Vice-reitoria da USP, Rodrigo Correia do Amaral justifica que a junção serviu para unir esforços e valorizar ainda mais o trabalho da inclusão dos alunos na universidade:

“A ideia da professora Maria Armina em criar a PRIP, a Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento, foi, além de buscar reunir esses serviços, essas iniciativas, em uma organização, ou seja, otimizar um pouco a sinergia e harmonizar esse serviço, foi avançar no reconhecimento desses serviços organizados, como

uma espécie de reconhecimento político desses serviços no contexto da universidade. Porque a Pró-reitoria, diferentemente de uma superintendência ou de outras configurações, ela tem um papel, ela tem uma posição no conselho universitário, que é a instância máxima da universidade. E além disso ela tem uma capilaridade, já que uma vez que é uma Pró-reitoria, todas as unidades passam a ter agora uma Comissão de Inclusão e Pertencimento. [...] Agora, eu acho que por mais que cada área autônoma tenha uma liberdade operacional, que é isso que você está dizendo, uma facilidade de ação operacional, eu acho que o risco desses órgãos autônomos é precisamente na hora do planejamento dessas ações. Ou seja, o risco de duplicidade de esforços, o risco de duplicidade de esforços acaba sendo maior uma vez que não há comunicação entre elas. Então, a pró-reitoria pode vir a solucionar esse tipo de coisa, não que ainda não aconteça, mas ela já tem mais capacidade de evitar esforços duplicados, que era uma coisa que acontecia.” (Rodrigo Correia do Amaral)

Rodrigo também era funcionário do Escritório USP Mulheres, antigo órgão oficial da USP responsável pelas questões de gênero na universidade, que depois foi incluído na criação da PRIP. O escritório foi criado em 2016 e tinha como objetivo:

Propor e implementar iniciativas e projetos voltados à igualdade de gênero no âmbito da Universidade de São Paulo. Para tal finalidade, o Escritório é responsável pela coordenação do relacionamento entre a administração da Universidade, a comunidade de docentes, discentes, servidores técnicos administrativos, e o público em geral que frequenta os campi da USP. (USP MULHERES, 2022).

O escritório foi criado após uma iniciativa do programa HeforShe (em português, ele por ela) da ONU. A USP foi a única universidade brasileira a ser convocada para participar do programa “10x10x10”, que se refere a um envolvimento coletivo de 10 governos, 10 empresas e 10 universidades que tem como foco gerar impacto efetivo no seu referido setor para expandir o combate à desigualdade de gênero e à violência:

Essas 10 universidades estão comprometidas a realizar cursos de formação de gênero – como orientação obrigatória às alunas e alunos, assim como a criação de ambientes de aprendizagem seguros, nos quais haja discussão sobre questões de desigualdade entre os gêneros. Além disso, as Universidades do programa serão convidadas a somar esforços, no sentido de criar uma rede de aprendizado, cruzada entre si, que pretende inspirar e difundir as ideias do Movimento em outras novas Universidades pelo mundo. Através dessa mudança social, as Universidades 10x10x10 devem destacar o valor que têm a igualdade de gênero e a segurança de suas alunas e alunos dentro dos campi, que serão divulgadas como

um novo padrão a ser seguido pelas demais Universidades espalhadas pelo globo. (USP MULHERES, 2022)

Foi essa parceria que “viabilizou pesquisas quantitativas para mapear a questão da convivência, inspirada nas pesquisas do tipo Climate Campus feitas nos Estados Unidos” (ALMEIDA, 2022, p. 202). Duas destas pesquisas chamam a atenção desta monografia. A primeira, de nome “Observatório USP Mulheres” (USP MULHERES, 2020), que analisou em dados a participação das mulheres na Universidade de São Paulo no período de 20 anos, entre 2000 a 2019, e a “Interações na USP”, divulgada em junho de 2018, que tinha o intuito de “conhecer qual a percepção dos alunos sobre a universidade que frequentam e coletar informações a respeito de experiências de violências e discriminações vivenciadas no ambiente universitário” (USP MULHERES, 2018), entre elas, a violência sexual.

Por isso, ambas as pesquisas são essenciais para estudar o cenário em que as mulheres uspianas estão inseridas.

O “Observatório USP Mulheres” foi uma pesquisa coordenada por Rodrigo Correia do Amaral, entrevistado por essa monografia, que analisou os anuários estatísticos da USP das últimas décadas, tratados e organizados por gênero e área de conhecimento, nos cursos de graduação, na pós-graduação, nos estágios de pós-doutorado, na docência e nas funções técnico-administrativas. O estudo é focado na análise quantitativa das mulheres na Universidade, por isso não reúne informações sobre outras variáveis igualmente importantes, como raça/cor, parentalidade, nome social, e informações socioeconômicas da comunidade uspiana, mas o escritório reconhece a importância e a falta dos dados. (USP MULHERES, 2020).

O primeiro e principal dado analisado é a evolução da comunidade uspiana (alunos de graduação, pós-graduação, pós-doutorado, docentes e servidores) por gênero entre 2000 e 2019, como se pode observar no Gráfico 5 a seguir:

Evolução da população uspiana por gênero 2000-2019

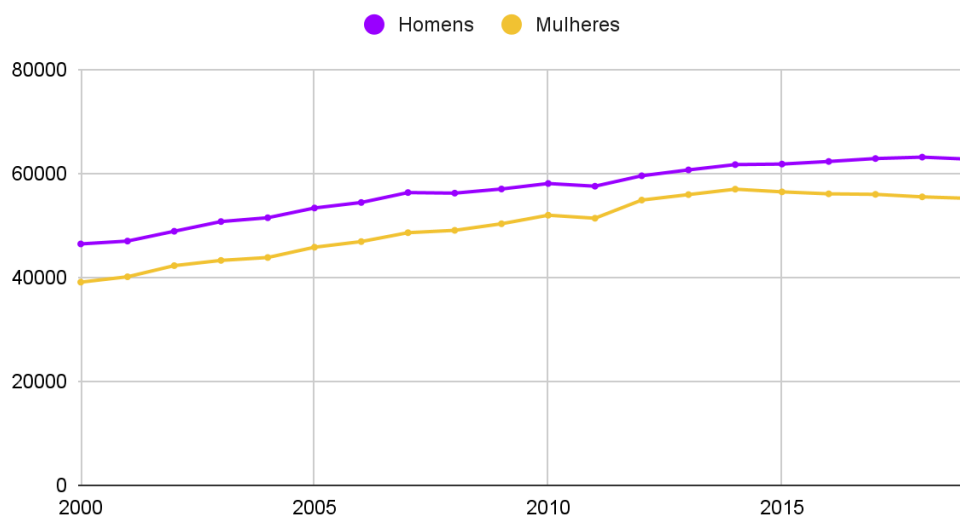


Gráfico 5 - Evolução da população uspiana por gênero (USP MULHERES, 2020). Elaboração própria.

Entre os vinte anos analisados, o crescimento total da população uspiana foi de 37,9%. Como é possível observar, houve um crescimento tímido no número de mulheres na USP. No entanto, esse avanço não é reflexo de políticas afirmativas ou da inserção das mulheres no cenário universitário nacional, visto que o crescimento foi muito parecido na população masculina: em vinte anos, a população masculina cresceu 35,1% enquanto a feminina cresceu 41,2%. A diferença percentual entre as duas populações de 8,5% diminuiu para 6,3%. Isso mostra que as mulheres realmente aumentaram em percentual, mas isso se deve muito mais à expansão de vagas na USP do que ações efetivas de inclusão de mulheres nos campi. Além disso, o percentual de mulheres uspianas continua sendo menor que o percentual masculino, indo em direção contrária dos dados Censo da Educação Superior divulgados pelo INEP, em que as mulheres representaram quase 60% da população universitária no Brasil em 2015, conforme discutido anteriormente.

A pesquisa também recortou a presença dos gêneros em 2019 por área de estudo e vínculo com a Universidade de São Paulo, como é possível observar nos Gráficos 6 e 7 a seguir:

População uspiana classificada por gênero e vínculo com a universidade em 2019

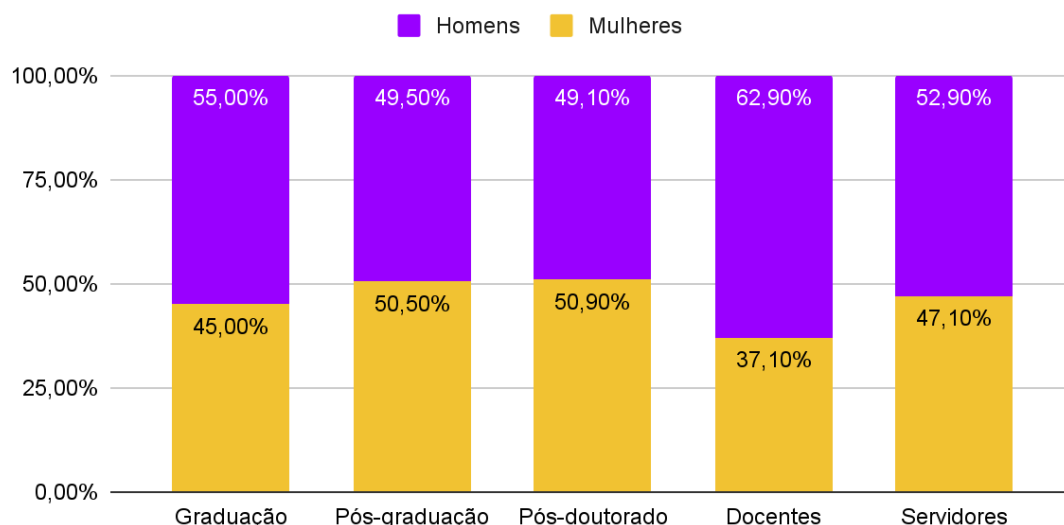


Gráfico 6 - População uspiana classificada por gênero e vínculo com a universidade em 2019 (USP MULHERES, 2020). Elaboração própria.

Como é possível observar, grande parte da população da USP é composta por porcentagens bem parecidas de homens e mulheres. É possível destacar dois principais pontos neste gráfico. Primeiramente, os dois únicos vínculos que têm uma tímida porcentagem maior de mulheres é o de pós-graduação, que inclui mestrado e doutorado, e pós-doutorado. Em segundo lugar, a grande diferença de gênero fica na divisão entre os docentes, com a grande maioria sendo masculina, e essa situação não mudou muito nos últimos 20 anos: em 2000, a diferença era de 67% de professores contra 33% de professoras. Quando se analisa o corpo docente das áreas de STEM⁶, a diferença ainda é maior - em 2019, apenas 27,5% dos docentes era do gênero feminino (USP MULHERES, 2020). Além disso, durante os 20 anos analisados, somente 30,6% das mulheres docentes progrediram para a posição de professoras titulares, ao passo que os homens concentram 69,4% das promoções ao topo da carreira universitária (USP MULHERES, 2020).

Isso mostra como o problema desta disparidade não está na mão de obra, que é formada de doutorandos e pós-doutorandos, mas sim, na falta de

⁶ Sigla em inglês que significa Ciências, Engenharia, Tecnologia e Matemática.

interesse em contratar e promover um corpo docente representativo, com mais mulheres. Essa situação mantém, mais uma vez, a estrutura de poder masculino da USP, que aflige alunas que têm seu destino acadêmico nas mãos de professores homens.

Ao analisarmos os servidores uspianos, a unidade com a maior concentração masculina em 2019 era a Reitoria e Prefeitura do Campus USP da Capital, com 92,4% de homens contra 7,5% de mulheres (USP MULHERES, 2020). Assim, os assuntos administrativos e de ética dos campi estão nas mãos masculinas da Reitoria, que mais uma vez continuam a manter a estrutura hierárquica tradicional da universidade.

Ainda no assunto de estruturas hierárquicas masculinas, o Gráfico 7 demonstra a separação de gênero por área de estudo na graduação da USP:

Divisão de gênero por área de estudo na Graduação da USP em 2019

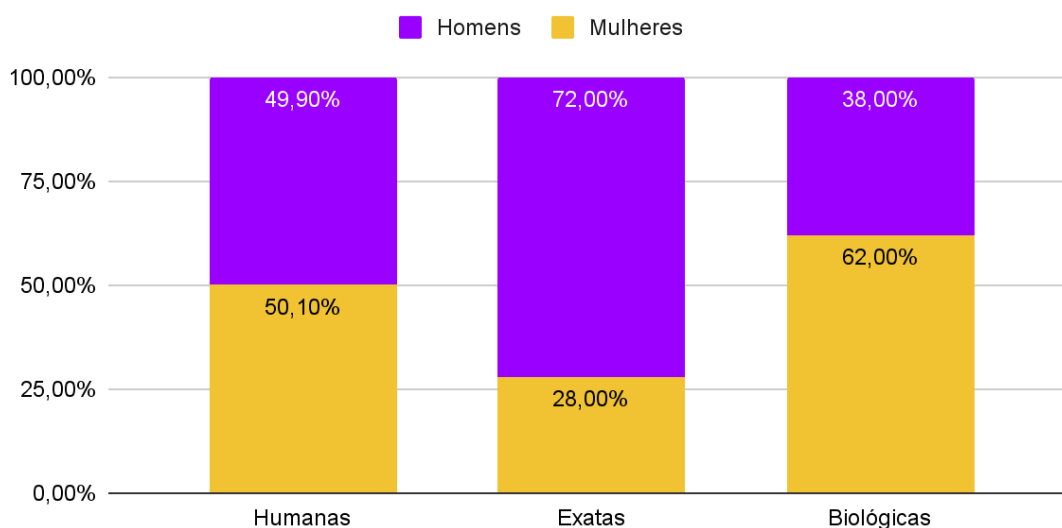


Gráfico 7 - Divisão de gênero por área de estudo na Graduação da USP em 2019 (USP MULHERES, 2020). Elaboração própria.

Na divisão de cursos, a tendência se mostra a mesma dos dados nacionais: as mulheres são maioria nos cursos de “baixo prestígio social” ou que exigem criatividade e cuidado, e minoria nos cursos de STEM. Os institutos que se destacam são o Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação,

com 84,2% de homens contra 15,7% de mulheres, e a Escola de Enfermagem, com 85,9% de mulheres contra 14% de homens (USP MULHERES, 2020).

Assim, é possível ver como a USP se difere do cenário nacional em alguns assuntos, como a minoria de mulheres na população da comunidade, mas concordam com a tradição nacional ao manter a grande maioria do corpo docente e funcionários da administração masculina, deixando a tomada de decisões e formação de opinião dos alunos para homens que mantém a estrutura machista e desviam da finalidade da universidade de transformação social.

Outra estrutura que se mantém intacta na Universidade de São Paulo, assim como no cenário nacional, é a subnotificação e falta de interesse com os casos de violência sexual na comunidade.

A pesquisa “Interações na USP” foi o pontapé inicial da Universidade de São Paulo para estudar as questões de violência e vulnerabilidade das minorias da comunidade uspiana. Ela foi mais uma realização do Escritório USP Mulheres, sob a direção da Professora Emérita da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Eva Alterman Blay, e contou com a coordenação do Prof. Dr. Gustavo Venturi, também do departamento de sociologia da FFLCH. (USP MULHERES, 2018). Além disso, a secretaria contou com a ajuda de professoras e pesquisadoras da Rede Não Cala! e de estudantes dos coletivos feministas, negros, LGBT+ e indígenas da USP.

De modo muito parecido com a pesquisa do Instituto Avon, a metodologia ocorreu pela internet e foi dividida entre quantitativa, com análise de dados brutos, e qualitativa, por meio de nuvem de palavras formadas pelas respostas de aproximadamente 8.500 entrevistados, formados pela população da USP, sendo eles estudantes de graduação ou pós, docentes e funcionários. Assim como a pesquisa nacional, a uspiana avaliou como os estudantes interagiam com a violência na universidade. Primeiramente, foram feitas perguntas espontâneas sobre violência, e depois os entrevistados eram apresentados a uma lista que descreviam ações que denominavam o tipo de violência a que a pesquisa se referia.

A pesquisa avaliou nove temas principais:

Avaliação da convivência entre estudantes, com professores(as) e funcionários(as)
 Percepções sobre machismo, racismo, LGBTfobia e elitismo na USP;
 Panorama de violências sofridas
 Violências sofridas (espontâneas), providências tomadas, avaliação do acolhimento na USP
 Violências morais sofridas (estimuladas)
 Violências físicas sofridas (estimuladas)
 Violências sexuais sofridas (estimuladas)
 Saúde: alterações de hábitos, sintomas, ajudas buscadas, percepção de impactos nos estudos e na saúde
 Avaliação de propostas de enfrentamento. (USP MULHERES, 2018, p. 16)

Nesta monografia, iremos focar nos dados obtidos sobre violência sexual e de gênero na Universidade de São Paulo.

Para os entrevistados, 71% acreditam que a USP é um ambiente muito ou parcialmente machista, enquanto 56% acreditam que o ambiente uspiano é menos machista do que a sociedade brasileira. No entanto, quando perguntado se já sofreram alguma violência e o qual tipo, 39% dos entrevistados responderam que sim (USP MULHERES, 2018, p. 23), gerando a nuvem de respostas da Figura 1 a seguir:



Figura 1 - Nuvem de palavras retirada da resposta da questão “você já sofreu algum outro tipo de violência na USP ou em atividade ligada à USP? (se sim) O que ocorre - ocorreu?” (USP MULHERES, 2018, p. 27)

Como é possível observar, grande parte dos entrevistados responderam que a violência sofrida foi o assédio. Não é possível saber a qual tipo de assédio se refere, mas é possível ver também, em uma das palavras em destaque, o item “sexual” e “violência”. Além disso, 7% dos entrevistados afirmou já ter sofrido assédio ou violência sexual nos ambientes da USP (USP MULHERES, 2018, p. 29). Para esses entrevistados, foi questionado qual o tipo de violência sexual sofrida, como é possível observar no Gráfico 8 a seguir:

Violências sexuais sofridas pela comunidade USP (em %)

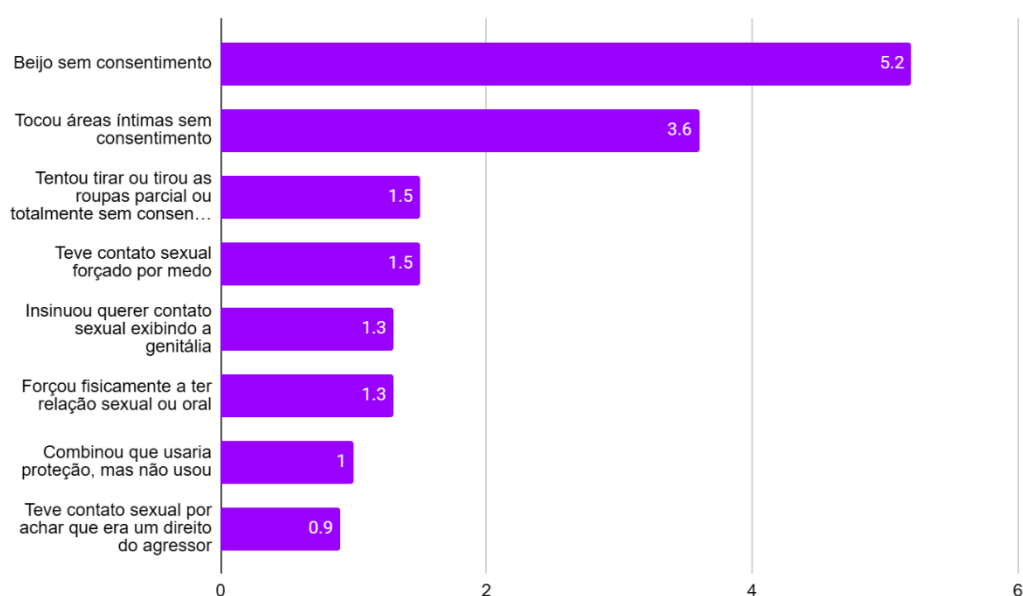


Gráfico 8 - Violências sexuais sofridas pela comunidade USP (em %). (USP MULHERES, 2017, p. 35). Elaboração própria.

A violência sexual na USP, apesar de não ser um problema tão presente quanto o assédio moral, sofrido por 26% dos uspianos (USP MULHERES, 2018, p. 29), ainda é muito grave no dia-a-dia da população: cerca de 1% dos entrevistados afirmou que já sofreu estupro nos ambientes da universidade.

Essa situação é tão grave que Eva Alterman Blay, professora titular sênior do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo e coordenadora do Escritório USP Mulheres, publicou, logo após a divulgação da pesquisa, um artigo no site do escritório com o nome “Violência sexual na USP: Mito,

Exagero ou Realidade?”, celebrando e criticando como esta foi a primeira vez em se houve dados concretos sobre a violência sexual na USP:

É a primeira vez que temos dados concretos com resultados de pesquisa para fatos dessa natureza na USP. A violência sexual contra universitárias/os sabidamente é uma violência traumática que ocorre no Brasil e nas outras universidades do mundo. Jovens do gênero feminino, masculino ou de outras definições sexuais, de diferentes etnias e condições socioeconômicas, infelizmente estão sujeitos a essa violência. (BLAY, 2018)

A professora ainda complementa como essa violência na USP é uma consequência de um cenário nacional de machismo e desvalorização dos problemas das mulheres:

Vivemos em uma sociedade em que ainda se valorizam as 'conquistas sexuais'. Sociedade na qual o homem heterossexual se jacta de sua masculinidade medida pelo número de mulheres que consegue 'dominar' sexualmente. E na qual a mulher é tida como sua propriedade, um bem sexual até a morte. Não por acaso matam aquelas que ousam se libertar de um namorado, noivo ou marido. E não é diferente na universidade: aqui dominam, perseguem e desqualificam aquelas que denunciam. (BLAY, 2018)

E termina comentando a importância do papel transformador da universidade para garantir que os direitos humanos das mulheres sejam respeitados em seus ambientes:

A universidade precisa se conscientizar de que seu papel é mostrar à sociedade que a palavra da mulher não pode ser desqualificada como historicamente tem sido, e não apenas no campo da violência sexual. Forçar uma mulher a uma relação sexual – contra sua vontade – é um comportamento que viola as relações entre as pessoas. [...] Há 50 anos a universidade brasileira repelia o tema 'mulher' em seus cursos. A invisibilidade feminina era tão atroz que docentes e alunos/as não enxergavam a violência de gênero e a desigualdade. O trabalho produtivo das mulheres, assim como o reprodutivo, não tinha valor. O que se passava entre quatro paredes não cabia ao poder público. Portanto, matar, estuprar e violentar ficava restrito ao sagrado recinto do lar até quando o lar deixou de ser sagrado. As paredes caíram porque as mulheres com coragem foram a público denunciar. A sociedade contemporânea exige novas normas e comportamentos em que o patriarca seja substituído por homens e mulheres educados em uma cultura democrática e igualitária, em que de fato vigorem os direitos humanos para todos e para todas. (BLAY, 2018)

E essa pesquisa também foi essencial para que possamos ver mais um cenário muito parecido com o nacional: a subnotificação dos casos de estupro.

Com os dados que possuímos é possível fazer uma conta básica: 7% dos total de 8.836 respondentes afirmou que já sofreu assédio ou violência sexual nos ambientes da USP (USP MULHERES, 2018, p. 29), o que é cerca de 618 pessoas. No entanto, esse número não é nada parecido com os divulgados pela Ouvidoria da USP, canal oficial de denúncias de violência na universidade.

Anualmente, a ouvidoria publica um relatório com os números oficiais de denúncias feitas para o órgão, dividindo-as por tema. É possível ver os dados sobre violência sexual dos últimos nove anos, em números absolutos, no Gráfico 9, a seguir.

Casos de violência e assédio sexual denunciados para a Ouvidoria da USP 2014-2022

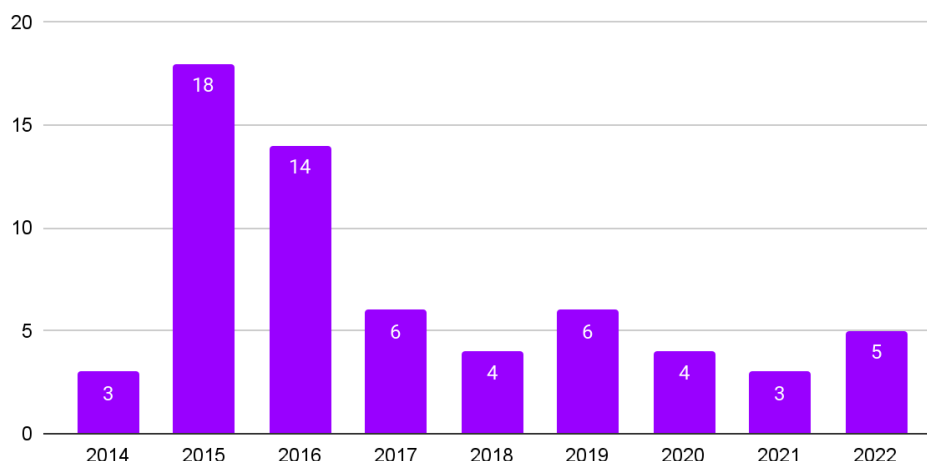


Gráfico 9 - Casos de violência e assédio sexual denunciados para a Ouvidoria da USP 2014-2022. (OUVIDORIA DA USP, 2023). Elaboração própria.

Como é possível ver, a grande maioria dos casos denunciados na USP se deu nos anos de 2015 e 2016, em que os casos de estupro da “CPI dos Trotes” foram publicamente expostos, resultando em políticas da universidade como a ouvidoria especializada e a convocação de fóruns de debate sobre violência, álcool e intolerância. No entanto, é possível ver que, com a descontinuidade dos debates e a falta de novos programas voltados para o tema, as denúncias diminuíram drasticamente nos anos seguintes.

Todavia, os dados nos mostram que, durante o período, houve o total de 63 denúncias, cerca de 10% do número levantado pela USP Mulheres, o que

mostra uma subnotificação de cerca de 90%. Não é possível fazer uma comparação direta com o cenário nacional - que, como analisado anteriormente, é de cerca de 81% - visto que o estudo uspiano leva em consideração violência e assédio, e os dados nacionais de subnotificação se referem apenas ao estupro. No entanto, esse número também evidencia que a cultura da subnotificação, medo e vergonha também existe dentro dos muros elitistas da universidade.

Não é possível saber em dados absolutos a causa desse fenômeno, mas é possível desconfiar que seja por dois motivos principais.

O primeiro e principal, a falta de incentivo da Universidade de São Paulo em ações efetivas contra a violência, moral ou sexual, em seus ambientes. Na pesquisa do escritório USP Mulheres, foi perguntado à população quais ações efetivas poderiam ser feitas pelos órgãos oficiais da universidade: 28% responderam que a principal prioridade deveria ser “Adotar medidas preventivas e educativas contra a violência no ambiente universitário” seguido por “Criar mecanismos para oferecer apoio (psicológico, médico, jurídico) às pessoas que foram vítimas de violência dentro da universidade” (21%), “Criar mecanismos de responsabilização e penalização de aluno/as, funcionário/as e professora/as que cometerem atos de violência” (17%) e “Criar mecanismos de proteção às pessoas que foram vítimas de violência dentro da instituição” (8%) (USP MULHERES, 2018, p. 48). A opção “Reportar aos órgãos competentes internos as denúncias e casos de violência cometidos dentro de suas dependências” foi a que obteve menos respostas, apenas 7%, evidenciando que a população uspiana não acredita que a denúncia oficial seja a principal saída para a solução dos casos, mas sim, as ações e campanhas de comunicação e informação.

A segunda possibilidade interpretativa para explicar essa grande falta de interesse nas denúncias oficiais de violência sexual ocorrida na USP é a falta de julgamento e punição dos casos de estupro ocorridos. O caso do estudante de medicina Daniel Tarciso de Silva Cardoso, visto anteriormente, foi o único crime de estupro ocorrido no ambiente uspiano que foi levado ao julgamento legal, e o agressor foi liberado de todas as queixas, alegando “falta de provas”, apesar dos relatos apavorantes das seis vítimas. Houve uma tentativa de impedimento da colação de grau do agressor, feita pela professora Ivete Boulos

do mesmo curso, mas foi em vão. Ivete foi afastada e Daniel se formou (CARTA CAPITAL, 2018). No entanto, quando os casos são punidos, levam muito tempo. Os professores acusados de assédio Cláudio Lima de Aguiar, da Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’ (Esalq), e o de Eduardo Gorab, do Instituto de Biociências (IB) foram demitidos após uma série de denúncias de assédio moral, sexual e humilhações às alunas e colegas de trabalho, mas levaram anos para serem julgados (ADUSP, 2023).

Com isso, a população uspiana fica com medo de denunciar e sofrer represálias da própria universidade que, invés de proteger as vítimas, absolve os criminosos. Assim, as vítimas recorrem a órgãos não oficiais de denúncia e acolhimento, conhecidos como coletivos, que terão suas ações analisadas no próximo capítulo.

Assim, é possível observar um padrão interessante na construção da cultura do estupro, analisando o cenário nacional, universitário e uspiano, semelhante com uma linha do tempo, como se pode ver na Figura 2 a seguir:

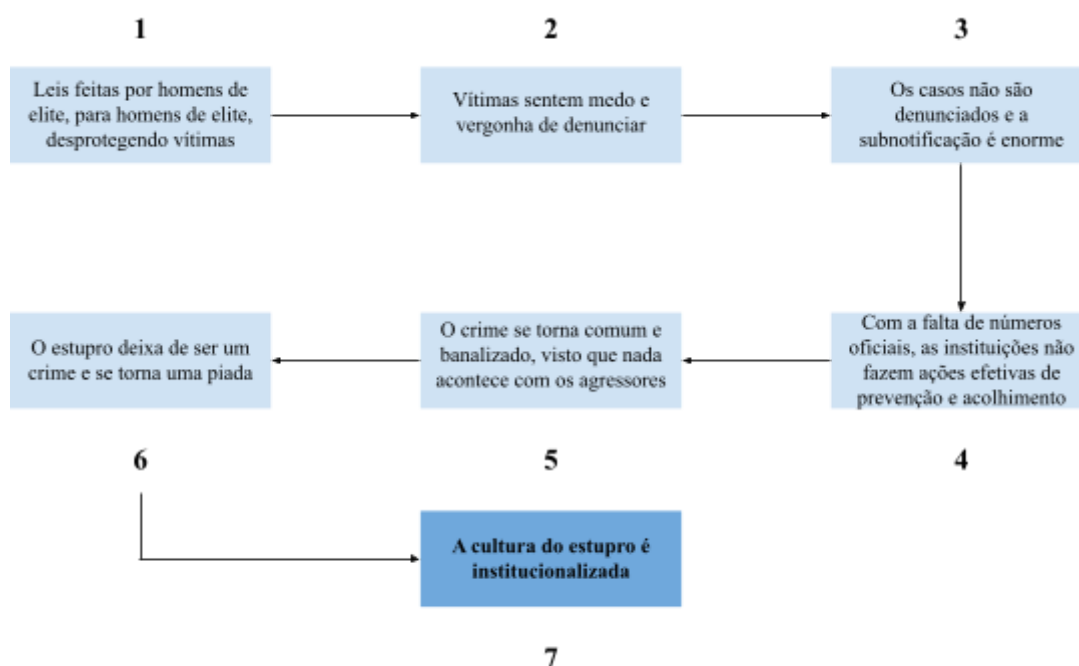


Figura 2 - Linha do tempo da construção da cultura do estupro. Elaboração própria

A construção da cultura do estupro tem sete etapas. Ela começa com as leis feitas por homens de elite para proteger homens de elite. Em âmbito nacional, as leis de estupro existem desde o século XVII, mas são boas apenas

no papel, feitas para proteger apenas as mulheres “honestas e virgens”, desmerecendo as vítimas de estupro. Em âmbito universitário, os códigos legais internos e de ética existem, mas os casos raramente são punidos e quando são julgados, levam muitos anos, como acontece também na USP, que teve sua criação elitista e masculina, feita para servir à elite liberal dos anos 30.

Com isso, as vítimas têm vergonha da represália e sentem medo de denunciar o crime, contribuindo para uma taxa altíssima de subnotificação, cerca de 81% nacionalmente, 69% nas universidades brasileiras e 90% na Universidade de São Paulo. Com essa falta de dados absolutos, as Universidades não veem necessidade de fazer políticas públicas de prevenção e acolhimento de casos de estupro. Assim, o crime se torna banalizado e comum no dia-a-dia da população, visto que 52% da população brasileira conhece alguém que já foi estuprado (PATRÍCIA GALVÃO, 2022), contra 14% da população universitária (INSTITUTO AVON, 2015a).

Dessa forma, há uma banalização da violência, que se torna um veículo de humor em propagandas e músicas brasileiras, e motivos de risadas em festas de recepção de calouros, que justifica agressões sexuais como uma brincadeira para introduzir as mulheres no ambiente universitário.

Assim, a cultura do estupro é criada e institucionalizada, tanto no ambiente nacional quanto universitário. E é por isso que urge a necessidade da violência sexual ser tratada seriamente, com ações oficiais e campanhas efetivas para prevenção e acolhimento de casos de estupro e assédios. Para isso, é importante que a comunicação organizacional seja utilizada estrategicamente, utilizando seu poder de transformação social para quebrar padrões e mudar esse cenário.

Por isso, na metodologia deste trabalho, será analisado como a comunicação é utilizada na Universidade de São Paulo para prevenir e acolher os casos de violência sexual no ambiente uspiano.

6. AS INICIATIVAS CONTRA A VIOLÊNCIA SEXUAL NA USP

Como observado anteriormente, as campanhas informativas são sugestões apontadas pelas maiorias das pesquisas feitas como caminho para o combate da violência sexual nas instituições universitárias. Por isso, estudar

essas campanhas é essencial para entender quais ações estão sendo feitas para evitar os casos de estupro nos campi da USP e se elas são efetivas na proteção e acolhimento das vítimas.

O estudo de caso foi composto por análise de campanhas de comunicação organizacional feitas pela população da universidade, como eventos, sites, redes sociais, formulários, cartazes etc; e entrevistas com coordenadores ou diretores das organizações analisadas: Comissão Anti Opressão, Rede Não Cala USP!, Secretaria de Mulheres do SintUSP, Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento e Comissão Para Apurar Denúncias de Violência Contra as Mulheres e Gênero no Campus de Ribeirão Preto. Os entrevistados foram escolhidos por critério de serem as pessoas com maior cargo nas suas organizações, logo tendo maior conhecimento sobre elas e o cenário em que estão inseridas.

6.1 Os coletivos

Os órgãos oficiais de denúncia e acolhimento - na Universidade de São Paulo sendo representados pela Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento - nem sempre conseguem atingir toda a população, que se vê obrigada a fazer o trabalho de prevenção da violência sexual e acolhimento das vítimas com as próprias mãos. Assim, foram criados os coletivos que lutam contra a violência sexual na USP.

Neste trabalho, foram pesquisados três principais coletivos, por meio de entrevistas com coordenadores e análises da estratégia de comunicação: a Rede Não Cala USP!, constituída de professoras e pesquisadoras, as Comissões Anti Opressão, constituídas de alunas da graduação e pós-graduação da USP e a Secretaria de Mulheres do SintUSP, constituídas por funcionárias da universidade.

6.1.1 Comissões Anti Opressão

As Comissões Anti Opressão, também conhecidas como CAOs, são coletivos formados pelos próprios alunos de graduação e pós graduação da USP que visam acolher pessoas que se encontrem em situações vulneráveis - seja por assédio, violências ou preconceitos - e acolhê-las da melhor maneira

possível, seja informando, acalmando, ou direcionando a vítima ao órgão responsável pelo amparo legal ou médico.

Apesar de serem organizações em que não há registros oficiais de quando começaram, elas foram uma das primeiras organizações permanentes de estudantes a surgir para combater diretamente o assédio no campus central (JORNAL DO CAMPUS DA USP, 2019), surgindo principalmente depois dos escândalos da CPI dos Trotes, em 2015.

Normalmente, as CAOs agem nas festas universitárias, dentro ou fora do campus, locais em que mais acontecem as violências contra as mulheres na USP (USP MULHERES, 2018). Por isso elas estão presentes majoritariamente em entidades estudantis que tradicionalmente organizam esses eventos, como os centros acadêmicos, atléticas, empresas júnior ou organizações de campeonatos de esporte universitário. E elas não existem apenas na USP: o site Integraê, especializado em notícias do mundo universitário, analisou a CAO da Unifesp Diadema:

Venho trazer um pouquinho do trabalho da CAO Unifesp Diadema, onde vinham ocorrendo vários casos de opressão nas festas e viram a necessidade de se ter um trabalho desse porte. Lá, fazem parte da equipe apenas mulheres e elas são de todos os cursos que o Campus tem, sendo assim, não há uma “passada de pano” para ninguém. As minas criaram um estatuto de como a CAO deve se comportar, como proceder em casos de denúncia (sendo da vítima ou de algum amigx) e a quem procurar, o respeito que se tem que ter com as decisões da vítima, informar quais são as providências que podem ser tomadas, qual o procedimento quanto ao opressor, e muitas outras coisas que são igualmente importantes. (INTEGRAÊ, 2019)

Segundo relatos anônimos publicados pelo site de notícias, após a criação da CAO no Campus Diadema da Unifesp, os casos de opressão diminuíram em grandes proporções, tornando os eventos mais seguros e dando uma maior liberdade para que as pessoas se sintam a vontade de estarem vestidas do jeito que querem e serem quem realmente são (INTEGRAÊ, 2019).

As CAOs são formadas por alunos universitários, normalmente mulheres ou pessoas LGBTQIAP+, que não tem nenhuma especialização ou formação, mas tem empatia pelas vítimas a ponto de acolhê-las do jeito que é possível

nas condições que estão inseridas, como já discuti em entrevista para o Jornal do Campus da USP:

Lohana Thereza, a “Lo”, é diretora da Comissão Anti-Opressão da Ecatlética, a CAO. [...] O grupo lida com casos como os relatados acima e está presente em todos os times. Também dão plantões nas festas. Apesar de abrangerem todos os grupos minorizados, recebem mais relatos de mulheres e casais LGBT. “Lo” diz sentir falta de respaldo profissional a respeito de como tratar os casos. Os integrantes da CAO recebem orientação de ex-membros e em workshops sobre como agir legalmente. “Mas como lidar emocional e fisicamente não temos nenhum apoio. A gente vai com o que a gente pode.” (JORNAL DO CAMPUS DA USP, 2019).

Para esta pesquisa, foi dado o recorte para análise de uma das maiores Comissões da USP, a CAO BIFE, a Comissão Anti Opressão responsável pela Liga Organizadora do BIFE, um campeonato de esporte universitário que ocorre anualmente e conta com doze institutos do campus da capital da Universidade de São Paulo.

Para o estudo de caso foram entrevistadas duas pessoas: Luis Tenório, fundador da organização, diretor até 2019 e atual aluno da Faculdade de Economia e Administração de Ribeirão Preto, e Julia Bentes, atual diretora e aluna do Instituto de Matemática e Estatística. Ambas entrevistas foram respondidas em texto ou áudios e está disponível integralmente no Anexo 1 deste trabalho.

“A Comissão Anti-Opressão do BIFE foi criada em 2015, tendo sua atuação voltada principalmente para o combate de opressões em eventos universitários organizados pela Liga BIFE, entidade que dirige os eventos deste jogo universitário. A CAO é formada por pessoas das doze Associações Atléticas Acadêmicas (AAA’s) componentes do BIFE, de modo que a participação era voluntária e inicialmente, feita por mulheres. Atualmente cerca de 25 pessoas participam de sua atuação e além de mulheres, a participação abrange minorias de diversas formas. A atuação também em questão de violências se expandiu, para um possível local de expressão para denúncias de violências não tão explícitas, tais quais como o machismo e racismo institucional, na qual também se adequam os crimes de lgbtqia+fobia, gordofobia, capacitismo,

islamofobia, antissemitismo, intolerância religiosa à religião de matrizes africanas e em geral.” (Luiz Tenório)

A CAO BIFE foi uma das primeiras organizações do tipo a serem criadas no campus da capital da USP, em 2015. É também um coletivo com bastante amplitude e alcance, conseguindo abranger alunos de doze institutos da Universidade de São Paulo. A organização começou possuindo em média 25 voluntários, mas a gestão atual, segundo comunicação no perfil do coletivo no *Instagram*, conta com 32 voluntários.

“Na CAO BIFE utilizamos diversos itens de comunicação, tais quais mídias impressas, redes sociais, lambe-lambe e atendimento via WhatsApp nos anos de 2018-2019. O público alvo sempre foi todos os participantes de eventos organizados pela Liga BIFE, sendo oriundos das atléticas participantes ou até de fora da USP. Existe uma comunicação tanto online quanto offline, para que seja dinâmica a conscientização e o fácil acesso à denúncias. Um exemplo de comunicação dinâmica são as ações nas festas, com o acolhimento presencial, o contato direto com a segurança, cartazes com QR Code em eventos para que seja possível chegar ao número do WhatsApp da Comissão, bem como fora de eventos, o Formulário de Denúncias. Em ambos os casos, por questão jurídica, necessitam a identificação das partes, porém para punições e demais atividades, as partes não eram reveladas, sendo algo totalmente impessoal. Outras atividades também efetuadas foram Workshops com AAA’s para elucidação de fatos, como determinar suspensões e outras punições disciplinares a partir das próprias AAAs e seu ordenamento jurídico, bem como dar apoio e acolhimento à vítimas de assédio, nas esferas do judiciário, segurança e saúde.” (Luiz Tenório)

“Na CAO a gente usa muito Instagram, mas a gente acabou de criar um Twitter para ter essa comunicação maior, de ter uma prevenção, de falar sobre conciliação, esse tipo de coisa. Nosso público alvo é o público do BIFE, mas o público da USP em geral, que também frequentam nossas festas. E em comunicação offline, a gente tem só comunicação em eventos: o áudio da CAO nas festas, falando sobre consentimento, a bandeira de sinalização. E a gente

pretende também colocar flyers em festas e eventos agora, com frases ou coisas específicas, também junto com o QR Code de denúncia. Além da comunicação, a gente não faz nada ainda, mas a gente está com o planejamento de fazer rodas de conversa, workshops e palestras. Nossa primeira roda de conversa vai ser sobre acolhimento, como acolher vítimas e tals. E a gente pretende fazer principalmente para a Comissão Organizadora [trabalhadores voluntários da liga], mas a gente queria abrir para chamar os atletas, as atléticas e o público geral que quiser participar, todo mundo pode participar se quiser.” (Julia Bentes)

A comunicação na CAO é essencial para um bom funcionamento e acolhimento dos casos de violência que são recebidos. Ela pode ser dividida em dois principais eixos: a comunicação online, feita majoritariamente pelas redes sociais como o perfil do Instagram, representado pela Imagem 4, e a offline, feita em festas ou rodas de conversa.



Imagem 4 - Printscreen do perfil da CAO BIFE no Instagram. Fonte: Instagram

O perfil no Instagram não é muito movimentado, visto que não tem muitos posts mensalmente, mas tem dois principais propósitos: o informativo, identificando quais os voluntários da gestão, falando sobre o propósito da organização, tipos de violência etc., e o acolhedor, fazendo a primeira comunicação ao receber casos com o formulário on-line de denúncias, que podem ser anônimas ou não. A CAO também é bastante divulgada no perfil do campeonato, principalmente ao divulgar a ação dela nas festas.

No entanto, a principal participação do coletivo são as ações offline, ocorridas nas festas universitárias. Nelas, o coletivo faz o acolhimento ao vivo, com um espaço próprio com cadeiras e água para receber e acalmar as vítimas. O espaço é sinalizado por uma grande bandeira, que pode ser visualizada por todos os lugares da festa.



Imagem 5 - Bandeira de sinalização do espaço de acolhimento do coletivo. Fonte: acervo pessoal de Julia Bentes

Além disso, como é possível observar na Imagem 5, os voluntários têm uma identificação própria, com coletes e colares piscantes, e fazem uma “ronda”, andando por todos os espaços da festa. Com isso, os trabalhadores ficam em destaque durante o evento, podendo ser abordados caso algum caso de violência ou assédio aconteça. Somado a todas essas ações, há também cartazes com QRcode que direciona para o formulário de denúncias e os diretores da comissão tem um rádio que é diretamente conectado com os

seguranças do evento, caso precisem expulsar algum agressor ou fazer um acolhimento que exija a segurança da vítima.

A organização chega a atender e acolher muitos casos de violência, não só a sexual, e fazem o trabalho de encaminhar as vítimas para os órgãos necessários ou educar e até afastar os agressores das vivências universitárias (como times, empresas júnior, centro acadêmico e festas) para que não voltem a cometer os crimes. Para proteção das vítimas, não há dados concretos sobre quantas pessoas foram acolhidas pela CAO BIFE, mas os entrevistados fizeram um levantamento:

“Coisas reportadas para a CAO, ano passado, por exemplo, eu acho que tiveram uns 15, 20 situações reportadas, mas nem todas eram assédio ou violência sexual. Mas eu chutaria que reportadas e acolhidas, umas 10, 15, sim. Esse ano a gente tem outras perspectivas, não sei como é que vai ser, isso é só o do ano passado que foi volta de pandemia, então acho que é um ambiente diferente, é um ambiente específico.” (Julia Bentes)

“Em média durante 2018-2019, que foram anos de serviço consolidado e já atuante, cerca de 90 pessoas foram atendidas pela CAO, nos casos mais diversos possíveis.” (Luiz Tenório)

É possível ver que a CAO faz muita diferença no acolhimento e segurança das populações tradicionalmente marginalizadas nas festas, que são uma parte vital da vivência universitária, influenciando no pertencimento e vitalidade das entidades estudantis da USP, visto que é por meio das festas que elas conseguem arrecadar dinheiro para seu funcionamento.

No entanto, é importante apontar que esse tipo de evento universitário é, em tese, proibido pela Reitoria da USP de acontecer no campus, obrigando as entidades estudantis a fazerem em casas de festa pela cidade de São Paulo. No entanto apesar da proibição ter sido registrada no Diário Oficial do Estado (DOE) em agosto de 2015 (G1, 2015b), esses eventos universitários continuam a acontecer no campus de forma irregular, como observa a reportagem do Jornal do Campus da USP na época da proibição:

João Meireles, presidente da Liga Atlética Acadêmica da Universidade de São Paulo (LAAUSP) durante o ano 2015, diz que “foi elaborado um projeto de nova portaria em que ficava bem claro as obrigações que cada entidade tinha que cumprir se que quisesse realizar uma festa, como um corpo técnico que iria avaliar as condições de segurança e limpeza do espaço proposto pelos estudantes, por exemplo. Mas esse plano não prosperou. Não sei porquê”. No entanto, há sempre um “jeitinho”. “A própria lei estadual que descreve o que considera bebida alcoólica, coloca em 5% o teor máximo aceitável, o que permite que algumas cervejas se insiram nesse ambiente”, diz Meireles. A clandestinidade já levou membros de entidade estudantis da FAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) a sindicâncias segundo apuração do JC.Estudantes, contudo, permanecem organizando festas como a FAUJunina, que ocorreu na sexta-feira (17) simultaneamente à USPsicodélica. (JORNAL DO CAMPUS DA USP, 2016b).

As festas chegam a ter mais de 3 mil participantes, e ocorrem inclusive na vivência da Escola de Comunicações e Artes, localizada ao lado da Reitoria da USP. Assim, a administração tem ciência das festas universitárias e seguem fazendo vista grossa, o que compromete a segurança dos alunos, que não tem nenhum respaldo caso algum crime ou catástrofe aconteça no evento.

Isso acaba afastando a USP dos alunos e suas entidades, que não têm nenhuma ajuda ou consultoria, financeira, jurídica ou social, da instituição, como podem afirmar os entrevistados:

“A CAO não conseguiu apoios sólidos da Reitoria da Universidade de São Paulo nos primeiros anos de atuação, praticamente era uma entidade ignorada pelas instâncias dos dirigentes da USP, de forma que é possível acenar professores que tentaram diálogo entre o institucional dos alunos e o oferecido pela autarquia. Atualmente, existem projetos que impulsionam tais atividades, como por exemplo o PRME, adotado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da USP – que por meio de ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, fomentaram o desenvolvimento de uma CAO própria para o instituto, o coletivo “Chama as Mina” com objetivos sólidos e com o apoio institucional devido, o que para a CAO BIFE, em minha experiência, jamais ocorreu, por negligência da unidade ou por divergência de atuação e opinião dos próprios dirigentes, diferente do exemplo da FEA-RP.” (Luiz Tenório)

“A CAO BIFE não tem nenhum apoio da reitoria, nenhum instituto ou Secretaria Oficial de Campos, a gente não foi atrás disso, inclusive, então não é uma coisa que seja culpa necessariamente da USP, mas que de fato eu acho que pouca gente sabe sobre isso. Agora que a gente está começando a fazer essas coisas de workshop, rodas de conversa e tal, a gente está começando a se comunicar mais com docentes e tal, e a gente pode tentar expandir, e isso pode ajudar para a gente ter algum apoio, mas por enquanto nada.” (Julia Bentes)

Com essa falta de respaldo, os diretores têm uma grande dificuldade jurídica, psicológica e ética para punir os agressores, visto que não têm nenhum poder dentro da administração da USP e conseguem fazer apenas com que eles sejam afastados das vivências universitárias que eles têm controle, além de fazer o papel de acolhimento, mas sem nenhuma ajuda profissional, o que é vital no tratamento das vítimas, que podem ter sequelas graves mentais e físicas após o trauma da violência (FÁUNDES et al, 2006 apud CERQUEIRA e COELHO, 2014).

Esse distanciamento é tão grave que os próprios estudantes e até os diretores do coletivo desconhecem o papel da Reitoria na prevenção dos casos de violência sexual e acreditam que ela não faz seu papel de protegê-los.

“Então, sobre a “Pró-reitoria de Inclusão e Reconhecimento”, eu honestamente nem sei direito o que é, não acho que deve ter vindo, porque eu acredito que, pelo que eu vejo, não me parece que tem muitas ações relacionadas a isso, porque senão a gente saberia disso. A gente sabe que o campus, principalmente à noite, é um espaço que não tem nenhum tipo de apoio nesse sentido de estupro, eu conheço lugares que tem, sei lá, em alguns lugares estratégicos, aqueles botões, sei lá, botão de estupro, esse tipo de coisa, apito, sei lá, não que o apito funcionaria, mas enfim, e não existe nenhum tipo de apoio nesse sentido, então eu não acredito que faça tanto o seu papel, e é isso.” (Julia Bentes)

“Não. A PRIP quase não possui atuação participante no ambiente universitário. No ambiente da USP da Capital, talvez haja maior expressão por

representação discente, mas no interior, por exemplo, existe uma grande lacuna em reconhecer atitudes cometidas por alunos e trazer este âmbito de sanções para o ambiente universitário intramuros. Muitos crimes são cometidos por alunos que passam impunes, ainda que levadas em conta medidas protetivas e decisões judiciais.” (Luiz Tenório)

Para eles, a Reitoria, mais especificamente a Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento, poderia ser mais unida com os estudantes e fazer ações mais presentes, principalmente informativas, contra os casos de violência sexual no campus.

“A PRIP deveria entender todos os movimentos de combate à violência na universidade, seja sexual, racial, psicológica e moral, não apenas trazendo a voz destas entidades como um fator determinante, mas também abrindo a possibilidade de participação das entidades devidamente formalizadas em sua composição junto à Reitoria da USP, o que faria diferenças nos procedimentos de sanções administrativas, medidas judiciais e em questões de saúde física e mental de vítimas acolhidas.” (Luiz Tenório)

“Então, uma das ações poderia ser, eu acho que o principal é estar se pondo presente, mostrar que eles existem, ter essa divulgação, acho que a divulgação pesada, que é muito um objetivo da CAO, e ter, assim, eu acho que os objetivos, as formas de serem feitas as coisas são muito parecidas, que seria a conscientização anterior, então, tipo, pela divulgação, pelas mídias e tal, e espaços físicos e, enfim, também divulgação sobre isso, de ter esse apoio para caso aconteça alguma coisa, e assim, a gente sabe que, em geral, lugares que lidam com casos de violência à mulher, tem uma tendência, principalmente quando é, sei lá, a polícia, aleatoriamente, eles têm uma tendência de duvidar um pouco da vítima, então, isso seria muito importante, não sei como é a teoria de inclusão e pertencimento, mas, assim, de fato, isso seria um objetivo muito forte, que seria escutar e não duvidar, né?” (Julia Bentes)

A violência sexual é um crime que causa muito constrangimento e medo nas vítimas. Por isso, esse afastamento da Reitoria com os alunos auxilia ainda

mais na subnotificação dos casos, que é ainda maior do que a subnotificação nacional conforme analisado no capítulo anterior.

Por isso, coletivos como a CAO são essenciais para garantir a segurança e proteção dos alunos marginalizados da Universidade de São Paulo, seja nas festas ou na vida acadêmica como um todo - com eles os alunos podem realmente ser incluídos e pertencentes no campus. No entanto, a participação e reconhecimento dos órgãos da USP, não só apenas a PRIP, seria fundamental para que esse trabalho tenha respaldo e seja feito com mais qualidade e alcance para todos os alunos.

Por isso, esse trabalho não é apenas feito pelos alunos. Existe também o trabalho das professoras e pesquisadoras, que fazem um trabalho um pouco mais tímido e institucional, como o caso da Rede Não Cala USP!.

6.1.2 Rede Não Cala USP!

A Rede Não Cala USP! é um dos coletivos mais famosos da USP com intuito de lutar contra o assédio e violência sexual na universidade, com seu trabalho servindo de estudo de caso até para artigos internacionais (ALMEIDA, 2022). Isso acontece pois ele é encabeçado por uma das principais pesquisadoras de gênero do país, a professora da USP e socióloga Heloísa Buarque de Almeida, que foi entrevistada para o estudo de caso por meio de áudios. A entrevista integral pode ser conferida no anexo 2 desta monografia.

A organização surgiu, assim como a CAO, depois de observar e conviver com anos de desprezo pelos casos de assédio e violência contra as mulheres em um cenário em que cada vez mais o silêncio e a vergonha eram substituídos pelos estudos feministas e ações afirmativas, como a CPI dos Trotes e as passeatas da Marcha das Vadias. Na época, não haviam instituições oficiais do campus para acolher e lidar com esses casos, então as pesquisadoras, que já escutavam muitos relatos de violência de suas alunas, decidiram se reunir em defesa da população feminina da USP. A Prof^a Dr^a Heloisa Buarque de Almeida fala sobre a criação da Rede em muitos artigos, como o mais recente “Visibilidade da categoria assédio sexual nas universidades”:

A indignação diante da revelação dos casos, do sofrimento das vítimas e da omissão estrutural da universidade moveu algumas docentes e, em 2015, foi fundada a Rede Não Cala USP - Rede de Professoras e Pesquisadoras pelo enfrentamento da violência sexual e de gênero na USP. Várias docentes que participaram estavam atendendo casos de estupro e assédio sexual entre alunos ou alunas e docentes em suas unidades. Desde então, temos buscado atender alunas (e alguns alunos), pesquisadoras e professoras que nos procuram, e investigando como deveríamos agir para transformar a situação. O nome da Rede Não Cala veio diante do fato de que a instituição estava negando e buscando silenciar as vozes que revelavam essas situações. (ALMEIDA, 2022, p. 198-199)

A professora também comenta sobre o alcance do coletivo na entrevista, que tenta ter a maior presença possível:

“Então, a rede não cala, ela é um movimento social, né? Então, a gente tem inscrito no nosso e-mail cerca de duzentas, talvez um pouco mais professoras da USP. Mais de duzentas, na verdade, agora eu não sei te dizer exatamente quantas. [...] Daí, a gente tem um núcleo duro num grupo de WhatsApp que são umas quinze que são as que realmente tocam o barco. Como qualquer movimento social, como qualquer coletivo, né? Tem muita gente que participa mais esporadicamente, que apoia as ideias. Então às vezes a gente manda no e-mail e elas assinam, elas apoiam, e a ideia é que em cada unidade [instituto da USP] elas pudessem fazer uma presença.” (Prof^a Dr^a Heloísa Buarque de Almeida)

O trabalho do coletivo tem duas vertentes principais, que aproveitam a visibilidade e poder das docentes - que é pequeno, mas ainda é maior que o das alunas, como no caso da CAO - para acolher as vítimas ou exigir melhorias da universidade.

O acolhimento é feito por meio de conversas informativas e intermediação da vítima com o agressor:

No caso de Luciana [aluna acolhida pelo coletivo], com a intermediação e o acompanhamento de uma docente ligada à Rede Não Cala, ela contou posteriormente que se sentiu amparada (depois de semanas de desespero) e mais protegida, e este caso não se arrastou por muito mais tempo, nem se tornou uma investigação formal (sindicância). O acordo informal rapidamente aceito pelo professor foi uma mudança de orientação. Segundo Luciana, em conversas posteriores que mantivemos, essa troca resolveu seu problema, e ela autorizou que eu comentasse essa história, assim

como se colocou à disposição para narrar novamente em detalhes o que tinha acontecido. (ALMEIDA, 2022, p. 206).

No entanto, a organização tem um trabalho mais presente em reivindicar melhores condições para a proteção das mulheres vítimas de assédio ou violência sexual, exigindo a criação de centros oficiais de acolhimento:

“A primeira coisa que a gente faz é demandar que a USP faça coisas porque precisa ter coisas oficiais. A gente não pode, como professora, fazer coisas sem ter um lugar institucional, né? Então quando a gente tem algum lugar institucional a gente faz alguma coisa, mas a Rede é um movimento social, ela não é uma instituição. Então o que a gente faz desde o começo é denunciar a omissão da universidade de muitas coisas. E agora como a universidade montou primeiro USP mulheres, então a gente tentou apoiar a USP Mulheres, depois essa Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento que a gente está tentando apoiar e as Comissões de Direitos Humanos nas unidades que também a gente apoia. Então é isso que a gente faz, né? A gente não tem nenhum apoio da Reitoria, muito pelo contrário. Ao contrário, a Reitoria nos vê talvez como inimigas... a gente tá pressionando a Reitoria para que ela pare de fingir que esses problemas não acontecem.” (Profª Drª Heloísa Buarque de Almeida)

Um dos principais modos de reivindicação feito pela organização são os seminários e rodas de conversa com a população uspiana. O último seminário, de nome “Vozes que não se calam sobre o assédio na USP” teve parceria com outras entidades da universidade como o Diretório Central de Estudantes (DCE-USP), a Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp) e a Associação de Pós-Graduandos e ocorreu em março deste ano, em homenagem ao mês da mulher.



Imagem 6 - Cartaz de divulgação do evento de 31/03/2023

“Vozes que não se calam contra o assédio na USP”. Fonte: Facebook

O evento foi aberto ao público e durou toda a manhã do dia 31 de março de 2023, contando com café da manhã coletivo, palestra das professoras Heloísa Buarque e Carolina Bezerra, sobre medidas institucionais para o combate e enfrentamento aos assédios na USP, relatos e reflexões dos presentes sobre assédios e marcadores sociais da diferença, terminando com a entrega de uma carta manifesto das entidades participantes na PRIP.



Imagem 7 - Registro da palestra das professoras Heloísa Buarque e Carolina Bezerra ocorrida durante o evento. Fonte: Adusp

A carta foi levada pelos representantes das entidades presentes no evento à pró-reitora adjunta de Inclusão e Pertencimento, Miriam Debieux Rosa (ADUSP, 2023). O documento “Vozes Que Não Se Calam Contra o Assédio na USP”, tinha o intuito de questionar se “As melhores universidades do mundo possuem programas de enfrentamento às violências, com políticas amplas e articuladas para combatê-las. Por que até hoje não foram implantados na Universidade de São Paulo?” (ADUSP, 2023). A carta foi levada em consideração pela Pró-reitoria para a elaboração das próximas ações contra violência sexual no campus, que serão discutidas nos próximos itens desse capítulo.

No entanto, o relacionamento da Reitoria com o coletivo não é muito diferente do relacionamento cultivado com a CAO.

“A Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento é então uma dessas coisas institucionais que mudou na USP em parte, provavelmente, por causa da nossa pressão. Claro que não é só da gente, né? Mas acho que a USP foi se dando conta que precisaria pensar um pouco mais a permanência, assistência social, o atendimento psicológico... Então a PRIP não tá aqui pra prevenir os casos de estupro, ela tá aqui, cê pode olhar lá a estrutura, tem várias coisas, mas ainda tem muita coisa que ela poderia fazer, né? Então de novo eu acho que eh faltam coisas que a gente sugeriu por exemplo um centro de referência para acolhimento exemplo mudança nas normas para sindicâncias e processos administrativos, né? Então a PRIP tem várias funções por enquanto ela tem poucos funcionários, por enquanto ela não tem verba e de novo eu acho que o nosso papel vai ser pressionar a reitoria mais do que nunca.” (Profª Drª Heloísa Buarque de Almeida)

É possível ver um grande distanciamento, quase um antagonismo entre as duas organizações, apesar do antigo apoio do coletivo com o escritório oficial da universidade, o USP Mulheres.

“O que a gente conseguiu fazer com USP Mulheres foi a pesquisa, Interações na USP, que a gente apoiou. Mas o USP Mulheres não tinha um lugar estatutário, a gente não consegue fazer coisas se a gente não tem uma

definição na estrutura, o institucional e prerrogativas, né? O que a gente está propondo [...] é tentar marcar uma conversa com a com o setor mais de gênero dessa Pró-reitoria, estamos tentando marcar, né? [...] A gente fez algumas demandas estruturais que nunca foram implementadas, que a gente acha que seriam importantes pra poder realmente ter um trabalho de prevenção, de acolhimento, né? E de investigação, porque não é só prevenção, a gente tem que acolher, a gente tem que dar tratamento, médico psicológico e tal pras pessoas que precisam. Num segundo momento, [precisamos] ter sindicâncias, métodos investigativos, procedimentos administrativos pra punir os agressores... Isso a gente já viu com assédio sexual, a gente já teve dois professores da USP que foram demitidos em processos, longos processos, né? Mas ainda é preciso aprimorar os processos, que tem que demorar um pouco, não dá pra ser muito rápido, porque são processos jurídicos internos, ao ordenamento jurídico administrativo da universidade. [...] A gente tentou ser parceiras do USP Mulheres, na medida do possível, porque tinha coisas que a gente discordava também como estava sendo feito.” (Profª Drª Heloísa Buarque de Almeida)

As reivindicações do movimento social são um pouco diferentes das sugeridas pela CAO. No entanto, ambas as organizações acreditam que a PRIP poderia fazer mais para proteger a população uspiana, como ter um centro de acolhimento e denúncias para os casos de violência sexual no campus e ter um protocolo de atendimento para preparar melhor os funcionários caso recebam alguma denúncia:

“Então que ações a PRIP ou a reitoria ou a USP deveriam fazer né? Então, é isso, construir um centro de referência de atendimento para os casos de assistência social, para quando há alguma coisa a aluna poder pedir uma ajuda, fazer uma queixa. Nem sempre ela quer fazer uma denúncia, às vezes ela quer fazer uma queixa e a gente precisa encaminhar para serviço médico, para serviço psicológico, né? A denúncia precisa ser construída, né? Por outro lado, a gente podia ter protocolos para atendimento, a gente podia ter novas regras, novas normas, né? Não basta ter protocolos de atendimento, tem que ter protocolos de atendimento com gente treinada, especializada para atender,

porque senão não adianta nada. A gente tem que ter treinamento de professores e de funcionários.” (Profª Drª Heloísa Buarque de Almeida)

Como dito anteriormente, a principal característica que difere os coletivos estudados é o nível de institucionalização. A CAO existe para proteger e informar as alunas em festas, enquanto a Rede Não Cala tem como principal objetivo demandar da Reitoria melhores condições de proteção e atendimento das vítimas de violência e assédio.

Isso faz com que a Rede seja um pouco atrasada no quesito de alcance de informação. Com sua baixa mão de obra - 15 professoras voluntárias em comparação com 32 alunos voluntários na CAO - não sobra muito tempo para planejar a comunicação do coletivo.

“Então, a gente não tem um plano de comunicação, a gente não tem uma estrutura profissional. O que a gente tem é um grupo de e-mails e a gente faz eventos. [...] Então a gente é trabalho voluntário, gratuito, não tem eh a gente não tem não tem um plano de comunicação, né? A gente tenta sempre fazer algum evento em março, né? Já fizemos passeatas dentro da USP em março, mesas de conversa e tal.” (Profª Drª Heloísa Buarque de Almeida)

A organização conta apenas com divulgação no Facebook, que é uma rede não mais tão utilizada por jovens até 34 anos⁷, idade média dos alunos da USP. É possível observar essa falta de alcance da página no engajamento dos posts: apesar de ter mais de 4 mil seguidores, os últimos posts tiveram em média 4 curtidas e compartilhamentos.

⁷ Segundo reportagem da Forbes (2019), o Facebook é a rede que teve maior êxodo de jovens de 12 a 34 anos.



Imagem 8 - Printscreen do perfil da Rede Não Cala no Facebook. Fonte: Facebook.

A comunicação da Rede Não Cala tem os mesmos problemas e é bem parecida com a comunicação da Secretaria de Mulheres do SintUSP, a próxima organização não-oficial de combate à violência sexual na USP que será analisada neste trabalho.

6.1.3 Secretaria de Mulheres do SintUSP

O Sindicato dos Trabalhadores da USP, também conhecido como SintUSP, é uma organização dos trabalhadores da Universidade de São Paulo criada em 1988, sendo o primeiro sindicato de servidores públicos do Brasil, a partir da promulgação da Constituição Federal que permitiu a sindicalização dos funcionários públicos (SINTUSP, 2023a). Ele é um órgão importante na luta de classes dos trabalhadores da universidade e existe para proteger os direitos dessa população, que por não produzir pesquisa ou sair nas notícias dos jornais, muitas vezes não é valorizada tanto quantos os alunos e professores.

O sindicato é muito bem construído e dividido em muitas secretarias, que cuidam de assuntos específicos, como as secretarias da Aposentadoria, Lazer e Saúde, ou cuidam da proteção dos funcionários socialmente marginalizados, como as secretarias de Combate ao Racismo, Diversidade Sexual e a Secretaria das Mulheres.

Cada secretaria é outorgada por um estatuto interno do sindicato. A Secretaria das Mulheres do Sintusp está presente no artigo 56 do estatuto:

Art. 56º – Compete a Secretaria de Mulheres:

- a) Zelar pelos direitos das mulheres integrantes da categoria;
 - b) Organizar, anualmente, um encontro de Mulheres Trabalhadoras da USP, aberto a outras categorias;
 - c) Implementar políticas de valorização do trabalho da mulher.
- (SINTUSP, 2015).

Para estudo de caso, foi entrevistada a coordenadora da Secretaria das Mulheres do Sintusp, Patrícia Galvão, por e-mail. A entrevista completa está disponível no Anexo 3 deste trabalho.

“Ela [Secretaria das Mulheres do Sintusp] foi criada há quase 15 anos com a discussão central voltada para organizar as mulheres trabalhadoras da USP para luta por nossas demandas seja em relação ao combate ao assédio moral e sexual, ao direito das mães trabalhadoras, mas também a luta pelo direito ao aborto legal, igualdade salarial e toda a luta histórica do movimento de mulheres. A Secretaria é um braço do nosso sindicato no sentido de lutar para combater o machismo nas nossas fileiras construindo uma luta unitária pelos oprimidos e explorados. Para compor a secretaria basta ser uma mulher (cis ou trans) trabalhadora efetiva ou terceirizada da USP.” (Patrícia Galvão)

A secretaria vai muito além de apoiar os direitos das trabalhadoras. Ela também discute assuntos que vão além dos portões do sindicato e abrangem a luta histórica das mulheres, como o direito ao aborto e pertencimento de mulheres trans na pauta feminista. É possível observar essa abrangência no seu papel no combate da violência e assédio sexual na Universidade de São Paulo, que passa primeiro pela luta contra o machismo institucional e a luta de classes:

“Prevenir [a violência sexual na USP] para nós significa primeiro disputar a consciência da nossa classe. Mas, passa principalmente por cobrar o Estado e seus gestores da manutenção do machismo estrutural institucional que torna as mulheres cidadãs de segunda classe. Numa sociedade onde o corpo da mulher vale menos, pois envelhece, como se tivéssemos data de validade, que pode ser vendido ou comprado como se fosse objeto e cujo o trabalho vale menos,

pois recebemos os menores salários e, no caso do trabalho doméstico nos lares é feito de forma gratuita, onde não temos o direito ao nosso corpo pois uma parte dele é regulamentada diretamente pelo estado, a vida, em última instância da mulher é entendida como algo de menor valor, que se pode usar e abusar. Destruir os pilares do patriarcado, organizando as mulheres junto aos trabalhadores é nossa principal tarefa. Para isso, buscar unir os trabalhadores para que a classe seja porta-voz da luta das mulheres é uma questão de vida ou morte para nós.” (Patrícia Galvão)

Como é possível observar, apesar de abranger pautas externas, o objetivo principal é garantir os direitos trabalhistas das mulheres do sindicato. É possível ver isto refletido também na sua comunicação, que tem como público-alvo a classe trabalhadora da USP.

“Hoje temos, além das mídias do sindicato, uma página da Secretaria de Mulheres no Facebook e um grupo de Whatsapp, onde divulgamos eventos e propormos pautas para serem tratadas nos espaços de decisão do nosso sindicato. Também divulgamos boletins no site com atualizações na nossa luta e discussões de pautas feministas. Ainda estamos atrasadas com isso, pois as exigências são muitas e temos poucos braços para essas tarefas. Além disso, chamamos ou nos incorporamos em atos, mesas de debates, temos reuniões no sindicato.” (Patrícia Galvão)

Como citado anteriormente, a única comunicação online do coletivo é na sua página do Facebook, que tem hoje cerca de mil seguidores. Assim como na Rede Não Cala, os posts tem baixo alcance e engajamento, com média de duas curtidas e compartilhamentos por post.



Imagem 9 - Printscreen do perfil da Secretaria de Mulheres do Sintusp no Facebook. Fonte: Facebook

No entanto, diferentemente da Rede, o público-alvo pode ser alcançado por meio do grupo do *Whatsapp* com as trabalhadoras e os boletins que são divulgados no site do SintUSP.

Os boletins informativos são importantíssimos para divulgar não só entre as trabalhadoras mas também à população geral uspiana, os trabalhos feitos pelo coletivo a favor das mulheres. Um exemplo disso é o último boletim publicado, que evidenciou uma vitória das trabalhadoras com o afastamento de um funcionário da Faculdade de Educação que recebeu 25 denúncias de importunação sexual das colegas de trabalho e uma denúncia de uma aluna.



Imagem 10 - Último boletim informativo da Secretaria de Mulheres do Sintusp, publicado em 27 de março de 2023. Fonte: Sintusp

Esse caso ilustra muito bem como funciona o andamento dos casos de violência sexual na USP. Segundo o boletim, um funcionário não identificado foi preso em flagrante por importunação sexual de uma aluna. Após ser detido por um mês, foi condenado a uma pena de regime aberto, voltando a trabalhar normalmente no instituto. No entanto, durante mais de 15 anos, as funcionárias da Faculdade de Educação da USP denunciaram as importunações sexuais desse mesmo colega de trabalho, sem serem ouvidas.

Esse episódio causou ainda mais revolta nelas, que, com o retorno do funcionário, perceberam a necessidade de criar o Núcleo de Funcionárias da Faculdade de Educação da USP (NUFFE), para acolher as vítimas e entender o cenário da violência causada pelo agressor. Com essa organização interna, que contou com apoio do Sintusp, as funcionárias pediram ajuda a uma Promotora Legal, que as esclareceu judicialmente sobre o que poderia ser feito para punir o funcionário.

Com a reunião de depoimentos e provas de funcionárias contra o agressor e respaldo legal da promotora, o núcleo encaminhou a denúncia para a direção da Faculdade de Educação, para ser adicionada ao - já em andamento - processo administrativo feito pela aluna vítima do mesmo agressor. Tudo parecia certo para afastar o agressor das suas vítimas.

No entanto, a Faculdade não aceitou juntar as denúncias e definiu que fosse aberta uma Averiguação Preventiva do caso, medida que levaria meses para ser tomada e obrigaria as funcionárias a conviver com o agressor por muito tempo.

Foi só após a intervenção da deputada estadual Sâmia Bonfim (PSOL), que foi aprovada uma nota na Comissão Estadual em Defesa dos Direitos da Mulher exigindo uma audiência com a Procuradoria da USP, responsável pelo suporte jurídico necessário à tomada de decisão na universidade. Um requerimento de suspensão cautelar contra o agressor foi encaminhado e só assim o funcionário foi exonerado do seu cargo.

A organização das funcionárias foi essencial para que seus direitos fossem garantidos. Mas lutar pelos direitos humanos básicos das mulheres não deveria ser tão exaustivo. Por isso, a Secretaria de Mulheres do SintUSP reforça, por meio do boletim e da sua presença no evento ocorrido em março da Rede Não Cala, a exigência de que a USP não feche os olhos às denúncias de violência e assédio sexual, estabelecendo protocolos e mecanismo de acolhimento e proteção das mulheres uspianas. A coordenadora Patrícia Galvão comenta sobre esse descaso da PRIP sobre a pauta da violência sexual no campus:

“A PRIP hoje só tem servido para maquiar e esconder os casos de violência de gênero. Não dialoga com a comunidade, não busca conscientizar. Os principais ataques aos trabalhadores hoje acontecem nos setores majoritariamente composto por mulheres, como os serviços de higienização e limpeza, os hospitais e creches. [A PRIP deveria trabalhar na] Contratação de trabalhadoras efetivas que é o primeiro passo, pois os serviços de acolhimento e atenção necessitam de mais funcionários. Além disso, o assédio aumenta quando há piora nas condições de trabalho por causa da sobrecarga. Mães viram alvos pois precisam se ausentar do trabalho para cuidar dos filhos e sem

ter quem as substituam, são constantemente assediadas. Além disso, investimento em infraestrutura, aumentar a circulação de pessoas no campus, dando mais vida aos espaços são medidas básicas. Treinamento da guarda, locais de atendimento espalhados pelo campus, etc.” (Patrícia Galvão)

Os coletivos que lutam contra o assédio e violência sexual no campus diferem muito entre si - seja nos objetivos, nas ações ou no público-alvo das suas campanhas. No entanto, elas concordam em um principal problema: o descaso da Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento, que deveria cumprir seu papel de proteger as mulheres, mas acaba se afastando dos coletivos. Ambas organizações, oficiais ou não, poderiam trabalhar em conjunto, mas são impedidas pelas altas grades da Reitoria que impõe processos administrativos lentos e se recusa a escutar as exigências da população uspiana.

Mas, para uma análise de qualidade, é preciso escutar os dois lados da história. Por isso, no próximo item, será analisado o trabalho da PRIP na proteção das mulheres contra a violência sexual no campus da USP.

6.2 As instituições

Nesta etapa, duas instituições foram analisadas. Em primeiro lugar a PRIP, órgão oficial da Reitoria e que é responsável por todos os assuntos relacionados à diversidade no campus, inclusive os assuntos relacionados à violência sexual e de gênero. Em última análise, será pesquisado o Comissão Para Apurar Denúncias de Violência Contra as Mulheres e Gênero no Campus de Ribeirão Preto de Ribeirão Preto, o único órgão oficial responsável pelo acolhimento das vítimas de violência de gênero na USP.

6.2.1 Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento

Assim como visto anteriormente, a PRIP foi criada com o objetivo de unificar os trabalhos e discussões sobre inclusão e permanência na universidade, resultado de uma junção de várias superintendências e escritórios, entre eles a USP Mulheres.

A Prof^a Dr^a Ana Elisa Bechara, responsável pela diretoria de Mulheres, Relações Étnico-Raciais e Diversidades da Pró-reitoria, foi entrevistada por esse trabalho por meio de chamada de vídeo. A entrevista completa se encontra no Anexo 4 desta monografia. Ela comenta sobre a criação da Pró-reitoria:

“A PRIP não surgiu do nada. Em matéria de gênero não é essa, não é uma iniciativa, vai pioneira da universidade, né? Tem desde 2015, é o escritório USP mulheres. Com a PRIP, [o assunto do gênero] canaliza de alguma forma, não é? Este tema não se começa a sistematizar. O que antes ou era completamente invisível na universidade ou contava com iniciativas muito individualizadas, com a criação da PRIP [...] é incorporado sob uma forma politicamente mais forte. Porque antes a gente tinha um escritório, e com força de uma Pró-reitoria, muda completamente o poder de discussão, digamos assim, né? Porque aí você tem uma conversa diretamente com o reitor, com a vice-reitora, com outros Pró-reitores, né? Há um conselho de inclusão e pertencimento, então o tema ganha outros contornos, o que é muito bom, né? Porque isso coloca para a universidade uma agenda sim ou sim, né, que é de olhar para mulheres.” (Prof^a Dr^a Ana Elisa Bechara)

A Pró-reitoria foi outorgada há cerca de um ano, no dia 5 de maio de 2022, junto com um regulamento interno aprovado pelo reitor. O documento descreve os objetivos da PRIP:

- I – promover o pertencimento a partir do reconhecimento, na Universidade e na vida social, do valor das diferenças sociais, culturais, sexuais, físicas, de gênero e étnico-raciais;
- II – reconhecer que a diversidade deve se traduzir em ações que incorporem a pluralidade e multiplicidade dos saberes, fomentando os processos de formação que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão, identificando novos temas e recortes de produção de conhecimento;
- III – estimular a construção de saberes em diálogo e que conectem a USP com o mundo social;
- IV – ampliar o escopo de problemas e temas de investigação da USP garantindo efetivas trocas e permeabilidades com a sociedade e com a diversidade que configura a Universidade;
- V – desenvolver ações de educação e formação para a diversidade dirigidas à comunidade USP (servidores docentes, servidores técnicos e administrativos e alunos);

- VI – estimular as articulações e transversalidades de ação com os demais órgãos e Unidades da USP;
- VII – favorecer o bem estar social como atributo transversal no fomento de relações institucionais de promoção de saúde mental;
- VIII – consolidar o pertencimento e incentivar o reconhecimento da diversidade criativa. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2022)

Como é possível ver no item IV, um dos principais objetivos da Pró-reitoria é "ampliar o escopo de problemas e temas de investigação da USP garantindo efetivas trocas e permeabilidades com a sociedade e com a diversidade que configura a Universidade", ou seja, investigar os problemas no campus e dialogar com a comunidade uspiana.

Para a entrevistada, um dos principais problemas institucionais da USP hoje é a inequidade de gênero, que além de espelhar um problema nacional, está presente de um jeito ainda mais prejudicial na universidade, que é palco de uma estrutura tradicional e patriarcal:

“É claro que se a gente falar do Brasil, a gente fala de um país extremamente machista, com uma cultura patriarcal e a violência de gênero no nosso país fica muito grande justamente por conta da grande iniquidade de gênero que a gente tem, né? Quer dizer, o papel que a mulher foi presa entra na sociedade Brasileira. E quando a gente fala de universidade, a USP não foge a regra. [...] Mas, além disso, as universidades são um território muito conservador, né? Muito hierarquizado, muito machista, e que tende a ter ainda mais desigualdade de gênero, uma violência maior e uma violência latente muito grande. São aquelas violências não percebidas, no campo do simbólico, né? Aquelas violências de que aquilo que a sociedade acha que a gente deveria ser. E isso mina, muito mais. Deixa o tema muito mais complicado, porque são aqueles silêncios, aquelas questões não manifestas.” (Profª Drª Ana Elisa Bechara)

Recortando para a violência sexual, a professora acredita que o papel da PRIP é o de informar e conscientizar a população, trazendo a tona a reflexão sobre as desigualdades:

“Eu acho que o papel da Pró-reitoria é muito pedagógico, né? No sentido, em primeiro lugar, de trazer a questão como uma questão para pôr na mesa, né?

Falar assim: ‘olha, essas questões existem’. Por exemplo, quando a gente traz dados, isso constrange. Então quando você fala: ‘é essa diferença entre homens e mulheres’, ‘Olha, é isso que está acontecendo com as mulheres’, ‘Olha, as mulheres não conseguem progredir na carreira’. Isso começa a trazer um constrangimento e a necessidade de um fazer pensar, uma necessidade de reflexão. [...] Então não só com campanhas que eu acho que são importantes, mas no sentido geral, no sentido informativo, de conceituar essas violências. Quando a gente fala de violência, eu tenho algumas décadas de USP, já. Então eu lamentavelmente eu tive que trabalhar em muitos processos, em muitos casos de estupro envolvendo alunas da universidade, uma das coisas mais tristes de ver que na maioria dos casos as alunas têm dúvidas se foram estupradas. E eu acho que é complicado na universidade também, porque tem as festas, e aí todo mundo fica muito bêbado e acho que há uma questão de “Eu estava bêbada e tudo bem isso acontecer comigo”, sabe? Eu acho que nas universidades isso ainda é mais complicado do que no âmbito nacional.” (Profª Drª Ana Elisa Bechara)

É possível ver um pouco do trabalho da organização em duas principais plataformas: o site oficial e o perfil do Instagram.



Imagem 11 - Perfil da Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento no *Instagram*. Fonte: Instagram

O perfil é mais voltado ao público da universidade e tem o principal intuito de publicar anúncios da Pró-reitoria, como de novas vagas de estágio ou liberação de bolsas, e temas institucionais como mês do orgulho LGBTQIAP+ e saúde mental. Já o site concentra toda a comunicação da PRIP, com informações importantes sobre os membros da organização, frentes de trabalho, criação etc.

No entanto, neste um ano de Pró-reitoria, apesar de haver muitas ações positivas para discussão de racismo e saúde mental, nada novo foi feito em relação à proteção das mulheres no campus. Apenas a reprodução do trabalho feito pelo antigo USP Mulheres e Superintendência de Assistência Social, como a divulgação do “Protocolo de atendimento para casos de violência de gênero”, criado pelas instituições em 2020.



Imagem 12 - Post do dia 13 de junho no perfil da Pró-reitoria no Instagram divulgando o “Protocolo de atendimento para casos de violência de gênero”. Fonte: Instagram

Esse protocolo tem o objetivo de sistematizar o atendimento e capacitar permanentemente as assistentes sociais e outros funcionários da USP no acolhimento e acompanhamento de casos de violência de gênero no campus. É um documento de caráter técnico, contendo os princípios das ações e os procedimentos padrão de atendimento (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2020).

É um documento muito interessante e um grande passo na garantia do atendimento das vítimas de violência sexual e de gênero na universidade. Segundo a entrevistada, no futuro, a Pró-reitoria pretende publicar uma nova versão deste protocolo, com um passo a passo mais específico para o acolhimento dos casos de violência de gênero em nível normativo, para ser distribuída por toda a USP e não só para os funcionários e assistentes sociais:

“Nós também estamos elaborando agora um protocolo de tratamento dos casos de violência. A nossa ideia é um pouco diferente [da feita pela USP Mulheres] agora. Em primeiro lugar, um esquema, como se fosse uma cartilha. Vamos fazer uma cartilha para as unidades, para as comissões de inclusão e pertencimento das unidades ou comissões de direitos humanos, porque tem unidades que têm as duas, e dar um protocolo de encaminhamento dos casos.

[...] E paralelamente a isso, a gente está com um grupo de trabalho muito grande, envolvendo as várias instâncias da universidade, não só pessoas que são especialistas em violência de gênero [...], mas também a Procuradoria Geral da USP, a Ouvidoria geral da USP, a Guarda Universitária, enfim. A gente está envolvendo uma série de atores dentro da USP, para estabelecer um protocolo sobre violência de gênero na USP, um protocolo em nível normativo. Criar uma norma, porque criar uma norma é diferente da cartilha. A norma traz questões que se transformam em deveres para os tomadores de opinião. [...] E isso é muito importante, inclusive para efeito preventivo, porque vai cuidar dos casos em andamento, de alguém que sofreu uma violência. Enfim, você vai ter uma resposta mais adequada, mas mais do que isso, fazer políticas dentro da USP. E aí a gente tem uma política preventiva importante, porque você estabelece um padrão de tratamento desses casos. Você deixa essa via muito mais segura.” (Profª Drª Ana Elisa Bechara)

No entanto, só esse trabalho ainda não é suficiente para diminuir os casos. A professora entrevistada promete que tem planos para novas ações sobre o tema, como fazer pontes com contatos externos e internos da universidade para entender o cenário da violência sexual e de gênero no campus:

“A gente tem muitos contatos, né? Com órgãos externos, por exemplo: a Defensoria Pública, o Ministério Público, que a gente mantém um diálogo o tempo inteiro, outras universidades... então hoje a gente tem redes nacionais para cuidar de gênero. A gente tem uma rede paulista de universidades públicas para cuidar de gênero. A gente faz parte hoje de duas redes internacionais de cuidados de gênero, então tudo isso nos municiam com ideias, né? [...] Então quando você fala dessas iniciativas, eu falei do exemplo dos protocolos, falei do exemplo do filme, agora, algo que é muito importante. [Estamos querendo] Fazer uma sistematização de dados, por exemplo, na Ouvidoria, tem 5 casos de estupro ali, mas será que todos os casos vão pra ouvidoria? Quer dizer, não né? Como é que eu faço para localizar todos esses casos? Como é que eu faço para fazer um mapeamento? Tem um registro disso, porque isso é importante, né? É até para conseguir diferenciar realidades, né? Entre unidades, por tempo, em que setor e que graduação, pós

graduação, os funcionários, né? Porque a gente, quando a gente fala USP, a gente tende a pensar muito nas alunas e nas professoras. Mas e as funcionárias? Vou dizer para você que [elas] são a categoria mais ferrada, que não têm voz, porque as alunas têm os coletivos, as docentes agora também souberam se organizar um pouco mais e tal. Agora funcionária, se ferrou. Elas não têm voz. Elas sofrem muita, muita, muita violência, então algo que eu tenho feito bastante, né? Na diretoria de mulheres, é pouco visível para a comunidade USP, mas fomos nas unidades para conversar com funcionários. Não sobre as violências e assédios, mas é impressionante ver a presença das mulheres funcionárias e como elas tem mais demanda, muito reprimida. Como elas ficaram chocadas de estarem sendo ouvidas pela primeira vez porque elas não se sentiam parte sabe, então é esse é um lado também que pouco se fala, né? Porque quando a gente pensa na universidade ninguém pensa que ela só funciona porque tem um monte de funcionário, não é? E a gente tem que olhar para esse público também, e é um trabalho muito grande que está sendo feito agora. Então, semanalmente a gente tem ido nas unidades para falar [com as funcionárias].” (Profª Drª Ana Elisa Bechara)

A professora também comenta sobre o relacionamento da PRIP com os coletivos:

“Tem um relacionamento super bom, né? É, inclusive nesse protocolo que eu falei, que não é normativo, a gente tem vários representantes da Rede Não Cala ali, né? Quer dizer, a ideia é trabalhar com o coletivo. Não dá pra gente trabalhar sem.[..]. A gente tem temas que são complicados, porque eles não são muito consenso. Então quando você fala dos diversos movimentos dos coletivos, não há consenso sobre essas questões. Né? E as disputas políticas internas também. E a gente tem que tomar muito cuidado para não ser capturado, sabe? Para é tentar, não é buscar um mínimo consenso aí para conseguir ir para frente. Então é essa é uma dificuldade. Essa é uma dificuldade em geral que a gente tem que é o fogo, amigo. É fugir do fogo amigo, quer dizer, a gente precisa ouvir todas as vozes. É fundamental, não é? Até porque a gente tem essa interseccionalidade, por exemplo, não dá para falar de violência de gênero na USP se eu não falar da questão racial, ou da questão social, né? E o econômico social? Na questão de pertencimento são

completamente diferentes. Então a gente tem que trabalhar em conjunto. [...] Então assim a gente tem que aprender com essas coisas, não é? É e a gente tem que dialogar. Então com os movimentos? Então, sim, existe um diálogo.”
(Profª Drª Ana Elisa Bechara)

É cômico a diretora afirmar que o relacionamento existe, pois, como visto anteriormente, não é o que acontece na realidade. Em todas as entrevistas feitas com os coletivos, dois afirmaram que não mantinham um relacionamento ou ao menos conheciam a organização. No caso da Rede Não Cala, o relacionamento existe, mas é descrito como negativo.

A entrevistada também afirma que existem conversas semanais com funcionárias da universidade. Para averiguar a veracidade, foi feita uma segunda entrevista com a coordenadora da Secretaria de Mulheres do SintUSP, Patrícia Galvão, perguntando se ela tinha ciência desse diálogo:

“Nossa, isso não tem acontecido nem de longe! Acontece às vezes de elas conversarem com só uma trabalhadora da Reitoria e elas chamam isso de dialogar com os trabalhadores. Mas de forma organizada, nunca falaram, nunca sequer tentaram.” (Patrícia Galvão)

Apesar disso, é possível observar que a diretora entrevistada, a Profª Drª Ana Elisa Bechara, reconhece a importância de reunir o trabalho da Reitoria com os dos coletivos:

“Sem dúvida os coletivos cumprem um papel importante porque, veja, eu tenho aí muitos caminhos quando acontece uma violência. E quem é que a vítima vai buscar, não é? Ela não vai buscar ouvidoria, também vai, mas não é só a ouvidoria, vai buscar um monte de portas e uma das grandes portas de entrada são os coletivos, não é? E aí o coletivo tem que ter uma ponte que está muito afinada com com a instituição para dar um encaminhamento mais eficaz, com certeza. Então é por isso que eu falo que esse trabalho é muito conjunto, porque os coletivos recebem muitas denúncias. A gente pretende chamar para rodas de conversa, não tão abertas, mais canalizadas. Fala assim, ó, vamos, vamos conversar aqui com os coletivos sobre, né? Como é que a gente consegue, né, fazer? Eu não quero chamar isso de treinamento porque não

quero que seja técnico isso. Mas a gente tem que trabalhar em conjunto, né? Instituição e coletivos no encaminhamento dessas questões. ‘Qual a melhor forma de tudo?’ Bem, eu sei que eu tenho que ouvir e acolher, mas e depois, qual a melhor forma de encaminhar, né? Essa é uma grande dúvida, né? Porque é tem muito a questão no sentido punitivo, né? Mas a questão não é só essa, tem outras questões envolvidas para a vítima. Claro que a punição está lá também como algo importante, mas eventualmente, a vítima não se interessa por isso, eu não estou falando só do estupro. Estou falando de todo tipo de violência. Às vezes a vítima tem um interesse muito mais restaurativo do que punitivo. [...] Então às vezes uma roda restaurativa funciona muito mais. Para restabelecer um ambiente não de conflito, um ali não é isso. Vai ser muito mais importante para a vítima, inclusive, né?’” (Profª Drª Ana Elisa Bechara)

E finaliza reforçando a importância de juntar esforços para mudar a cultura do estupro na universidade:

“Assim, eu acho que a gente quer desconstruir uma cultura de intolerância, quer mudar uma cultura. Eu acho que esse é o grande papel de uma Pró-reitoria, né? Mudar uma cultura dentro da universidade em relação a vários temas, e só muda a cultura se tiver todo mundo junto. Não adianta processar, não querer ter coletivos, porque uma coisa política não estava sobre nós, né. [...] E aí, essa PRIP é o amadurecimento, para não cair nas capturas políticas. É, tem que ter amadurecimento político para não levar essas questões pro lado pessoal. A gente tem um super tema aqui, um tema que interessa para todo mundo. É gravíssimo, né? E só se a gente tiver juntas, a gente vai conseguir, fazer como eu te falei. Quer dizer, se para vocês lá no coletivo chegam casos de violência, pô. A gente tem que trabalhar junto. Porque olha o quão grave que é isso, pelo amor de Deus. Não é? Quer dizer, se a gente não tiver diálogo, né? Se a gente não tiver confiança recíproca, ferrou! Quem vai se prejudicar no final? Nós mulheres.” (Profª Drª Ana Elisa Bechara)

A Pró-reitoria tem propostas muito interessantes no combate a violência sexual e de gênero no campus, com planos de ouvir ativamente a população, principalmente os coletivos, para mapear o cenário e direcionar, de um jeito mais certo, as campanhas de prevenção e acolhimento. Além disso, a

diretora pareceu muito aberta em receber a pesquisa desta monografia e aceitou muitas sugestões de melhoria apontadas na entrevista.

No entanto, não se pode fechar os olhos para o fato de que nenhuma dessas ações ainda existe, e são apenas promessas da Reitoria, que apesar de saber quais e como usar as armas contra o estupro no campus, ainda não faz nenhum trabalho efetivo e relevante para diminuir os casos de violência. Mas a Pró-reitoria ainda é uma organização muito nova, principalmente tratando de uma organização pública - que normalmente leva tempo e burocracia para tomar ações relevantes para a comunidade - e que vem sofrendo frequentes ataques e cortes nos orçamentos. O que resta para a população uspiana é esperar.

Mesmo com todos esses planos e promessas de prevenção e informação sobre violência sexual, ainda é possível sentir falta de um órgão especializado em acolher as vítimas de violência de gênero, o que daria mais segurança e respaldo a elas. Esse trabalho é feito por uma pequena organização da Prefeitura da USP de Ribeirão Preto, a Comissão Para Apurar Denúncias de Violência Contra as Mulheres e Gênero no Campus de Ribeirão Preto, que será analisada a seguir.

6.2.2 Comissão Para Apurar Denúncias de Violência Contra as Mulheres e Gênero no Campus de Ribeirão Preto

A Comissão Para Apurar Denúncias de Violência Contra as Mulheres e Gênero no Campus de Ribeirão Preto (CAV - Mulheres USP/RP) é uma organização feita por professoras e alunas de um dos maiores campus da USP, o da cidade de Ribeirão Preto. Ela existe para acolher situações de violência de todo e qualquer tipo (física, emocional, psicológica, sexual, de cunho machista, racial ou LGBTfóbica) contra mulheres e gêneros no campus de Ribeirão Preto. Para o estudo de caso, foi entrevistada a Prof^{fa} Dr^a Ana Regina Martins Moreira, diretora da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e presidente da CAV. A

entrevista foi feita por chamada de vídeo e é possível conferi-la integralmente no Anexo 5.

A comissão foi criada em 2016 e está estruturada em dois principais eixos de trabalho:

(1) Prevenção e educação: visando diminuir os casos de violência contra a mulher, atua de forma a pensar mecanismos de prevenção, tendo como princípio a promoção de ações educativas e o fomento do diálogo entre os grupos.

(2) Acolhimento a denúncias e casos: acolher os casos do ponto de vista administrativo e oferecer às vítimas o apoio necessário, seja ele psicológico, judiciário ou de saúde. Para que os procedimentos sejam oferecidos é necessário que seja feito um registro oficial da situação para que logo em seguida sejam tomadas as medidas administrativas e de acolhimento pessoal. (PREFEITURA DO CAMPUS DA USP DE RIBEIRÃO PRETO, 2023)

A prevenção e educação são feitas principalmente por meio da comunicação da comissão, que não tem redes sociais. Por isso, as ações são feitas por três principais vias: o site, as rodas de conversas/eventos com alunos e os informativos físicos, por meio de *banners* e cartazes espalhados pelo campus.

A *homepage* da organização é uma página dentro do site da Prefeitura do Campus de Ribeirão Preto, e reúne todas as informações sobre o coletivo, como integrantes, formulários de denúncias, vídeos informativos e uma cartilha com orientações gerais para o enfrentamento de violência de gênero, como classificações de violência, locais e contatos para atendimento de denúncia entre outros.

Esta cartilha também está disponível em formato físico, e em conjunto com cartazes informativos sobre a organização com QR code que direciona para o formulário de denúncias, são espalhados por todos os ambientes e instituições do campus da USP.



Imagem 13 - Cartaz de divulgação da CAV-Mulheres. Fonte: Acervo pessoal da entrevistada

Há também rodas de conversa e eventos com os alunos, inclusive as integrantes do coletivo mantêm um relacionamento próximo com os coletivos das alunas, inclusive as CAOs do campus:

“Uma coisa que é importante aqui dentro, a gente fortalecer os coletivos. E os centros acadêmicos por aqui, porque normalmente são essas pessoas que estão nas festas. E essas coisas [violência sexual] acontecerem por lá. Por aqui não tem mesmo, tipo na casa do Conjunto Residencial dos Estudantes Universitários. Pelo menos não, até hoje eu não vi acontecer. [...] Então, assim a gente tem que fortalecer essas pessoas para saberem o que fazer nessas festas e explicar para o pessoal o que acontece quando existe um evento desse, porque, por exemplo, uma coisa que a gente já pediu, e aí não sou eu que só falo isso, a gente precisa criar protocolos aqui dentro para atendimento disso, só que assim que que acontece de verdade. [...] A gente tenta marcar o máximo de pessoas possíveis, só que assim, muitas vezes a gente fala pra pessoa convertida, né? A gente fala para os convertidos porque às vezes

realmente uma outra pessoa, que precisaria estar ali, não está.” (Profª Drª Ana Regina Martins Moreira)

Assim como os coletivos, o acolhimento das vítimas é feito por meio de conversas informativas, encaminhando para os órgãos responsáveis, e de desabafo:

“O que a gente faz é acolher a vítima. Explicar tudo para ela, o que pode acontecer e assim eu sou advogada de formação. Aí a gente tem psicólogo também na comissão, então a gente faz os 2 apoios aí, o que que a gente pode estar falando e conversando com as pessoas, falando da importância dela fazer um boletim de ocorrência, se for o caso. Mas assim, dentro da comissão o que a gente faz é orientar você, “Ah, se abrir um boletim de ocorrência, vai acontecer isso, isso, isso. Se você fizer isso acontecer isso, isso, isso”. “Aí eu estou precisando do atendimento psicológico” A gente faz até um encaminhamento COPI [Centro de Orientação Psicológica Integrada], mas vai depender da vaga dele, entendeu? Então assim é a gente indica. [...] É, a gente fala da importância, inclusive do exame de corpo delito, porque é por onde você vai colher prova. Então, assim explico, o corpo de delito, a perícia, qual a importância escolher prova, a importância de você ser submetida a isso, que ela tenha uma PeP⁸” (Profª Drª Ana Regina Martins Moreira)

Em tese, o coletivo é apoiado pela Prefeitura do Campus da USP de Ribeirão Preto. As integrantes são alteradas a cada dois anos e indicadas pelos diretores dos institutos. Todo o trabalho é completamente ligado ao Conselho Gestor:

“Nós temos 4 funcionários, 4 docentes e 4 alunas, que são todas mulheres, e nosso mandato é de 2 anos. [...] Nós fazemos tanto ações preventivas quanto ações de acolhimento, e é mesmo um serviço assim para a comunidade, a gente atende alunos, professores, funcionários... Nós estamos ligados ao

⁸ A Profilaxia Pós-Exposição ao vírus HIV (PEP) é um tratamento que ajuda a prevenir a multiplicação do vírus HIV e o surgimento da infecção após um comportamento de risco, como relação sexual sem camisinha (preservativo) ou casos de violência sexual.

conselho gestor do campus, então a gente não está ligado a nenhuma unidade específica. Por exemplo, eu sou da medicina, a vice-presidente, a Daniela, é uma professora da farmácia. Aí a gente tem aluna da farmácia, alunas do direito, nós temos uma aluna trans do sexto ano de medicina também, que faz parte da comissão, então vai começar bem diversificado. O mais diversificado possível. Assim, a gente não tem nenhuma pessoa negra, eu acho. Não temos nenhuma pessoa negra, sim, mas assim a gente tenta representar bastante as unidades e as diferenças de opinião. Nós somos indicadas pelo diretor das unidades. Então assim é são os diretores das unidades que fazem a indicação para o conselho gestor. Aí, o conselho gestor aceita ou não a inscrição e faz a determinação de quem vai ser o presidente.” (Profª Drª Ana Regina Martins Moreira)

No entanto, esse apoio é apenas institucional. As integrantes não tem muita verba ou trabalhadores de apoio para ajudar nos casos mais ativamente. Por isso, assim como os coletivos, elas contam com a boa vontade e empatia de outros funcionários do campus para auxiliar o trabalho:

“A nossa situação, como a situação de qualquer outra comissão, ela é bem limitada, então é assim, é o acolhimento. Tirar dúvida, fazer os encaminhamentos que a gente consegue. E a gente não tem apoio nenhum assim nesse sentido de instituição. A gente tem um sistema para poder mandar para o psicólogo? Não tem. A gente tem um sistema para mandar para o psiquiatra? não tem. Aqui a gente tem a facilidade que nós somos um campus que tem muita faculdade de saúde, então a gente tem enfermagem, medicina e tudo. Mas então a gente tem pessoas que tem conhecimento de pessoas da prefeitura municipal, por exemplo, que pode atender, ou então a gente tem uma psicóloga que é da [Faculdade de] Filosofia, que tem o atendimento do COPI [Centro de Orientação Psicológica Integrada], que é um atendimento para os alunos da Psicologia trabalharem, então eles atendem esses casos. Mas assim é institucionalizado a gente tem muito poucas coisas que a gente pode correr.” (Profª Drª Ana Regina Martins Moreira)

Ela também comenta sobre a PRIP, e afirma que apesar da boa vontade e dos planos da Pró-reitoria, ela ainda não tem a verba e estrutura necessárias para fazer ações afirmativas na USP:

“A PRIP hoje em dia não tem praticamente nada. A infraestrutura deles é uma ervilhinha. Eu sou da Comissão de Heteroidentificação⁹ do vestibular, e a gente tem o treinamento, que é obrigatório ter um treinamento com a comissão inteira, e na época era Adriana Alves, ainda que estava como coordenadora da diretoria de Mulheres, Relações Étnico-Raciais e Diversidades e explodiu aquela história do CREU [Conjunto Residencial dos Estudantes Universitários de Ribeirão Preto] da das moradias que queriam reintegrar... E assim, gente, ela estava exausta. Então era tudo na cabeça dela, tudo com ela. Aí com a heteroidentificação acontecendo, esses problemas de moradia acontecendo... ela acabou saindo, né? Da coordenação. Então, se eles não tem infraestrutura, por mais boa vontade, que eu realmente vejo que tenha, tem muita boa vontade do pessoal ainda, eles não tem estrutura para isso. [...] O negócio está muito incipiente, assim, muito inicial, né? Tem menos do que um ano, a princípio ainda. [...] Eu entrei aqui [como funcionária da USP] em 2004. Eu sou um bebê aqui dentro, perto dos outros funcionários, mesmo tendo quase 20 anos de serviço. Então, assim, essas pessoas mais antigas, elas têm uma memória da universidade. Isso é que é uma coisa muito importante, então a gente precisa de funcionário mesmo. E outra, eu também entendo que lá não é um lugar para você ter qualquer um. A gente vê nas comissões que você precisa ter pessoas que elas têm um pouco de afinidade com o assunto. Eu trabalho também, eu faço meu trabalho para um sindicato da Polícia Civil de Santos e lá a gente tem muito questionamento dos policiais, que são enviados para as Delegacias da Mulher que eles não têm afinidade. O Delegado Seccional põe na cabeça, vai remanejar para para a delegacia da mulher e manda a pessoa para delegacia da mulher. Então assim eu vejo que a gente

⁹ A partir de 2023, os ingressantes que se identificam como preto ou pardo passarão por uma comissão de heteroidentificação formada por professores, estudantes, servidores da USP e por representantes da sociedade civil que atuam na defesa das decisões afirmativas.

A iniciativa deve-se ao fato de que foram constatadas fraudes no preenchimento das vagas, por pessoas que se autodeclararam negras, mesmo não sendo, e que ocupam lugar reservado para estudantes cotistas.

não tem treinamento para essas pessoas, não é qualquer um que pode trabalhar e a gente hoje não tem estrutura pra isso.” (Profª Drª Ana Regina Martins Moreira)

Também comenta sobre o controle de gastos que a USP passa, o que impede muitas núcleos da USP, como a PRIP, de fazer ações maiores por falta de verba:

“E a gente tem um outro problema também, a gente tem um Ministério Público, que fica no nosso pé o tempo todo. Se você disser 'Ai eu vou criar uma bolsa para ter psicólogo para os alunos'. Pelas contas, não vai aceitar, o Tribunal de Contas, não aceita que seja dado serviços médicos para aluno. O Tribunal de Contas não aceita nem que a gente tenha aqui uma ambulância para atender as nossas ocorrências, porque eles falam que aqui é cidade, como é a cidade de Ribeirão Preto, então a gente não pode ter aqui dentro estruturas diferentes que a cidade pode oferecer.” (Profª Drª Ana Regina Martins Moreira)

O CAV-Mulheres tem um trabalho exemplar no acolhimento e prevenção dos casos de violência sexual. Além de contar com professoras familiarizadas com o tema, conseguindo informar e encaminhar as vítimas muito bem, a organização tem comunicação ativa com a população e administração do campus, fazendo uma verdadeira ponte entre os dois mundos, que normalmente são bem isolados entre si.

No entanto, assim como analisado em todos os casos, sendo com os coletivos ou até com a própria Pró-reitoria, com a CAV existe também uma crescente falta de interesse na manutenção e estruturação da organização, que não alcança seu potencial máximo por falta de verba ou de mão de obra para trabalhar nas campanhas necessárias. Por isso, todos os planos e ações, que são bem intencionados, muitas vezes não passam de utopia. Assim, nunca saberemos qual seria o verdadeiro impacto da comissão na proteção da população feminina da USP.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura do estupro tem uma construção muito particular e complexa, vinda desde os tempos da colonização. É um problema social extremamente complexo, porque vai além da violência física: ela também é presente no modo de pensar e agir tradicionais do patriarcado, que coloca as mulheres como se fossem uma população de segunda classe, chegando a violar seus direitos e liberdades sexuais a favor do estabelecimento de poderes tradicionais.

Por ser fortemente apoiado na tradição e com grande impacto social, não só nas vidas das mulheres, não pode ser considerado fácil de resolver. É um tema que requer uma abordagem delicada, acolhedora, multidisciplinar e integrada. Por isso, estar atento ao cenário, seja interno e externo, é fundamental, visto que as culturas das organizações são espelhos dos costumes da nação em que estão inseridas.

Como objetivo do trabalho, foram selecionadas duas perguntas para serem respondidas: Como a cultura do estupro é construída na Universidade de São Paulo? O que a reitoria e sua população têm feito para combater essa violência?

A primeira pergunta foi respondida através do estudo de como a construção dessa cultura maléfica se mostra muito parecida em todos os cenários analisados, seja Brasil ou Universidade de São Paulo, quase como uma fórmula matemática. Instituições tradicionais, que reproduzem pensamentos e legislações machistas e patriarcais, existem para proteger os agressores, causando vergonha e culpa nas mulheres que têm medo de denunciar, pois pelo machismo estrutural e histórico dos casos, sabem que não serão ouvidas. Esse medo da denúncia faz com que os casos existam em todo o lugar, pois os criminosos sabem que normalmente sairão impunes, e a violência se torna banal, uma rotina, que vira alvo de piadas, festas temáticas e músicas de duplo sentido, se inserindo na cultura local e prejudicando sua população feminina.

Por isso, pensar na erradicação da cultura do estupro é pensar em abalar o primeiro fator da equação: as instituições tradicionais. Mesmo que elas pareçam querer mudar o cenário, construindo secretarias, Ministérios e até Pró-reitorias, de nada adianta se a legislação vigente continua protegendo os

agressores e sobrecarregando as mulheres que trabalham nessas organizações de diversidade de gênero. Essa institucionalização é interessante e traz muitos benefícios para as mulheres, colocando a violência de gênero em pauta e dialogado diretamente com as autoridades principais, mas não é suficiente se essas instituições estão envoltas em burocracias desnecessárias e crises econômicas, visto que historicamente os direitos das mulheres são os primeiros a sofrer cortes de investimento por não serem “essenciais”. Assim, as organizações que protegem as mulheres fazem um trabalho tímido, sem ter a chance de alcançar seu verdadeiro potencial.

É possível observar essa situação de modo muito claro ao responder a segunda pergunta do objetivo. Quando recortamos a análise para a Universidade de São Paulo, pode-se identificar uma boa vontade da instituição em mostrar que está engajada na causa criando a Secretaria USP Mulheres, que fez pesquisas interessantes sobre o cenário das mulheres e da violência de gênero nos campi e agora se juntou a outras secretarias e superintendências na criação de uma pró-reitoria, institucionalizando a luta e a aproximando da administração da universidade.

No entanto, é insuficiente. As organizações responsáveis pela proteção das mulheres na USP, como o CAV Mulheres e a PRIP, ainda carecem de investimentos que ultrapassem os institucionais, como verbas maiores e contratações de qualidade, que consigam acolher os casos de violência da melhor maneira possível, valorizando a justiça e a palavra da vítima, o que não é possível observar nos casos já julgados pela universidade, como o caso das funcionárias da Faculdade de Educação e o caso do aluno da Faculdade de Medicina, que precisaram de intervenções externas e políticas para poder agir, e nem sempre da melhor maneira.

Em todas as pesquisas feitas, independente se aplicadas a nível nacional, universitário ou uspiano, os entrevistados reafirmaram a exigência de campanhas efetivas de acolhimento e informação da violência sexual, junto com a garantia de que os casos sejam realmente julgados. Junto a isto, a Prof^a Dr^a Heloísa Buarque de Almeida propõe um tripé de ações que pode ser feito para prevenir e acolher o assédio sexual nas universidades:

É preciso pensar em pelos menos três estruturas diferentes: uma para acolher as pessoas que se sentiram agredidas, oferecer apoio e encaminhar atendimentos médico, psicológico, de assistência social; outra para que a queixa se transforme em denúncia e seja efetivamente investigada e, se procedente, que o autor de agressões seja responsabilizado; e por fim políticas de prevenção, educação e informação. (ALMEIDA, 2023).

Esse tripé até pode ser visto na USP, mas apenas se juntarmos as forças da população. Hoje, o acolhimento é feito pelos coletivos CAO e Rede Não Cala, que apoiam alunas, pesquisadoras e docentes vítimas de assédio na comunidade uspiana, as encaminhando para atendimentos médico e jurídico, mas quase nunca para denúncia oficial na universidade. O papel de analisar e julgar os casos são dos órgãos oficiais, como a PRIP e a Procuradoria Geral, que investigam e protocolam os casos, afastando ou não os agressores. As políticas de prevenção e informação são feitas pelos órgãos oficiais mas também pela comunidade, como os boletins informativos da Secretaria de Mulheres do SintUSP e as cartilhas informativas e pesquisas da USP Mulheres.

No entanto, as organizações não se comunicam entre si e por isso é difícil unificar o trabalho. Assim, existem pequenos focos de acolhimento no campus, e que fazem um trabalho essencial para o campus na segurança das populações marginalizadas, mas que não fazem uma campanha integral e contínua, que alcancem a população tenham grandes ações efetivas para a proteção das mulheres.

A CAV-Mulheres do campus de Ribeirão Preto é a organização que mais se aproxima desse tripé: o acolhimento existe e é feito por profissionais qualificadas, que além de conversar com as vítimas, as encaminham para os órgãos necessários, informam e conversam com a comunidade do campus por meio de rodas de conversa, eventos e cartilhas. Ao fim, elas têm contato direto com a instituição, que pode encaminhar a denúncia para a investigação da Procuradoria. Mas esse trabalho não tem o alcance necessário, e muitas alunas não conhecem a organização, visto que não existe mão de obra suficiente ou investimento da Reitoria para que a comunicação seja realmente relevante e atinja toda a população do campus.

Por isso, mesmo com a presença dessas organizações tão importantes e que fazem um trabalho ativo na proteção das mulheres, de nada adiantam se

não são valorizadas, pois continuam sem ter a relevância necessária para alcançar a população da USP que sofre a violência de gênero, que hoje desconhece as organizações e ainda tem muito medo do descaso histórico da universidade com os casos de estupro. Sem esses recursos, o trabalho continuará silencioso e andando aos pequenos passos, que são essenciais, mas demorarão muito para chegar no ideal de prevenção e proteção da violência sexual na universidade.

Por isso, outra medida muito importante mas não abordada pela professora Heloísa são as campanhas e denúncias públicas de reivindicação de políticas afirmativas para prevenir a violência sexual. Podem parecer datadas e desinteressantes, mas é vendo as passeatas, rodas de conversa, campanhas, julgamentos públicos e eventos feministas que as mulheres se sentem representadas e seguras para denunciarem e falarem sobre o assunto do estupro e do assédio, que foi por muito anos negligenciado e tratado às escuras. Como exemplo, é possível citar a Marcha das Vadias, que inspirou o movimento #Nãomereçoserestuprada, ou a CPI dos Trotes, que influenciou na criação do USP Mulheres e dos coletivos uspianos.

Eventos como o organizado pela Rede Não Cala, o “Vozes que não se calam contra o assédio na USP”, tiveram frutos importantes, como a carta “USP sem assédio” entregue à reitoria, mas poderiam ter um impacto social ainda maior com a presença dos coletivos das alunas e um planejamento de comunicação mais efetivo, para ir além das páginas do Facebook e atravessar os portões dos institutos, onde estão a maior parte da população uspiana, dando ainda mais visibilidade à causa e mostrando o verdadeiro impacto que a violência sexual na USP tem na comunidade.

Assim, é possível ver que o objetivo da pesquisa foi concluído, mas mais do que isso, foi possível observar a importância que as campanhas de comunicação organizacional, quando feitas de modo integrado, podem ter no combate de culturas violentas, podendo mudar pensamentos, comportamentos e leis tradicionais com informação e acolhimento.

Mas, para isso, é preciso que instituições tradicionais, como a Universidade de São Paulo, apliquem investimento que saia do papel e força de vontade de mudar políticas tradicionais para colocar em prática as

mudanças prometidas a favor de um campus mais seguro e confortável para todas as mulheres.

REFERÊNCIAS

ADUSP. **Em documento entregue à PRIP, movimento “USP sem assédio” reivindica centro de referência e política institucional contra assédio moral e sexual.** 2023. Disponível em: <https://adusp.org.br/8m/em-documento-entregue-a-prip-movimento-usp-sem-assedio-reivindica-centro-de-referencia-e-politica-institucional-contr-assedio-moral-e-sexual/?fbclid=IwAR0m7C1NnzGRXLWWt8RdmQRxL8WgylnJ9kfzgBbDKIZz9BOu4t4jyk6m6s>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ALBUQUERQUE, Alessandra *et al.* **Skol: Esqueci o não em casa.** 2016. Disponível em: <https://medium.com/observat%C3%B3rio-do-discurso-midi%C3%A1tico/skol-esqueci-o-n%C3%A3o-em-casa-50c39670d047>. Acesso em: 1 maio 2023.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório final da CPI Violações dos Direitos Humanos nas Faculdades Paulistas.** In: Diário Oficial do Estado de São Paulo de 15 de abril de 2015. Vol. 125 Nº. 67. 2015.

ALMEIDA, Heloísa Buarque de. A Visibilidade Da Categoria Assédio Sexual Nas Universidades. In: ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; ZANELLO, Valeska. **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas.** Brasília: OAB Editora, 2022. p. 195-220. Disponível em: <https://www.justicadesaia.com.br/wp-content/uploads/2022/01/PANORAMAS-D-A-VIOLE%C3%A2NCIA-CONTRA-MULHERES-NAS-UNIVERSIDADES-BRASILEIRAS-E-LATINO-AMERICANAS.pdf>. Acesso em: 14 maio 2023.

AGÊNCIA BRASIL. **Educação é a chave para combate à cultura do estupro, diz feminista.** 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-06/educacao-e-chave-para-combate-cultura-do-estupro-diz-feminista>. Acesso em: 1 maio 2023.

ART POPULAR. **Pimpolho**. Rio de Janeiro. EMI Music Brasil Ltda, 1994 (3min. 11seg.).

AVON, Instituto; POPULAR, Data. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. São Paulo: FSB Comunicação, 2015a. Disponível em: <https://www.cptm.sp.gov.br/a-companhia/Em-Movimento-por-Elas/Campanhas/Viol%C3%Aancia%20contra%20a%20mulher%20no%20ambiente%20universit%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

_____. **Percepção sobre a violência contra mulheres no ambiente universitário**. São Paulo, 2015b. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/11u8aXbJlICjhzjxZgmiGzcAkv85KnFGe/view>. Acesso em: 15 maio 2023.

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 501-517, ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/wYWJZYQrcvnxVjx6q88M6f/>. Acesso em: 23 abr. 2023.

BARBOSA, Ruchester Marreiros. **'Mulher honesta'**: conheça a origem da expressão. conheça a origem da expressão. 2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/mulher-honesta-conheca-a-origem-da-expressao/383866201#:~:text=Art.%20224.%20Seduzir%20mulher%20honesta%2C%20menor%20dezasete%20annos%2C,a%20tres%20annos%2C%20e%20de%20dotar%20a%20esta..> Acesso em: 21 abr. 2023.

BLAY, Eva. **Violência sexual na USP: mito, exagero ou realidade?** Disponível em: <http://uspmulheres.usp.br/violencia-na-usp-mito-exagero-ou-realidade/> Acesso em: 18 mai. 2023.

BRASIL, Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 18 jun. 2023.

_____, CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____, **Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996**. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm>. Acesso em: 19 jun. 2023.

_____, Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - **Código Penal**, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm>. Acesso em: 19 jun. 2023.

_____, **Lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022. Institui o Programa Emprega + Mulheres**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14457.htm>. Acesso em: 19 jun. 2023.

BUCHMÜLLER, Hélio. **Crimes Sexuais**: a impunidade gerada por um estado omissor. A IMPUNIDADE GERADA POR UM ESTADO OMISSO. 2016. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/crimes-sexuais-a-impunidade-gerada-por-um-estado-omisso/>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

CARTA CAPITAL. **‘Há um pacto de silêncio’**: casos de estupro na usp são subestimados. casos de estupro na USP são subestimados. 2018. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ha-um-pacto-de-silencio-casos-de-e-stupro-na-usp-sao-subestimados/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

CAO BIFE. **Perfil da CAO BIFE no Instagram**. 2023. Instagram: @cao_bife. Disponível em: https://www.instagram.com/cao_bife/. Acesso em: 7 jun. 2023.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. **Estupro no Brasil**: uma radiografia segundo os dados da saúde (versão preliminar). 11. ed. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5780/1/NT_n11_Estupro-Brasil-radiografia_Diest_2014-mar.pdf. Acesso em: 23 abr. 2023.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES, **Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher**. 1994. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>. Acesso em: 23 abr. 2023.

ESTADÃO. **'O Pimpolho é mais conhecido que a gente', diz membro do Art Popular**. 2018. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/emails/gente/o-pimpolho-e-mais-conhecido-que-a-gente-diz-membro-do-art-popular/>. Acesso em: 1 maio 2023.

EXAME. **72% das mulheres sofreram assédio no trabalho, aponta pesquisa da Aberje**. 2022. Disponível em: <https://exame.com/esg/72-das-mulheres-sofreram-assedio-no-trabalho-aponta-pesquisa-da-aberje/>. Acesso em: 13 maio 2023.

FERRARI, Maria Aparecida. Relações Públicas contemporâneas: a cultura e os valores organizacionais como fundamentos para a estratégia da comunicação.

IN KUNSCH, M. M. K. **Relações Públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas**. São Paulo, Saraiva, 2006. p. 243 – 262.

FOLHA DE SP. **Acusada de apologia ao estupro, Skol vai retirar campanha de circulação após protesto feminista**. 2015. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/voceviu/2015/02/1588510-acusada-de-apologia-ao-e-stupro-skol-vai-retirar-campanha-de-circulacao-apos-protesto-feminista.shtml>. Acesso em: 1 maio 2023.

_____. **'Só a informação protege as crianças da violência sexual', diz Luciana Temer**. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-social-mais/2023/04/so-a-informacao-protege-as-criancas-da-violencia-sexual-diz-luciana-temer.shtml>. Acesso em: 01 maio 2023.

FORBES. **O Facebook está se tornando reduto dos mais velhos?** 2019. Disponível em: <https://forbes.com.br/colunas/2019/03/o-facebook-esta-se-tornando-uma-rede-p-ara-o-publico-mais-velho/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo: Oficina 22, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/11-anuario-2022-um-a-decada-e-mais-de-meio-milhao-de-vitimas-de-violencia-sexual.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2023.

G1. **Após denúncias em 7 universidades, CPI dos trotes acaba nesta terça**. 2015a. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/apos-denuncias-em-7-universidades-cpi-dos-trotes-acaba-nesta-terca.html>. Acesso em: 15 maio 2023.

_____. **USP oficializa proibição de álcool e grandes festas em áreas da instituição**. 2015b. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/08/usp-oficializa-proibicao-de-alcool-e-grandes-festas-na-instituicao.html>. Acesso em: 9 junho 2023.

_____. **48% das mulheres dizem já ter sofrido algum tipo de assédio no carnaval, diz Ibope Inteligência.** 2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/carnaval/2020/noticia/2020/02/21/48percent-das-mulheres-dizem-ja-ter-sofrido-algum-tipo-de-assedio-no-carnaval-diz-ibope-inteligencia.g.html>. Acesso em: 1 maio 2023.

_____. **Quase metade das mulheres já sofreu assédio sexual no trabalho; 15% delas pediram demissão, diz pesquisa.** 2020b. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/10/08/quase-metade-das-mulheres-ja-sofreu-assedio-sexual-no-trabalho-15percent-delas-pediram-demissao-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 14 maio 2023.

_____. **SP tem maior número de estupros da história em um trimestre: letalidade policial aumenta e latrocínios caem.** letalidade policial aumenta e latrocínios caem. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/04/25/sp-tem-maior-numero-de-estupros-da-historia-em-um-trimestre-letalidade-policial-aumenta-e-latrocinos-caem.ghtml>. Acesso em: 30 abr. 2023.

GIOVANINI, Wagner. **Entenda a nova Lei 14457/22 que determina a obrigatoriedade do Canal de Denúncias nas empresas com CIPA.** 2022. Disponível em: <https://canaldaetica.com.br/blog/lei-14457-obrigatoriedade-canal-de-denuncias-cipa/>. Acesso em: 14 maio 2023.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a marcha das vadias no brasil. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 29, n. 2, p. 433-447, ago. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922014000200007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/M3nBJJtyMYm4qd4TQdGpryR/>. Acesso em: 24 abr. 2023.

INEP. **Censo Da Educação Superior 2021:** notas estatísticas. 2022. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 14 maio 2023.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Percepções sobre direito ao aborto em caso de estupro.** 2022. Disponível em: https://assets-dossies-ip-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2022/04/IPatriciGalvao_LocomotivaPesquisaDireitoabortoemCasodeEstuproMarco2022.pdf. Acesso em: 30 abr. 2023.

INTEGRAÊ. **A importância de se ter uma Comissão Anti-Opressão nos eventos.** 2019. Disponível em: <https://integrae.com.br/a-importancia-de-se-ter-uma-comissao-anti-opressao-nos-eventos/#:~:text=Assim%2C%20fica%20mais%20f%C3%A1cil%20a%20identifica%C3%A7%C3%A3o%20por%20parte,conseguir%20aconselhar%20da%20melhor%20maneira%20poss%C3%ADvel%20a%20v%C3%ADtima..> Acesso em: 7 jun. 2023.

IPEA. **Errata da pesquisa “Tolerância social à violência contra as mulheres”.** 2014. Disponível em: <https://ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/3483-errata-da-pesquisa-tolerancia-social-a-violencia-contras-mulheres?highlight=WyJcdTlwMWN0b2xlc1x1MDBIMm5jaWEiLCJzb2NpYWwiLCJzb2NpYWwnLCIsIldzb2NpYWwiLCJzb2NpYWwnIiwidmlvbFcx1MDBlYW5jaWEiLCIndmlvbFcx1MDBlYW5jaWEiLCJtdWxoZXJlc1x1MjAxZCIsI1x1MjAxY3RvbGVyXHUwMGUybmNpYSBzb2NpYWwiXQ==>. Acesso em: 24 abr. 2023.

IRION, Adriana. **Declarações de promotor contra vítima de abuso sexual chocam desembargadores no Rio Grande do Sul.** 2016. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2016/09/declaracoes-de-promotor-contravitima-de-abuso-sexual-chocam-desembargadores-no-rio-grande-do-sul-7405953.html>. Acesso em: 21 abr. 2020.

JORNAL DA USP. **O que fazer para evitar o assédio nas universidades?** 2023. Disponível em:

https://jornal.usp.br/articelistas/heloisa-buarque-de-almeida/o-que-fazer-para-evitar-o-assedio-nas-universidades/?fbclid=IwAR0yCFZxHDj5xJc8vJJl8gH4CNTdf9VuA6fjTyA08OIXQ3A_mml2Eif5-1l. Acesso em: 16 jun. 2023.

JORNAL DO CAMPUS USP. **Dois anos após CPI, casos de estupro não têm punição.** 2016a. Disponível em:

<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2016/11/dois-anos-apos-cpi-casos-de-estupro-nao-tem-punicao/>. Acesso em: 15 maio 2023.

_____. **As lutas e os desafios nas festas na USP.** 2016b. Disponível em:

<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2016/06/as-lutas-e-os-desafios-nas-festas-na-usp//>. Acesso em: 07 junho 2023

_____. **Estudantes começam a se organizar contra violência na Universidade.** 2019. Disponível em:

<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2019/09/estudantes-comecam-a-se-organizar-contra-violencia-na-universidade/>. Acesso em: 07 junho 2023.

LESSA, Isabella. **O antes e depois das campanhas de cerveja.** 2017. Disponível em:

<https://www.meioemensagem.com.br/comunicacao/o-antes-e-depois-das-campanhas-de-cerveja>. Acesso em: 1 maio 2023.

MAPA, Arquivo Nacional. **Escola de Cirurgia da Bahia.** 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/172-escola-de-cirurgia-da-bahia>. Acesso em: 14 maio 2023.

MARCHIORI, Marlene; VILAÇA, Wilma. Cultura Organizacional e Comunicação nas Organizações Contemporâneas:: temas imbricados ou desarticulados?. In: ABRAPCORP, 5., 2011, São Paulo. **Redes sociais, Comunicação, Organizações.** São Paulo, 2011. p. 1-19. Disponível em:

http://www.uel.br/grupo-estudo/gefacescom/images/Congresso_08_Abrapcorp_2011

MENEZES, Leilane. **Estupro no Brasil: 99% dos crimes ficam impunes no país. 99% dos crimes ficam impunes no país.** 2017. Disponível em: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/estupro-no-brasil-99-dos-crimes-ficam-impunes-no-pais>. Acesso em: 01 maio 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **OS 2012/0199: PREVENÇÃO E TRATAMENTO DOS AGRAVOS RESULTANTES DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES E ADOLESCENTES.** 3 ed. Brasília: Ms, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sul/husm-ufsm/governanca/superintendencia/setor-de-gestao-da-qualidade/nveh/violencia-sexual/norma-tecnica-prevencao-e-tratamento-dos-agravos-resultantes-da-violencia-sexual-contra-mulheres-e-adolescentes/view>. Acesso em: 23 abr. 2023

MOURA, Barbara. **Os Crimes Sexuais e a Lei 12.015 de 2009.** 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/os-crimes-sexuais-e-a-lei-12015-de-2009/176448974#:~:text=A%20Lei%2012.015%20foi%20publicada%20no%20dia%207,cerne%20aos%20crimes%20contra%20a%20Dignidade%20Sexual.%20>. Acesso em: 22 abr. 2023.

SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 9-29, abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6pdm53sryMYcjrFQr9HNcnS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 abr. 2023.

NEGREIROS, Adriana. **A vida nunca mais será a mesma: cultura da violência e estupro no brasil.** São Paulo: Editora Objetiva, 2021. 304 p.

NUNES, Mykaella Cristina Antunes; *et al.* Violência Sexual contra Mulheres: um estudo comparativo entre vítimas adolescentes e adultas. **Psicologia: Ciência**

e Profissão, [S.L.], v. 37, n. 4, p. 956-969, dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003652016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/cxJdp3qqH5cbd4QLXwS94wS/>. Acesso em: 23 abr. 2023.

OLIVEIRA, Luiza Dias de. **A Produção De Sentidos Nos Espaços De Comentários Do G1: uma análise do caso new hit**. 2014. 113 f. TCC (Graduação) - Curso de Jornalismo, Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2014. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/tfg_final.pdf. Acesso em: 1 maio 2023

ORSO, Paulino José. Elitização da universidade brasileira em perspectiva histórica. **Roteiro**, [S.L.], v. 45, n. 1, p. 1-16, 4 jun. 2020. Universidade do Oeste de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.18593/r.v45i0.22156>. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/roteiro/v45/2177-6059-roteiro-45-e22156.pdf>. Acesso em: 14 maio 2023.

OUVIDORIA DA USP. **Manifestações registradas na Ouvidoria Geral da USP**. 2023. Disponível em: <https://www5.usp.br/ouvidoria/>. Acesso em: 10 maio 2023.

PREFEITURA DO CAMPUS DA USP DE RIBEIRÃO PRETO. **Comissão Para Apurar Denúncias de Violência Contra as Mulheres e Gêneros**. 2023. Disponível em: <https://www.prefeiturarp.usp.br/page.asp?url=cav-mulheres>. Acesso em: 15 jun. 2023.

PRÓ-REITORIA DE INCLUSÃO E PERTENCIMENTO. **A PRIP**. 2023. Disponível em: <https://prip.usp.br/p-apresentacao/>. Acesso em: 16 maio 2023.

_____. **Perfil da Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento no Instagram**. 2023. Instagram: @prip.usp. Disponível em: <https://www.instagram.com/prip.usp/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

_____. **Post do dia 13 de junho no perfil da Pró-reitoria no Instagram divulgando o “Protocolo de atendimento para casos de violência de gênero”.** 13 jun. 2023. Instagram: @prip.usp. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CtcJ3l2MN8r/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

REDE GLOBO. **Leandro Lehart fala sobre música inspirada na história do Denilson.** Rio de Janeiro, 2012. (3 min.), son., color. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/1966105/>. Acesso em: 1 maio 2023.

_____. **Leandro Lehart explica suposto duplo sentido da música 'Pimpolho'.** 2021. (2 min.), son., color. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9884956/>. Acesso em: 1 maio 2023.

REDE NÃO CALA USP!. **Perfil da Rede Não Cala USP! no Facebook.** 2023. Facebook: Rede Não Cala USP!. Disponível em: <https://www.facebook.com/naocalausp>. Acesso em: 10 jun. 2023.

REVISTA CONSULTOR JURÍDICO, **STJ nega HC a prefeito condenado por estupro de menores.** 2003. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2003-dez-16/prefeito_condenado_estupro_menores_nao_hc. Acesso em: 21 abr. 2023.

SECRETARIA DE MULHERES DO SINTUSP. **Cartaz de divulgação do evento “Vozes que não se calam contra o assédio na USP”.** 24 mar. 2023. Facebook: Secretaria de Mulheres do SintUSP. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=604754381680155&set=a.563484789140448>. Acesso em: 29 maio 2023

_____. **Perfil da Secretaria de Mulheres do Sintusp no Facebook.** 2023. Facebook: Secretaria de Mulheres do Sintusp. Disponível em: <https://www.facebook.com/secmulheressintusp>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SINTUSP. **Sobre o SINTUSP.** 2023a. Disponível em: <https://www.sintusp.org.br/sobre/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

_____. **Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores da USP.** 2015. Disponível em: <https://www.sintusp.org.br/sobre/estatuto/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

_____. **Último boletim informativo da Secretaria de Mulheres do Sintusp.** 2023b. Disponível em: <https://www.sintusp.org.br/wp-content/uploads/2023/03/BOLETIM-ESPECIAL-D-A-SECRETARIA-DE-MULHERES-DO-SINTUSP.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SIQUEIRA, Luana M. V. **Percepções e enfrentamento de violências na USP:** apontamentos sobre a participação do Escritório USP Mulheres. Ano. 2019 104f. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SLUT WALK. **What is Slutwalk All About.** 2019. Disponível em: <http://slutwalktoronto.com/what-is-slutwalk-all-about/>. Acesso em: 24 abr. 2023.

SUPERINTERESSANTE. **Onde e quando surgiu a primeira universidade?** 2020. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/onde-e-quando-surgiu-a-primeira-universidade-2/>. Acesso em: 14 maio 2023.

UOL. **Os Proibidos: veja 10 hits polêmicos do pagode dos anos 90.** 2014. Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/musica/os-proibidos-veja-10-hits-polemicos-do-pagode-dos-anos-90,62b77d2d00ee6410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>. Acesso em: 1 maio 2023.

_____. **De 10 estupros levados à CPI do Trote, em SP, só 3 viram sindicância.** 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/01/03/de-10-estupros-levados-a-cpi-3-viram-sindicancia>. Acesso em: 15 maio 2023.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **A Universidade de São Paulo**. 2023. Disponível em: <https://www5.usp.br/institucional/a-usp/>. Acesso em: 16 maio 2023.

_____. **Resolução Nº 8231, de 05 de maio de 2022**. 2022. Disponível em: <https://leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-8231-de-5-de-maio-de-2022>. Acesso em: 13 jun. 2023.

_____. **Protocolo de atendimento para casos de violência de gênero**. 2020. Disponível em: https://sites.usp.br/sas/wp-content/uploads/sites/265/2021/01/violencia_genero_1.pdf. Acesso em: 14 junho 2023.

USP MULHERES. **Sobre o USP Mulheres**. 2022. Disponível em: <http://uspmulheres.usp.br/escritorio/>. Acesso em: 17 maio 2023.

_____. **Observatório USP Mulheres**. 2020. Disponível em: <http://uspmulheres.usp.br/observatorio/>. Acesso em: 18 maio 2023.

_____. **Interações na USP**. 2018. Disponível em: http://uspmulheres.usp.br/wp-content/uploads/sites/145/2018/07/INTERA%C3%87%C3%95ES-NA-USP_final_publica%C3%A7%C3%A3o2407.pdf. Acesso em: 18 maio 2023.

VENTURINI, Anna Carolina. A Presença Das Mulheres Nas Universidades Brasileiras: um panorama de desigualdade. In: **13º Mundos De Mulheres E Fazendo Gênero, 11.**, Florianópolis, 2017. p. 1-15. Disponível em: https://www.academia.edu/34109052/A_PRESEN%C3%87A_DAS_MULHERES_NAS_UNIVERSIDADES_BRASILEIRAS_UM_PANORAMA_DE_DESIGUALDADE. Acesso em: 15 maio 2023.

Anexo 1

Entrevista com Luiz Tenório, fundador da Comissão Anti Opressão do BIFE, diretor até 2019 e atual aluno da Faculdade de Economia e Administração de Ribeirão Preto. Entrevista feita por e-mail.

Como, quando e por que a CAO BIFE foi criada? Ele é formado por quantas pessoas?

A Comissão Anti-Opressão do BIFE foi criada em 2015, tendo sua atuação voltada principalmente para o combate de opressões em eventos universitários organizados pela Liga BIFE, entidade que dirige os eventos deste jogo universitário. A CAO em seu início era formada por pessoas das Associações Atléticas Acadêmicas (AAA's) componentes do BIFE, de modo que a participação era voluntária e inicialmente, feita por mulheres. Atualmente cerca de 25 pessoas participam de sua atuação e além de mulheres, a participação abrange minorias de diversas formas. A atuação também em questão de violências se expandiu, para um possível local de expressão para denúncias de violências não tão explícitas, tais quais como o machismo e racismo institucional, na qual também se adequam os crimes de lgbtqia+fobia, gordofobia, capacitismo, islamofobia, antissemitismo, intolerância religiosa à religião de matrizes africanas e em geral.

Você acredita que a pandemia prejudicou ou facilitou o trabalho da CAO? Explique

A pandemia dificultou os trabalhos da CAO, primeiramente, o maior ponto de preocupação foram os assédios e situações que associados da Liga ou das AAA's sofreram em eventos domésticos, os quais a CAO não tem atuação. Não obstante, a atuação da CAO não tem o foco punitivo em primeiro lugar, mas sim da conscientização. Sem eventos disponíveis e sem a devida apresentação de público e comissão, o trabalho ficou comprometido com a pandemia.

Para você, qual é o papel do CAO para a prevenção de casos de violência sexual na USP? Você acha que durante a existência da CAO o seu papel mudou? Ou segue o mesmo?

O papel da CAO é importante primariamente para a prevenção, não apenas para remediar os ocorridos. Com a CAO, é possível criar eventos para exposição de situações de assédio verbal, físico e sexual, que ocorrem no dia a dia quanto em eventos universitários. Com a existência da CAO, tudo ficou mais acessível e democrático para a exposição deste problema e como conscientizar e punir os atos que são empecilhos na criação de uma comunidade segura.

A CAO tinha/tem algum apoio da reitoria, de algum instituto ou de alguma secretaria oficial do Campus? Se sim, como isso acontece?

A CAO não conseguiu apoios sólidos da Reitoria da Universidade de São Paulo, nos primeiros anos de atuação, praticamente era uma entidade ignorada pelas instâncias dos dirigentes da USP, de forma que é possível acenar professores que tentaram diálogo entre o institucional dos alunos e o oferecido pela autarquia. Atualmente, existem projetos que impulsionam tais atividades, como por exemplo o PRME, adotado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da USP – que por meio de ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, fomentaram o desenvolvimento de uma CAO própria para o instituto, o coletivo “Chama as Mina” com objetivos sólidos e com o apoio institucional devido, o que para a CAO BIFE, em minha experiência, jamais ocorreu, por negligência da unidade ou por divergência de atuação e opinião dos próprios dirigentes, diferente do exemplo da FEA-RP.

Descreva detalhadamente como a comunicação era/é utilizada para prevenir a violência ou acolher as vítimas? Quais as mídias e meios utilizados, qual o público alvo? O foco é online ou há comunicação offline por meio de cartazes, flyers, eventos etc.?

Na CAO BIFE utilizamos diversos itens de comunicação, tal qual mídias impressas, redes sociais, lambe-lambe e atendimento via WhatsApp nos anos de 2018-2019. O público alvo sempre foi todos os participantes de eventos organizados pela Liga BIFE. Existe uma comunicação tanto online quanto offline, para que seja dinâmica a conscientização e o acesso fácil à denúncias. Um exemplo de comunicação dinâmica são cartazes com QR Code em

eventos para que seja possível chegar ao número do WhatsApp da Comissão, bem como fora de eventos, o Formulário de Denúncias. Em ambos os casos, por questão jurídica, necessitam a identificação das partes, porém para punições e demais atividades, as partes não eram reveladas, sendo algo totalmente impessoal.

Quais ações além das de comunicação são utilizadas? (Ex.: Eventos, passeatas, reuniões, mesas de conversa)

Outras atividades também efetuadas foram Workshops com AAAs para elucidação de fatos, como determinar suspensões e outras punições disciplinares a partir das próprias AAAs e seu ordenamento jurídico, bem como dar apoio e acolhimento à vítimas de assédio, nas esferas do judiciário, segurança e saúde.

Você tem uma estimativa de quantas vítimas de assédio e violência sexual são acolhidas anualmente pela CAO?

Em média durante 2018-2019, que foram anos de serviço consolidado e já atuante, cerca de 90 pessoas foram atendidas pela CAO, nos casos mais diversos possíveis.

Você acredita que a CAO tem feito a diferença no pertencimento das mulheres nos ambientes acadêmicos e sociais da USP?

Sim, a CAO é um lugar de acolhimento e empoderamento de minorias, para mulheres, é evidente a diferença que a CAO provoca nas lideranças de entidades estudantis e consequentemente no cotidiano de seus participantes e do público em geral que conhece a comissão.

Você acredita que a Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP) cumpre seu papel de prevenir casos de estupro na USP adequadamente?

Não. A PRIP quase não possui atuação participante no ambiente universitário. No ambiente da USP da Capital, talvez haja maior expressão por representação discente, mas no interior, por exemplo, existe uma grande lacuna em reconhecer atitudes cometidas por alunos e trazer este âmbito de sanções para o ambiente universitário intramuros. Muitos crimes são cometidos

por alunos que passam impunes, ainda que levadas em conta medidas protetivas e decisões judiciais.

Na sua opinião, quais ações a Pró-reitoria poderia fazer para que a violência sexual não seja um problema tão grave nos campi?

A PRIP deveria entender todos os movimentos de combate à violência na universidade, seja sexual, racial, psicológica e moral, não apenas trazendo a voz destas entidades como um fator determinante, mas também abrindo a possibilidade de participação das entidades devidamente formalizadas em sua composição junto à Reitoria da USP, o que faria diferenças nos procedimentos de sanções administrativas, medidas judiciais e em questões de saúde física e mental de vítimas acolhidas.

Você sente que houve diferença nas ações de pertencimento das mulheres na USP depois da inclusão da USP Mulheres na PRIP?

Não foi notada nenhuma diferença após tal colocação, a PRIP ainda é deficitária em conseguir dialogar com os alunos.

Você acredita que o movimento das CAOs esteja presente na maioria das unidades da USP?

Não em todas, mas está em um crescimento considerável, visto o aumento nos últimos 5 anos em que estive na vida universitária. A autonomia de entidades e o estudo, a fundamentação e a participação de alunos em entidades também promovem o crescimento de movimentos desta forma. É desejável que a Reitoria da USP promova debates jurídicos para a formulação de comissões estudantis.

Há mais casos de assédio ou violência sexual vindo de unidades que não tem uma CAO estabelecida?

Infelizmente, é difícil responder esta pergunta, afinal, sem ter a devida qualificação de receber denúncias de alunos de uma determinada faculdade, existe uma exigibilidade suspensa da atividade da CAO nessas unidades universitárias, pois não tem competência para punir casos que não foram praticados pela comunidade de seus associados efetivos e/ou representados.

Porém, na prática, é grande e recorrente o número de denúncias vindas de faculdades que não possuem comissões definidas, tanto na proporção de vítimas denunciadas quando agressores identificados.

O coletivo apoia apenas alunos nas festas, ou abrange toda a comunidade USP e o ambiente acadêmico?

Existe uma grande limitação jurídica de responsabilidade no que o coletivo pode abranger. De modo geral, pelo ordenamento jurídico, o coletivo se limita a qualquer evento que está nos limites da organização que detém a CAO. Estender sua atuação para fora disso poderia gerar perdas consideráveis, já que em ambientes particulares, a previsão é de que denúncias de assédio ou violência sexual sejam resolvidas e encaminhadas diretamente à autoridade policial. Desta forma a CAO é soberana em ocorrências de eventos da Liga BIFE, da AAA participante ou congênere, mas em outros pontos do ambiente acadêmico é desejável uma interligação para a promoção correta da reeducação social e aplicação das punições administrativas aos agressores.

Entrevista completa com Julia Bentes, atual diretora da CAO BIFE e aluna de graduação do Instituto de Matemática e Estatística. A entrevista foi feita via áudios do *Whatsapp*.

Você é participante da CAO BIFE há quanto tempo?

Eu entrei para a CAO em 2021 e estou até agora, que é 2023.

Descreva detalhadamente como a comunicação era/é utilizada na CAO BIFE para prevenir a violência sexual ou acolher as vítimas? Quais as mídias e meios utilizados, qual o público alvo? O foco é online ou há comunicação offline por meio de cartazes, flyers, eventos etc.? Quais ações além das de comunicação são utilizadas? (Ex.: Eventos, passeatas, reuniões, mesas de conversa)

Na Cao a gente usa muito Instagram, mas a gente acabou de criar um Twitter para ter essa comunicação maior, de ter uma prevenção, de falar sobre conciliação, esse tipo de coisa. Nosso público alvo é o público do BIFE, mas o

público da USP em geral, se chegar no público da USP. E em comunicação offline, a gente tem só comunicação em eventos, com o áudio da CAO nas festas, falando sobre consentimento, a bandeira de sinalização. E a gente pretende também colocar flyers em festas e eventos agora, com frases ou coisas específicas, também junto com o QR Code de denúncia. Além da comunicação, a gente não faz nada ainda, mas a gente está com o planejamento de fazer rodas de conversa, workshops e palestras. Inclusive, isso é um negócio que a gente decidiu fazer esse ano, porque a gente está querendo reestruturar a CAO, e a gente achou que seria uma boa fazer isso. Nossa primeira roda de conversa vai ser sobre acolhimento, como acolher vítimas e tal. E a gente pretende fazer principalmente para a CO, para a CAO BIFE, mas a gente queria abrir para chamar os atletas, as atléticas e o público geral que quiser participar, todo mundo pode participar se quiser.

Você tem uma estimativa de quantas vítimas de assédio e violência sexual são acolhidas anualmente pela CAO BIFE?

Coisas reportadas para a CAO, ano passado, por exemplo, eu acho que tiveram uns 15, 20 situações reportadas, mas nem todas eram assédio ou violência sexual. Mas eu chutaria que reportadas seriam, reportadas e acolhidas, umas 10, 15, sim. Esse ano a gente tem outras perspectivas, não sei como é que vai ser isso, é só o do ano passado que foi volta de pandemia, então acho que é um ambiente diferente, é um ambiente específico.

A CAO BIFE tem algum apoio da reitoria, de algum instituto ou de alguma secretaria oficial do Campus? Se sim, como isso acontece?

A CAO BIFE não tem nenhum apoio da reitoria, nenhum instituto ou Secretaria Oficial de campus, a gente não foi atrás disso, inclusive, então não é uma coisa que seja culpa necessariamente da USP, mas que de fato eu acho que pouca gente sabe sobre isso. Agora que a gente está começando a fazer essas coisas de workshop, rodas de conversa e tal, a gente está começando a se comunicar mais com docentes e tal, e a gente pode tentar expandir, e isso pode ajudar para a gente ter algum apoio, mas por enquanto nada.

Você acredita que a Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento cumpre seu papel de prevenir casos de estupro na USP e proteger as mulheres do campus adequadamente?

Então, sobre a Pró-reitoria de Inclusão e Reconhecimento, eu honestamente nem sei direito o que é, não acho que deve ter vindo, porque eu acredito que, pelo que eu vejo, não me parece que tem muitas ações relacionadas a isso, porque senão a gente saberia disso. A gente sabe que o campus, principalmente à noite, é um espaço que não tem nenhum tipo de apoio nesse sentido de estupro, eu conheço lugares que tem, sei lá, em alguns lugares estratégicos, aqueles botões, sei lá, botão de estupro, esse tipo de coisa, apito, sei lá, não que o apito funcionaria, mas enfim, e não existe nenhum tipo de apoio nesse sentido, então eu não acredito que faça tanto o seu papel, e é isso.

Na sua opinião, quais ações ela poderia fazer para que essa violência não seja um problema tão grave nos campi?

Então, uma das ações poderia ser, eu acho que o principal é estar se pondo presente, mostrar que eles existem, ter essa divulgação, acho que a divulgação pesada, que é muito um objetivo da CAO, e ter, assim, eu acho que os objetivos, as formas de serem feitas as coisas são muito parecidas, que seria a conscientização anterior, então, tipo, pela divulgação, pelas mídias e tal, e espaços físicos e, enfim, também divulgação sobre isso, de ter esse apoio para caso aconteça alguma coisa, e assim, a gente sabe que, em geral, lugares que lidam com casos de violência à mulher, tem uma tendência, principalmente quando é, sei lá, a polícia, aleatoriamente, eles têm uma tendência de duvidar um pouco da vítima, então, isso seria muito importante, não sei como é a teoria de inclusão e pertencimento, mas, assim, de fato, isso seria um objetivo muito forte, que seria escutar e não duvidar, né?

Você acredita que, assim como no Brasil, os casos de estupro na USP são subnotificados? Se sim, você acha que além dos motivos comuns (vergonha, medo da retaliação etc) a população USPiana não denuncia por que os casos não normalmente são julgados pela universidade?

Com certeza são subnotificados, porque, além disso tudo que a população, não denuncia, por vergonha, medo e detaliação, eu sinto que as pessoas também não consideram os casos de assédio suficientemente possíveis para ser denunciados, então, como existe também, eu acredito, na comunidade USP, uma cultura de, assim, sexo e todo mundo beijando todo mundo, e as pessoas achando que todo mundo quer beijar, existe essa cultura do não consentimento, assim, principalmente com gente que já se beijou e tal, a USP é um lugar que tem muita, assim, querendo ou não, tem muita putaria, e, tipo, isso não necessariamente significa que não tem consenso, mas as pessoas têm essa tendência de achar que todo mundo quer participar dessa putaria, e, às vezes, isso acaba afetando muitas pessoas, e, quando você está nesse ambiente, você sente que o que a outra pessoa está fazendo é errado, porque você quer, é inapropriado de não querer essa putaria, então, acaba que as pessoas também não se sentem, não sentem que a culpa é dos outros, sentem que a culpa é delas, e por aí vai, e é isso, assim, os casos que chegam até a gente, muitas vezes são casos que a terceira pessoa fala, denuncia, isso é considerado, sabe?

Isso já acontece muito com os casos de CAO, e isso que é um ambiente que é de alunos para alunos, então, eles sabem que a gente entende o que eles estão passando, e que a gente vai estar apoiando, e, mesmo assim, tem muita pouca denúncia, então, eu não consigo imaginar, para fora da CAO BIFI, o quanto isso é subnotificado, além de que os institutos do BIFI, a gente tem essa cultura de tentar trazer a CAO BIFE, a questão da anti opressão, e do não assédio para a nossa comunidade, mas existe, fora da comunidade BIFI, existe uma USP inteira, muito enorme, que não tem necessariamente essa cultura, então, eu não imagino nem os espaços tipo Poli, Sanfran, MED, eu imagino que seja muito pior, assim, pelo que a gente vê, então, se no próprio espaço do BIFI, a gente não tem essa notificação intensa, eu imagino fora, deve ser bem maior.

Anexo 2

Entrevista completa com a Profª Drª Heloísa Buarque de Almeida, feita por meio de áudios no *Whatsapp*.

O Não Cala USP é formado por quantas pessoas? A maioria são mulheres?

Então, a rede não cala, ela é um movimento social, né? Então, a gente tem inscrito no nosso e-mail cerca de duzentas, talvez um pouco mais professoras, né? Mais de duzentas, na verdade, agora eu não sei te dizer exatamente quantas. Não sou eu que cuido do e-mail, mas no e-mail a gente tem umas entre duzentas e trezentas professoras... Só que daí a gente tem um núcleo duro num grupo de WhatsApp que são umas quinze que são as que realmente tocam o barco. Como qualquer movimento social, como qualquer coletivo, né? Tem muita gente que participa mais esporadicamente, que apoia as ideias, então às vezes a gente manda no e-mail e elas assinam, elas apoiam etc. E a ideia é que em cada unidade elas pudessem ser, enfim, fazer uma presença.

Você acredita que a pandemia prejudicou ou facilitou o trabalho do Não Cala USP em relação a proteção das mulheres? O coletivo continua ativo?

O coletivo continua ativo mas a gente não tem conseguido fazer muita coisa porque a gente é muito sobrecarregado de trabalho. Aliás esse é um dos pontos. E agora com as mudanças institucionais dentro da USP, a gente tem uma pró-reitoria nova, tem as Comissões de Direitos Humanos, então a gente acaba atuando também em várias dessas outras instâncias, né? Eu por exemplo estou na Comissão de Direitos Humanos da FFLCH, a Patrícia Izar da Psicologia tá na Comissão de Inclusão, no Conselho de Inclusão e Pertencimento e por aí vai, né? Cada uma tem atuado no seu lugar. Então na pandemia a gente fez as coisas que era possível fazer e foi pouco, né? E agora a gente, enfim, está tentando fazer reuniões mas na verdade a gente não conseguiu rearticular os encontros presenciais maiores.

Para você, qual é o papel do Não Cala USP para a prevenção de casos de violência sexual na USP? O Não Cala USP tinha/tem algum apoio da reitoria, de algum instituto ou de alguma secretaria oficial do Campus? Se sim, como isso acontece?

Então que que a gente faz pra prevenção? Esse é um problema porque na verdade, como eu te disse, nós somos um grupo, um movimento social. A gente não é um organismo da universidade, é trabalho voluntário, né? A gente a primeira coisa que a gente faz é demandar que a USP faça coisas, porque precisa ter coisas oficiais, a gente não pode, como professora, fazer coisas sem ter um lugar institucional, né? Então quando a gente tem algum lugar institucional a gente faz alguma coisa, mas a rede, como eu te falei, a rede não cala é um movimento social, ela não é uma instituição, né? Então o que a gente faz desde o começo é denunciar a omissão da universidade de muitas coisas, então agora como a universidade montou primeiro o USP Mulheres então a gente tentou apoiar a USP Mulheres, depois essa Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento que a gente está tentando apoiar, e as Comissões de Direitos Humanos nas unidades que também a gente apoia. Então é isso que a gente faz, né? A gente não tem nenhum apoio da reitoria, muito pelo contrário, a reitoria nos vê talvez como inimigas

Descreva detalhadamente como a comunicação era/é utilizada para prevenir a violência sexual ou acolher as vítimas? Quais as mídias e meios utilizados, qual o público alvo? O foco é online ou há comunicação offline por meio de cartazes, flyers, eventos etc.?

Então, a gente não tem um plano de comunicação, a gente não tem uma estrutura profissional. O que a gente tem é um grupo de e-mails e a gente faz eventos, a gente fez um evento agora nesse ano, no dia trinta e um de março, no final de março, a gente fez um evento no Instituto de Física, com presença de professoras, alunas e funcionárias sobre eh assédio sexual. Então a gente é trabalho voluntário, gratuito, não tem um plano de comunicação, né?

Quais ações além das de comunicação são utilizadas? (Ex.: Eventos, passeatas, reuniões, mesas de conversa)

A gente tenta sempre fazer algum evento em março, né? Já fizemos passeatas dentro da USP em março algumas vezes, mas durante a pandemia não deu né? Mesas de conversa e tal...

Você tem uma estimativa de quantas vítimas de assédio e violência sexual são acolhidas anualmente pelo Não Cala USP?

Então, eu não sei te dizer quantas vítimas são acolhidas anualmente pela Rede Não Cala porque isso é feito muito em cada unidade, né? A gente não tem uma estatística, a gente não tem dados quantitativos se é isso que você está buscando.

Você acredita que os casos de estupro na USP são subnotificados?

Se os casos de estupro, de violência e de assédio são subnotificados? Com certeza, porque uma das nossas demandas é que não há caminhos muito claros para escoar esses casos, né? A gente demandou pra USP um tripé de ações que seria um lugar de acolhimento, né? Mudanças na estrutura para poder fazer investigação e responsabilização que são as sindicâncias hoje em dia. Elas não ajudam, né? E também a prevenção, mas é isso que você precisa entender que a gente não tem dinheiro, a gente não é uma estrutura da USP, né?

Você acredita que a PRIP cumpre seu papel de prevenir casos de estupro na USP adequadamente? Na sua opinião, quais ações ela poderia fazer para que essa violência não seja um problema tão grave nos campi?

A PRIP, Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento é uma dessas coisas institucionais que mudou na USP, em parte provavelmente por causa da nossa pressão. Claro que não só da gente, né? Mas acho que a USP foi se dando conta que precisaria pensar um pouco mais a permanência, assistência social, o atendimento psicológico, né? Então a PRIP não tá aqui pra prevenir os casos de estupro, ela tá aqui, cê pode olhar lá a estrutura, tem várias coisas, né? Mas ainda existe o que ela poderia fazer, né? Então, de novo, eu acho que faltam coisas que a gente sugeriu, por exemplo um centro de referência para acolhimento, mudança nas normas para sindicâncias e processos administrativos, né? Então a PRIP tem várias funções e por enquanto ela tem

poucos funcionários, por enquanto ela não tem verba e de novo eu acho que o nosso papel vai ser pressionar a reitoria mais do que nunca. Então é isso, construir um centro de referência de atendimento pros casos com assistência social, para quando há alguma coisa e a aluna poder pedir uma ajuda, fazer uma queixa. Nem sempre ela quer fazer uma denúncia, às vezes ela quer fazer uma queixa e a gente precisa encaminhar para serviço médico, para serviço psicológico, né? A denúncia precisa ser construída. Por outro lado, a gente podia ter protocolos para atendimento, a gente podia ter novas regras, novas normas, né? Não basta ter protocolos de atendimento, tem que ter protocolos de atendimento com gente treinada, especializada para atender, porque senão não adianta nada.

Você acha que a inclusão da USP Mulheres na Pró-reitoria melhorou ou dificultou o trabalho de proteger as mulheres da violência sexual? Qual era o relacionamento do Não Cala USP e a USP Mulheres? Vi que vocês ajudaram na pesquisa “Interações na USP” de 2017

Então, o USP Mulheres entrou pra fazer campanhas, né? O que a gente conseguiu fazer com o USP Mulheres foi a pesquisa, “Interações na USP”, que a gente apoiou. Mas o USP Mulheres eh não sei se você reparou, eu não sei se você entende disso, mas ele não tinha um lugar estatutário, a gente não consegue fazer coisas se a gente não tem uma definição na estrutura, algo institucional, prerrogativas, né?

Então, onze mil mulheres fizeram a pesquisa, né? E fez algumas outras coisas. O que a gente está propondo é que a pró-reitoria, essa nova pró-reitoria aqui que abarcou essas coisas, é tentar marcar uma conversa com a com o setor mais de gênero dessa pró-reitoria, tamo tentando marcar, né? Então se melhorou, dificultou, não dá pra saber ainda, quer dizer, ela acabou de ser montada, né? E a gente também só vai saber se a gente tiver pesquisa antes e depois, né? Ainda não dá pra saber, né? Quer dizer, a gente fez algumas demandas estruturais que nunca foram implementadas, que a gente acha que seriam importantes pra poder realmente ter um trabalho de prevenção, de acolhimento, de investigação, porque não é só prevenção, a gente tem que acolher, a gente tem que dar tratamento, médico psicológico e tal pras pessoas

que precisam. A gente precisa num segundo momento ter sindicâncias, métodos investigativos, procedimentos administrativos pra punir os agressores.

Isso a gente já viu com assédio sexual, a gente já teve dois professores da USP que foram demitidos, em processos longos. Mas ainda é preciso aprimorar esse processo. Mas esses processos tem que demorar um pouco, não dá pra ser muito rápido, porque são processos jurídicos internos, né? Ao, ordenamento jurídico administrativo da universidade. Então o relacionamento da Rede Não Cala com a USP Mulheres é que a gente ajudou na pesquisa “Interações na USP”, a gente tentou ser parceira do USP Mulheres, na medida do possível, porque tinha coisas que a gente discordava também como estava sendo feito.

Anexo 3

Entrevista com Patrícia Galvão, coordenadora da Secretaria de Mulheres do SintUSP. Entrevista feita por email.

Como e por que o SintUSP Mulheres foi criado? Ele é formado por quantas pessoas? A maioria são mulheres?

Na verdade, nos chamamos de SECRETARIA DE MULHERES DO SINTUSP. Ela foi criada há quase 15 anos com a discussão central voltada para organizar as mulheres trabalhadoras da USP para luta por nossas demandas seja em relação ao combate ao assédio moral e sexual, ao direito das mães trabalhadoras, mas também a luta pelo direito ao aborto legal, igualdade salarial e toda a luta histórica do movimento de mulheres. A Secretaria é um braço do nosso sindicato no sentido de lutar para combater o machismo nas nossas fileiras construindo uma luta unitária pelos oprimidos e explorados. Para compor a secretaria basta ser uma mulher (cis ou trans) trabalhadora efetiva ou terceirizada da USP.

Você acredita que a pandemia prejudicou ou facilitou o trabalho da Secretaria de Mulheres do SintUSP? Explique

Acho que a pandemia prejudicou o trabalho do sindicato como um todo, mas certamente em relação à organização das mulheres o prejuízo foi ainda maior. Isso porque além do distanciamento sanitário, as mulheres ficaram enfiadas em casa tendo que cumprir as tarefas do trabalho e sujeitas ao trabalho doméstico e cuidado com os filhos sem parar. Embora tenhamos feito algumas reuniões, elas se tornaram espaço de desabafo mas que foram se esvaziando dada a imensa sobrecarga que recaiu sobre as mulheres. As atividades online tem algumas vantagens no sentido da organização dos espaços, mas trazem um prejuízo que é a falta do convívio e assim pensar campanhas que sensibilizem as pessoas.

Para você, qual é o papel da Secretaria de Mulheres do SintUSP para a prevenção de casos de violência sexual na USP?

Prevenir para nós significa primeiro disputar a consciência da nossa classe. Mas, passa principalmente por cobrar o Estado e seus gestores da manutenção do machismo estrutural institucional que torna as mulheres cidadãs de segunda classe. Numa sociedade onde o corpo da mulher vale menos, pois envelhece, como se tivéssemos data de validade, que pode ser vendido ou comprado como se fosse objeto e cujo o trabalho vale menos, pois recebemos os menores salários e, no caso do trabalho doméstico nos lares é feito de forma gratuita, onde não temos o direito ao nosso corpo pois uma parte dele é regulamentada diretamente pelo estado, a vida, em última instância da mulher é entendida como algo de menor valor, que se pode usar e abusar. Destruir os pilares do patriarcado, organizando as mulheres junto aos trabalhadores é nossa principal tarefa. Para isso, buscar unir os trabalhadores para que a classe seja porta-voz da luta das mulheres é uma questão de vida ou morte para nós.

Descreva detalhadamente como a comunicação era/é utilizada da Secretaria de Mulheres do SintUSP para prevenir a violência sexual ou acolher as vítimas? Quais as mídias e meios utilizados, qual o público alvo? O foco é online ou há comunicação offline por meio de cartazes, flyers, eventos etc.?

Hoje temos além das mídias do sindicato , uma página da Secretaria de Mulheres no Facebook e um grupo de whastapp, onde divulgamos eventos e propormos pautas para serem tratadas nos espaços de decisão do nosso sindicato. Ainda estamos atrasadas com isso, pois as exigências são muitas e temos poucos braços para essas tarefas.

Quais ações além das de comunicação são utilizadas? (Ex.: Eventos, passeatas, reuniões, mesas de conversa)

Chamamos ou nos incorporamos em atos, mesas de debates, temos reuniões no sindicato.

Você tem uma estimativa de quantas vítimas de assédio e violência sexual são acolhidas anualmente pela Secretaria de Mulheres do SintUSP?

Não temos muito esse controle, pois nos chegam por várias vias as denúncias e são encaminhadas pelo conjunto da secretaria e membros do sindicato.

A Secretaria de Mulheres do SintUSP tinha/tem algum apoio da reitoria, de algum instituto ou de alguma secretaria oficial do Campus? Se sim, como isso acontece?

Não recebemos nenhum apoio institucional. Frequentemente, inclusive, a própria reitoria nos ignora, não respondendo nossos ofícios ou cobranças.

Você acredita que a Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento cumpre seu papel de prevenir casos de estupro na USP e proteger as mulheres do campus adequadamente?

A PRIP hoje só tem servido para maquiar e esconder os casos de violência de gênero. Não dialoga com a comunidade, não busca conscientizar. Os principais ataques aos trabalhadores hoje acontecem nos setores majoritariamente composto por mulheres, como os serviços de higienização e limpeza, os hospitais e creches.

Na sua opinião, quais ações ela poderia fazer para que essa violência não seja um problema tão grave nos campi?

Contratação de trabalhadoras efetivas é o primeiro passo, pois os serviços de acolhimento e atenção necessita de mais funcionários. Além disso, o assédio aumenta quando há piora nas condições de trabalho por causa da sobrecarga. Mães viram alvos pois precisam se ausentar do trabalho para cuidar dos filhos e sem ter quem as substituam, são constantemente assediadas. Além disso, investimento em infraestrutura, aumentar a circulação de pessoas no campus, dando mais vida aos espaços são medidas básicas. Treinamento da guarda, locais de atendimento espalhados pelo campus, etc.

Por que foi necessária a criação de um coletivo para proteger as funcionárias da USP?

Por que entre os trabalhadores sabemos que as mulheres são mais vulneráveis, seja nas suas casas, seja nos locais de trabalho e para elas, por

causa da dupla jornada, é mais difícil participar dos espaços sindicais. Para poder ser um instrumento de organização criamos a secretaria.

Você sente que os coletivos de mulheres criados pelos professores e alunos não abrangem as funcionárias do SintUSP?

Nem sempre. Infelizmente há muito corporativismo que atrapalha o diálogo entre os três setores.

O coletivo também abrange as funcionárias terceirizadas?

Sim, embora seja mais difícil conseguir a participação dessas trabalhadoras, pois elas sofre uma perseguição enorme.

Qual a diferença entre deste coletivo da Secretaria de Mulheres do SintUSP com os demais?

Creio que cada coletivo tem a sua função de existência. A secretaria de Mulheres é um grupo heterogêneo no sentido de ser composta por mulheres com diversas visões sobre a luta feminista que, inclusive fazem parte de outros coletivos. Nosso objetivo é unificar as mulheres trabalhadoras sem substituir sua organização em coletivos ou partidos, mas potencializando a luta geral.

Eu conversei com a diretora da PRIP na semana passada, e ela me disse que tem feito conversas com as trabalhadoras do Sintusp para tentar se aproximar. Isso tem acontecido mesmo? Por que eu vi que você falou bastante de como a PRIP não ouve as solicitações de vocês...

Nossa, isso não tem acontecido nem de longe! Acontece às vezes de elas conversarem com só uma trabalhadora da Reitoria e elas chamam isso de dialogar com os trabalhadores do Sintusp. Mas de forma organizada, nunca falaram, nunca sequer tentaram. Bem mentiroso da parte deles.

Anexo 4

Entrevista completa com a Profª Drª Ana Elisa Bechara, responsável pela diretoria de Mulheres, Relações Étnico-Raciais e Diversidades da Pró-reitoria, entrevistada por meio de chamada de vídeo.

Vamos lá então. Bom, é queria te primeiro eu te falar, a gente vai focar como eu falei para você, a gente vai falar um pouco de de violência sexual na USP. Estou pesquisando um pouco sobre cultura do estupro e como a violência sexual acontece em alguns dos campus da USP e tudo mais. Eu queria saber por você, qual que é o papel da PRIP em prevenção de casos de violência sexual e assédio sexual na USP?

A PRIP não surgiu do nada. Em matéria de gênero não é essa, não é uma iniciativa, vai pioneira da universidade, né? Tem desde 2015, é o escritório USP mulheres. Com a PRIP canaliza de alguma forma, não é? Este tema não se começa a sistematizar. O que antes ou era completamente invisível na universidade ou contava com iniciativas muito individualizadas. Esse tema, com a criação da PRIP, é incorporado por ela, não é só uma questão, é incorporado sob uma forma politicamente mais forte. Porque antes a gente tinha um escritório. E com a força de pró-reitoria, muda completamente. Enfim, é o poder de discussão, digamos assim, né? Porque aí você tem uma conversa diretamente com o reitor, com a vice-reitora, com outros pró-reitores, né? Há um conselho de inclusão e pertencimento, então o tema ganha outros contornos, o que é muito bom, né? Porque isso coloca para a universidade uma agenda: sim ou sim, né, que é de olhar para mulheres.

E esse tema, não é um tema só da USP. Se a gente fala das universidades no mundo inteiro, a gente está vendo, em geral, essa movimentação. Uma movimentação que, na verdade, é fruto de uma demanda gigantesca e reprimida em todas essas universidades, em relação à violência de gênero e antes disso, em relação à equidade de gênero, né? E quando a gente pensa, a violência de janeiro no Brasil por exemplo. O nosso país é super violento, não é? E a universidade, claro que vai espelhar a sociedade também. É claro que se a gente falar do Brasil, a gente fala de um país, então extremamente machista, com uma cultura patriarcal e a violência de gênero no nosso país que vem justamente e fica muito grande justamente por conta da grande inequidade de gênero que a gente tem, né? Quer dizer, o papel que a mulher foi presa entra na sociedade brasileira. E quando a gente fala de universidade, a USP não foge a regra. É claro que as universidades são também a sociedade, né? Então a USP está inserida na sociedade brasileira, portanto, vai espelhar o valor da sociedade brasileira. Mas, além disso, as universidades são um território muito conservador. Muito hierarquizado, muito machista, muito conservador, né? E é nele que eu tendo a ter ainda mais medo, não é?

Acho que, principalmente por ser universidade pública. Porque se você olha a porcentagem de mulheres na faculdade, em faculdades particulares, é mais de 60%. E na USP as mulheres são minoria. Que ao contrário, né? Eu acho muito engraçado isso.

Engraçado, não é? Isso é curioso. Na verdade, tem um sentido. É como eu vejo, né? E eu estou só pensando alto aqui com você. Veja se você concorda. Quando a gente fala das privadas e realmente a gente tem mais mulher, né? A gente está pensando num setor mais de educação e aí as mulheres sempre foram pelo menos iguais, ou se não em número maior no setor de educação, porque as mulheres são vistas como cuidadoras e educadoras. Isso faz parte do estereótipo feminino na sociedade. E qual a diferença para as públicas? Porque as privadas são universidades muito mais voltadas a... Não que sejam melhores ou piores. É o modelo, é diferente, as públicas têm muito mais aquela visão original de diversidade, como local de produção, de conhecimento, né? Então, tem muito valor nas públicas. A coisa

da pesquisa, enfim. E aí a gente tem uma relação de poder diferente no âmbito dessas privadas, você tem um educador. Nas públicas você tem os grandes pesquisadores, as grandes autoridades no tema, né? Os produtores de conhecimento. Aí a gente muda o território para o território de homens, né? No território masculino, esse é o problema, entendeu? Porque a gente está falando de um território de poder, né? E. A USP é um super território de poder. Por isso que as mulheres se ferraram, né?

Sim, com certeza.

E aí eu estava falando, não é universidade esse território muito mais conservador, muito mais hierarquizado. Então eu vou ter uma violência maior e uma violência latente muito grande. São aquelas violências não percebidas, no campo do simbólico, né? Então, aquelas violências daquilo que a sociedade acha que a gente deveria ser. E isso mina muito mais. Deixa o tema muito mais complicado, porque são aqueles silêncios, né? Aquelas questões não manifestas.

Tudo isso para chegar na sua pergunta. Quer dizer, qual é o papel da PRIP para a prevenção da violência de gênero? Aí eu acho que nesse âmbito é que é o mais violento, que é mais difícil de ser enxergado, de ser percebido, né? Eu acho que o papel da pró-reitoria é muito pedagógico, né? No sentido, em primeiro lugar, de trazer a questão como uma questão para pôr na mesa, né? Falar assim: “olha, essas questões existem”. E aí? Por exemplo, quando a gente traz dados, né? Isso constrange. Então quando você fala “não, é essa diferença entre homens e mulheres”; “Olha, é isso que está acontecendo com as mulheres”; “Olha, as mulheres não conseguem progredir na carreira”. Está mostrando uma série de informações importantes, né? Desde a graduação até o ápice da carreira docente e os cargos mais altos de gestão. E isso começa a trazer um constrangimento e a necessidade de um fazer pensar, uma necessidade de reflexão. Então acho que essa é um primeiro grande papel de uma pró-reitoria. Assim, e depois de posta a questão na mesa, acho que a discussão é isso, não é? Então, com campanhas que eu acho que são importantes, no sentido geral, no sentido informativo, né, de conceituar essas violências. Porque é trivial esse tema.

Quando a gente fala de violência eu tenho algumas décadas de USP já. Então eu, lamentavelmente, tive que trabalhar em muitos processos, em muitos

casos de estupro envolvendo alunas da universidade, uma das coisas mais tristes de ver. Na maioria dos casos são alunas têm dúvidas se foram estupradas. Porque é muito triste. Sim, a identificação dessas violências é trivial. Quais são essas violências?

E eu acho que é complicado na universidade também, porque tem as festas, e aí todo mundo fica muito bêbado e acho que há conversas do tipo “eu estava bêbada e tudo bem isso acontecer comigo”, sabe? Eu acho que nas universidades, é ainda mais complicado do que no âmbito nacional, sabe?

Eu acho que, na verdade, no âmbito nacional também. Assim é que a gente não tem essa visão, né? Eu sei da minha área de atuação. Tirando a parte de gestão acadêmica, eu sou uma pesquisadora, sou professora de direito penal. Lidar com estupro é um pouco a minha área, não é? E a gente vê o que é o crime de estupro. Embora tenha um imaginário social, uma ideia de que ele acontece entre desconhecidos, né? Você está andando na rua ou sua noite, um sujeito te pega e te joga no terreno baldio e te estupra, né? É essa a imagem do estupro que a sociedade tem. E, na verdade, o estupro é um crime majoritariamente cometido entre conhecidos. E aí o grande problema dele, porque aí fica aquela coisa de “Ah, mas eu já não tinha beijado ele antes”; “mas ela já não não tinha ficado com ele”; “mas eles não eram amigos”, “mas será que foi mesmo estupro”; “será que não foi só o sexo e ela está arrependida e não gostou”, aí entra um monte daqueles estereótipos horrorosos, né?

Então isso é em geral e na universidade não foge disso, né? Então, veja como o conceito dessas violências para a comunidade é importante para as mulheres. E para os homens, sim, não é? Quando você fala de, quer dizer, a gente tá falando aqui do estupro que talvez seja, seja não, é uma das violências de gênero. Mas assim manifesta-se mais, não é? Mas a gente tem outras, não é como, por exemplo, o assédio, não é? É. E aí quando a gente começa a entrar numa zona em que há muita discussão assim a discussão, né? Há muita confusão, né? “Será que eu posso paquerar”, “será que eu posso fazer um elogio?”, “Será que eu estou aí, é extrapolando o limite”.. Então veja como a gente tem um monte de questões aí para para debater, não é? E esse

debate tem um sentido preventivo. Quando eu ponho na mesa essas questões, quando eu faço pensar, não é, e quando eu faço as pessoas formarem ideias sobre isso, então eu tenho muito mais chance de motivar comportamentos mais adequados.

Com certeza. E você falou que como você disse, é um é um foco da PRIP, principalmente da sua diretoria, as mulheres e a violência de gênero. Eu vi que vocês fizeram um ano de PRIP agora em maio e eu queria saber, eu vi na retrospectiva de vocês não tem nada muito focado em violência de gênero e tudo mais. Vocês têm alguma campanha no futuro pra esse para rolar esse ano focando em violência de gênero, violência sexual na USP?

Temos. Então, embora a PRIP vá completar um ano agora em junho, eu entro na PRIP agora em fevereiro, né? Então eu tenho dois meses aí de PRIP. E o que a gente tem é um filme feito muito legal com mulheres da USP, então é um vídeo muito interessante. Tem mais ou menos meia hora sobre ser mulher na USP. Então não só com alunas, mas com mulheres mesmo, docentes, funcionárias. É muito interessante e cada uma contando um pouquinho da sua experiência.

Pensa dentro dessa ideia de relatar casos de violência que não são muito facilmente reconhecíveis. Ele é meio até um pouco constrangedor assim, sabe porque você vai vendo as falas e isso te faz pensar, você fala “caramba”. Então eu acho que ele é um vídeo que funciona muito bem, né? Nesse sentido de conscientização, ele vai ser lançado agora. Nós estamos elaborando também, um protocolo de tratamento dos casos de violência.

Já tem um da USP mulheres, se eu não me engano, né?

A gente tem um que foi elaborado acho que em 2019, mas ele é da SAS, antigas SAS. É uma cartilha que é dirigida às assistentes sociais, né? Para trabalhar com os casos que chegam a elas, não é?

Então, a nossa ideia é um pouco diferente agora. A gente acabou de fazer agora, junto com a diretoria de direitos humanos, da PRIP, né? Em primeiro lugar, um esquema, como se fosse uma cartilha.. Fazer uma cartilha para as unidades, para as comissões de inclusão e pertencimento das

unidades ou comissões de direitos humanos, porque tem unidades que têm as duas, não é? E dar um protocolo de encaminhamento dos casos, né? Então, chega um caso assim, como é que a gente faz, né? Então é uma cartilha que está indo para as unidades agora, né? E paralelamente a isso, a gente está com um grupo de trabalho muito grande, envolvendo as várias instâncias da universidade. Então não só pessoas que são especialistas em violência de gênero. Um grande exemplo disso, que é uma docente, que eu adoro na USP, Ana Flagre, que é professora da medicina, né? Mas não só docentes, também a procuradoria geral da USP, a ouvidoria geral da USP, a guarda universitária, enfim. A gente está envolvendo uma série de atores de dentro da USP, para estabelecer um protocolo sobre violência de gênero. Mas aí é um protocolo em nível normativo, criar uma norma, porque criar uma norma é diferente de cartilha. Na cartilha, é assim: “Olha, não é minha sugestão é que você faça assim”. A norma traz ali questões que se transformam em deveres para os tomadores de opinião.

Então, aconteceu um caso assim, o seu dever é fazer isso, isso, isso você tem prazo, você tem que tratar a vítima desta forma, você tem que encaminhar dessa forma. Então a gente está com esse grupo de trabalho agora, nessa discussão para elaborar uma norma que a gente quer que seja sancionada, que seja publicada pela própria reitoria da universidade, e isso é muito importante. Inclusive para efeito preventivo. Claro que é importante porque vai cuidar dos casos em andamento, né? Para alguém que sofreu uma violência. Enfim, você vai ter uma resposta mais adequada, mas mais do que isso, não é, e a meu ver, o nosso papel. Claro que é cuidar das pessoas, mas é mais do que cuidar das pessoas ou para além de cuidar das pessoas, é fazer política. Não é? Políticas dentro da USP. E aí a gente tem uma política preventiva importante, porque na medida em que você estabelece um padrão de tratamento desses casos, você deixa essa via muito segura. “Qual o problema da vítima?” “Ah estava na festa da minha unidade, sofreu uma tentativa de estupro e o que que eu faço?” Você está numa festa. Você sofre uma agressão no sentido de gênero, qual é a primeira coisa que a gente sempre ouve das vítimas? Não vou formalizar nada porque sei lá o que que vai acontecer, né? Eu não sei como é que isso vai ser encaminhado, eu vou me expor só, eu vou me ferrar no final, vou sair como barraqueira, louca, né?

Isenta qualquer coisa né? Então esse é o grande receio sempre das vítimas e essa é a grande brecha dos agressores, né? Saber que normalmente eles vão se dar bem. Se quer que a coisa vá pra frente, então é quando você estabelece esse tipo de norma. Não criando deveres mesmo para os para os tomadores de decisão, você deixa todo o ambiente mais seguro.

E uma coisa que eu queria te perguntar, duas coisas, na verdade. Eu acho que isso é uma grande importância para se para dar mais segurança para as vítimas, como você falou. Porque uma pesquisa que eu fiz na minha mão mesmo foi que os casos de estupro na USP eles são muito subnotificados. Por exemplo, na ouvidoria tem, acho que tem 5 casos de violência sexual por ano, 4, enquanto na pesquisa da USP Mulheres em 2017, tinha mais ou menos uns 63 casos notificados pela pesquisa. Você acha que essa normativa auxiliaria a diminuir o número de subnotificação na USP?

Muito! E é mais ou menos o reflexo do que acontece na sociedade, do estuprador na sociedade. É muito subnotificado. Por que isso? Porque a mulher sabe que, se ela notificar, ela vai ter que enfrentar todo o processo e a ré vai ser ela, então juiz vai maltratar. As pessoas vão fazer ironia também, né? Desde a delegacia vão começar a ironizar ela e tal, então, o que é lamentável, porque isso além de não quebrar o ciclo de violência, isso gera na própria vítima um dano psicológico, um dano mental monstruoso que vai durar por décadas, né? Porque quando eu fico quieta eu começo a internalizar uma culpa minha e aí sim, é uma mistura de culpa, né? Não sei se eu merecia ser estuprada. Eu me sinto culpada porque não tive coragem de falar e aí começa a somar um monte de culpa, isso é certo..

E você acha que, por exemplo, é que essa questão era meio ainda nebulosa na USP, mas na pesquisa da USP Mulheres também fala que a maior parte dos casos de violência sexual de assédio ocorreram nas festas. Você acha que a proibição nas festas da reitoria, num gera mais um medo porque, como as festas são proibidas, as pessoas começam a pensar: “Ah, aconteceu numa festa, então não vou falar com a USP,

porque vai que denuncia a minha atlética ou algo do tipo, você acha que isso não traz mais medo para as vítimas também de denunciarem?

Eu acho que a vítima não pensa nisso, não. Quer dizer é, a gente está falando aí de uma outra questão que eu acho que teria que ser pensada, mas, eu acho que para a vítima, eu acho que não é essa a questão, o rumo, né? Ela tá pouco se ferrando pra isso, quer dizer, eu acho que as questões são muito outras, são muito mais individuais. Eu acho sim, com certeza.

Bom, então acho que você já respondeu várias perguntas minhas. Vou entrar no assunto, então. Teve uma carta da Alesp em março que foi a carta de “USP sem assédio” que elas falaram um pouco de possíveis ações, podiam ser feitas para combater o assédio e violência sexual na USP. Vocês receberam essa carta? Vocês pretendem fazer alguma coisa? Baseando nela, alguma ação será feita considerando essa carta?

É, eu acho que a gente já tem, inclusive, muitos contatos, né? Com órgãos externos. Então, por exemplo, a Defensoria pública, Ministério público, a gente mantém um diálogo o tempo inteiro. Outras universidades, então hoje a gente tem redes nacionais, não é? Para cuidar de gênero. A gente tem uma rede paulista de universidades públicas para cuidar de gênero. A gente faz parte hoje de duas redes internacionais de cuidados de gênero, então tudo isso nos municiam com ideias, né? Porque, de novo, no contexto das universidades, você não tem tudo relativamente novo, então todas as unidades, as universidades vão dialogando e buscando se ajudar para ver o que funciona, o que não funciona. Então, eu acho que a gente tem vários interlocutores que são importantes e claro que trazem ideias, que são muito importantes, né?

Então quando você fala dessas iniciativas, eu falei do exemplo dos protocolos, falei do exemplo do filme, agora, algo que é muito importante. Fazer uma sistematização de dados, por exemplo, na ouvidoria, tem 5 casos de estupro ali, mas será que todos os casos vão pra ouvidoria, né? Quer dizer, não, né? Como é que eu faço para localizar todos esses casos? Como é que eu faço para fazer um mapeamento? Tem um registro disso, porque isso é importante, né? É até para conseguir diferenciar realidades, né? Entre unidades, por tempo, em que setor, se é graduação ou pós-graduação, os

funcionários, né? Porque a gente, quando a gente fala USP, a gente tende a pensar muito nas alunas e nas professoras. Mas as funcionárias? Não vou dizer para você que assim que são a categoria mais ferrada. Sim. Elas não têm voz, porque as alunas têm os coletivos. Tem toda uma questão, as docentes agora também souberam se organizar um pouco mais e tal. Agora funcionária? Se ferrou. Sim, elas não têm voz. Elas sofrem muita, muita, muita violência, então algo que eu tenho feito bastante, né? Na diretoria de mulheres e que é pouco visível para a comunidade USP, dos alunos e dos docentes, é ir nas unidades para conversar com funcionários, sobre as violências e assédios, e aí, assim, é impressionante ver é a presença das mulheres funcionários como elas tem mais demanda, muito reprimida. Assim como elas ficaram chocadas de estarem sendo ouvidas pela primeira vez porque elas não se sentiam parte, sabe, então é esse é um lado também que pouco se fala, né? Porque quando a gente pensa na universidade, ninguém pensa que ela só funciona porque tem um monte de funcionário, não é? Um e a gente tem que olhar para esse público também também é um trabalho muito grande que está sendo feito agora. Não é? Então, semanalmente a gente tem ido às unidades para falar.

Ai, que legal, e isso que eu ia perguntar, qual é o relacionamento de vocês com esses coletivos? Tanto o Não Cala quanto a Secretaria de Mulheres do SintUSP, quanto os coletivos das alunas, vocês têm um relacionamento ativo, como que elas ajudam vocês? Nas decisões de ações para ser tomadas tudo mais?

Tem um relacionamento super bom, né? É, inclusive nesse protocolo que eu falei, que não é normativo, a gente tem vários representantes da Rede Não Cala ali, né? Quer dizer, a ideia é trabalhar com o coletivo. Não dá pra gente trabalhar... Claro que, né. Quando a gente fala de temas assim, complexos, não só o tema de gênero, mas o tema étnico racial, por exemplo, o tema das diversidades, no sentido de deficiências. A gente tem temas que são complicados, porque eles não são muito consenso. Então quando você fala dos diversos movimentos dos coletivos. Não há consenso sobre essas questões, né? E as disputas políticas internas também. E a gente tem que tomar muito cuidado para não ser capturado, sabe? Para tentar buscar um mínimo

consenso aí para conseguir ir para frente. Então é essa é uma dificuldade. Eu estou te falando, assim, muito honestamente sobre isso, né? Essa é uma dificuldade em geral que a gente tem que é o fogo, amigo, fugir do fogo amigo, quer dizer, a gente precisa ouvir todas as vozes. É fundamental, não é? Até porque a gente tem essa interseccionalidade, por exemplo, não dá para falar de violência de gênero na USP, se eu não falar da questão racial, sem falar na questão social. Né? E o econômico social? Na questão de pertencimento são completamente diferentes. Sim, não é. Então a gente tem que trabalhar em conjunto. Por exemplo, eu estou trabalhando muito com a diretoria de saúde mental, que me traz dados que são muito importantes, né? Então, quando a gente fala, por exemplo, de suicídios, de autolesões dentro da universidade, isso é muito relacionado a gênero, olha que interessante, né? Não estão relacionados ou quase nunca relacionado a questão étnico, racial. É muito relacionado a gênero, o que foge de uma percepção intuitiva que a gente está acostumado, não é? Então assim a gente tem que aprender com essas coisas, a gente tem que dialogar. Então com os movimentos? Então, sim, sim, existe um diálogo.

Pergunta que me surgiu agora: esse protocolo de atendimento que vai ser em nível normativo, que você falou que vai distribuir para os funcionários, PPUSP e tudo mais. Esse protocolo também vai chegar nos alunos, vai ser amplamente divulgado? Ou vai ser uma coisa mais interna?

Vai. É então, em primeiro lugar, são 2 coisas, né? A coisa da cartilha para as unidades e o protocolo como norma, ambos têm vocação de ampla divulgação. Então, quer dizer, como é que a gente faz? A gente pode fazer campanhas para divulgação. E a coisa da campanha no sentido visual, é muito importante, sim, com certeza. Então a gente pode ter campanhas e a gente tem que ter uma divulgação. Locais onde as pessoas buscam informação, então nos sites, né? Quer dizer, nas redes sociais, porque hoje é assim que funciona, né? Aconteceu alguma coisa, onde é que eu busco as coisas? Então a gente tem que estar muito visível, muito fácil de ser localizado por todo mundo, né? Por toda essa comunidade.

Uma dica também é, você pedir para esses coletivos divulgarem, porque eles são muito procurados pelos públicos deles, né?

Sem dúvida, sem dúvida, os coletivos cumprem um papel importante porque, veja, eu tenho aí muitos caminhos quando acontece uma violência, não é? Quem a vítima vai buscar? Ela não vai buscar ouvidoria, também vai, mas não é só a ouvidoria, vai buscar um monte de portas e uma das grandes portas de entrada são os coletivos. Não é? E aí o coletivo tem que estar muito afinado com a instituição para dar um encaminhamento mais eficaz, com certeza. Por isso que eu falo esse trabalho é muito conjunto, porque os coletivos recebem muitas denúncias.

É, então, eu já fui presidente de um desses coletivos durante 2019 e 2020 e lá a gente nem pensava em denunciar para a ouvidoria. Aconteceu isso. A gente encaminha para um hospital especializado em saúde da mulher, depois vai para delegacia. A gente nem passava pela nossa cabeça denunciar pela ouvidoria, então, acho que tem esse esse relacionamento com essa cartilha normativa, falar com a gente, falar com a polícia, falar com o hospital, acho que seria sensacional. E também acho que daria um direcionamento, porque pelo menos eu sou aluna da graduação, a gente não é especialista em nada. A gente só tem empatia e quer ajudar essas mulheres.

Quando a gente fala, então, são duas coisas, né? A primeira coisa que você falou é super importante: “no nosso coletivo, nem passava pela nossa cabeça fazer uma denúncia para a universidade”. Justamente porque vocês ficavam super inseguras pela própria vítima, né. De que que isso ia significar para ela, como um risco negativo mesmo, não é de, quer dizer, se eu denunciar para a USP ferrou, aí foge do nosso controle. A universidade vai zuar com essa questão, né? Quer dizer, vai dar uma resposta horrorosa, e eu vou ter uma pessoa mais traumatizada do que ela já está, né? Então, veja como a gente tem que mudar isso e isso não é culpa do coletivo, né? Quer dizer, por que que o coletivo fazia isso? Porque tinha essa percepção. Né? Então eu acho que isso é muito, muito, muito importante, né? Estabelecer esse diálogo e falar “bom, mas é, eu sou uma aluna de graduação, né? Nos coletivos e a gente tem

gente que tem muita empatia, muita vontade de ajudar, mas ninguém especialista”.

Essa é uma questão que eu aprendi com o pessoal de saúde mental também, que o professor Ricardo Teixeira, que me foi muito importante você ver como a gente aprende como a gente tem que ouvir, né? Quando a gente pensa em acolhimento, encaminhamento das questões, não necessariamente a gente precisa contar com especialistas na ponta. Não é igual um coletivo. Quando uma vítima busca um coletivo, não vai ter especialista, né? Vão ter outras alunas de graduação, né, que vão tentar ajudar? Então ele não precisa trabalhar com especialistas, mas eu preciso trabalhar com pessoas que tenham consciência do papel delas nesse tipo de encaminhamento. E saibam como dar um encaminhamento, né? E aí é uma questão de sensibilização de informação e de treino mesmo. Então, quer dizer, se chega uma mulher para você, para te contar o que aconteceu com ela, ela vai trazer todo um contexto ali que é muito delicado. Então, quer dizer, como é que eu faço para ouvir essa pessoa? Não é simples, não é fácil levar também. Eu sou mulher também, eu vou entender a pessoa. Me fala, é assim, não é?

Muitas vezes essa mulher não se sente bem em estar sozinha. Muitas vezes, quem ouve faz errado porque não se põe sozinha junto com essa pessoa. Então não me faça acompanhar outras pessoas, o que gera constrangimento muitas vezes. Na minha escuta eu começo a falar mais do que escutar, eu vou fazer pergunta demais e isso vai constranger a vítima, porque ela vai começar a se entender meio julgada por mim, né? Mesmo que eu esteja fazendo isso de forma inconsciente. Essas coisas acontecem sim, né? São normais. Assim quer dizer porque a gente vai pela intuição e a gente erra, porque de novo, né? Numa sociedade patriarcal, machista, a gente é educado para essa cultura, homens e mulheres somos educados para essa cultura. Então a gente tem que se policiar porque a gente vai deixando escapar. Todos nós vamos deixando escapar. Né? É, é então por isso que tenho que ter uma questão de sensibilização, que é importante, você não precisa ser especialista, é isso que eu queria te dizer, não precisa ser uma assistente social, mas é porque na ponta não vai ser, nunca vai ser assim.

E você disse bastante que com as funcionárias, vocês tinham reuniões semanais, mas com esses coletivos, como que vocês pretendem se conectar tanto com o Não Cala acho que já tem essa conexão, né? Com as professoras, mas com as alunas em si, como vocês pretendem fazer esse diálogo?

Chamando para rodas de conversa, né? É, não tão abertas, né? Rodas de conversa no sentido de não ter uma temática solta, mas ter uma temática muito canalizada. Para isso, né? Falar assim “ó, vamos, vamos conversar aqui com os coletivos sobre, né?” Como é que a gente consegue fazer? Eu não quero chamar esse treinamento porque não quero que seja técnico isso, né? Mas como é que a gente vai trabalhar em conjunto, instituição e coletivos no encaminhamento dessas questões. E aí surgem todas essas questões que eu estou falando para você. Então, por exemplo, uma outra questão muito que é muito dúvida é quando a gente tem um caso de violência de gênero. Qual a melhor forma de tudo? Bem, eu sei que eu tenho que ouvir e acolher, mas e depois, qual a melhor forma de encaminhar, né?

Essa é uma grande dúvida, né? Porque é tem muito a questão no sentido punitivo, né? Mas a questão não é só essa, tem outras questões envolvidas para a vítima. Claro que a punição está lá também como algo importante, e eventualmente, a vítima não se interessa por isso. Eu não estou falando só do estupro, estou falando de todo tipo de violência. Não é? Não necessariamente é de grande interesse da vítima, às vezes ela tem um interesse muito mais restaurativo do que punitivo. Claro, a gente tem que saber o limite, né? No estupro não adianta falar: “Ai não. Então a gente chama o estuprador e ele vai falar que nunca mais faz e pede desculpa aí, tá bom” Não, né, aí, extrapolou o limite que é enorme, né? Mas em outros tipos de violência, em alguns casos, a gente tem agressores que nem sequer entendem o que eles estão fazendo. Isso existe. Eu não estou falando que eles são bonzinhos, mas isso existe, né? E às vezes, eles ficam chocadíssimos quando se percebem agressores, eles ficam muito mal. Então, às vezes, uma roda restaurativa funciona muito mais para restabelecer um ambiente não de conflito. Isso vai ser muito mais importante para a vítima, inclusive, né? É, mas eu tenho que saber diferenciar os casos. Essa também é uma questão para ser

posta, não é? Quer dizer, quando eu vou ouvir a vítima e quando eu vou encaminhar eu tenho que conseguir conversar com a vítima para tentar estabelecer quais são os interesses da vítima, quais são os caminhos possíveis que ela tem e importante para ela, né?

E essa ação de acolhimento, de escuta da vítima. Quem faria esse trabalho que hoje os casos são recebidos pela ouvidoria? São denunciados e tal, mas existiria uma comissão especializada para ouvir essas mulheres tudo mais?

Então, essa cartilha que a gente tá mandando para as unidades é justamente para que as unidades tenham uma comissão, não é? Dentro dessa comissão, seja de direitos humanos, seja de inclusão e pertencimento, eu tenho quem faça dentro desse lugar essa primeira escuta e esse primeiro encaminhamento, né? Depois, isso pode ir para outras comissões, por exemplo, se eu tiver uma comissão processante, né? Será um processo, vai ter uma comissão que vai apurar ali, mas não é uma comissão de acolhimento, essa é uma comissão de apurar uma infração, né? Que é outra coisa. Então a ideia é que cada unidade tenha essa consciência, né? Claro que assim, a primeira escuta, o primeiro encaminhamento pode ser feito por coletivos. Aqui vai chegar de algum jeito. Não necessariamente vai chegar direto nessa comissão. Pode chegar na ouvidoria, pode chegar no coletivo, pode chegar para um funcionário, pode chegar para um docente. Enfim, né? Mas é isso a ideia é que chegue nesta comissão.

E esses são planos que você pretende colocar em em funcionamento ainda esse ano? Para existir essa normativa, esse vídeo, inclusive, tem alguma previsão de quando será publicado? Eu quero muito assistir.

Eu vi ontem, tá bem legal, eu acho que agora em junho que a gente vai começar a rodar ele. A ideia é, inclusive, a partir desse vídeo, fazer umas rodas de conversa, sabe?

Eu acho sensacional sim, acho que tudo você está... eu acho sinceramente assim que essa solução, que é uma das soluções da minha minha tese, inclusive, é esse relacionamento da instituição com as com os coletivos. Eu acho que não tem muito como escapar, né? Porque, como você falou, existe um histórico de insegurança das pessoas denunciarem para a universidade. Acho que isso não vai mudar tão cedo. Eu acho que é fazendo esse trabalho de formiguinha, de fazer diálogos com esses coletivos, para eles confiarem em vocês, de encaminhar a denúncia é um negócio bem legal.

Assim, eu acho que a gente quer desconstruir uma cultura de intolerância, quer mudar uma cultura. Eu acho que esse é o grande papel de uma Pró-reitoria, né? Mudar uma cultura dentro da universidade em relação a vários temas, e só muda a cultura se tiver todo mundo junto. Não adianta processar, não querer ter coletivos, porque uma coisa política não estava sobre nós, né. Quer dizer, é um tema que interessa a todos nós. Não adianta só uma parte querer mudar a cultura, tem que ser todo mundo junto, né? Aí, essa PRIP é o amadurecimento, para não cair nas capturas políticas. É, tem que ter amadurecimento político para não levar essas questões pro lado pessoal. A gente tem um super tema aqui, um tema que interessa para todo mundo. É gravíssimo, né? E só se a gente tiver juntas, a gente vai conseguir, fazer como eu te falei. Quer dizer, se para vocês lá no coletivo chegam casos de violência, pô. A gente tem que trabalhar junto. Porque olha o quão grave que é isso, pelo amor de Deus. Não é? Quer dizer, se a gente não tiver diálogo, né? Se a gente não tiver confiança recíproca, ferrou! Quem vai se prejudicar no final? Nós mulheres.

Com certeza. Nossa, gostei muito da nossa conversa.

Eu também. Eu também já estou ansiosa para te ler.

Ai vou te mandar com certeza. Eu vou apresentar o trabalho na primeira semana de julho. Está super convidada para assistir minha a banca.

Que legal, legal.

Eu te mando o link. Tudo certo, acho que você respondeu todas as minhas perguntas e deixa eu ver que mais que eu te falar, se eu esqueci. Acho que é isso, eu não esperava que você já tivesse um plano super estruturado sobre o tema. É super interessante e eu espero ver ele em ação assim, ainda esse ano acompanhar isso.

Olha, você está super convidada para para dialogar com a gente, tá? Você é pesquisadora, inclusive, sobre o tema. Eu acho super importante a gente manter esse diálogo aberto. Você tem todos os meus contatos. Né? Eu acho que é super importante. Ideias, críticas à mim, sites, falou assim, “professora, ficou sabendo do negócio”, “professora, olha aí, isso aqui na minha pesquisa, eu cheguei a esse resultado, o que você acha?” A gente trabalha assim mesmo, tá? Então assim, se sinta super à vontade para falar comigo quando quiser, nós forma o que quiser sobre as suas questões, porque. É isso que faz mudar.

Sim, com certeza absoluta.

E tem uma coisa que eu falo sempre na faculdade de direito, e isso vale para toda a universidade, que o grande poder transformador sempre veio das alunas. Nessa parte de gênero. Então assim, vocês têm um papel central. Eu falo isso em todo o evento, que eu vou. Essa questão só andou na universidade por causa das alunas. Então assim, a importância de vocês não é pouca, entendeu? Por isso que eu fiquei. Eu gosto muito de dialogar com vocês e eu ouço muito que vocês têm a dizer, porque vocês mudaram as coisas. Então, assim não tem a neura de me procurar.

Maravilha, fico muito feliz, muito obrigada. É assim que sair a pesquisa e eu apresentar, eu vou te mandar com certeza e muito obrigada pela disponibilidade, viu? Por ter separado espacinho na agenda.

Parabéns por tudo.

Obrigada, obrigada. Boa semana, viu? Tchau, tchau.

Um abraço, pra você também. Tchau, tchau.

Anexo 5

Entrevista completa com Profª Drª Ana Regina Martins Moreira, presidente da Comissão Para Apurar Denúncias de Violência Contra as Mulheres e Gênero no Campus de Ribeirão Preto, feita por chama de vídeo.

Bom, para começar, eu vi que a CAV é um meio que uma Secretaria da USP de Ribeirão Preto, é isso?

É, na verdade, nós somos uma comissão. Nós temos 4 funcionários, 4 docentes e 4 alunos alunas são todas mulheres, elas só têm mandato de 2 anos. E a gente renova, ela foi criada em 2016, então você tem uma primeira comissão, 2016, 2018, 2020 e agora mudou de novo 2022, né? Que agora mudou para 23 e 24. Nós fazemos tanto ações preventivas quanto ações de acolhimento, e é mesmo um serviço assim para a comunidade, a gente atende alunos, professores, funcionários... Nós estamos ligados ao conselho gestor do campus, então a gente não está ligado a nenhuma unidade específica. Por exemplo, eu sou da medicina, a vice-presidente, a Daniela, é uma professora da farmácia. Aí a gente tem aluna da farmácia, alunas do direito, nós temos uma aluna trans do sexto ano de medicina também, que faz parte da comissão, então vai começar bem diversificado. O mais diversificado possível. Assim, a gente não tem nenhuma pessoa negra, eu acho. Não temos nenhuma pessoa negra, sim, mas assim a gente tenta representar bastante as unidades e as diferenças de opinião. Nós somos indicadas pelo diretor das unidades. Então assim é são os diretores das unidades que fazem a indicação para o conselho gestor. Aí, o conselho gestor aceita ou não a inscrição e faz a determinação de quem vai ser o presidente. Nesse mandato de 2023 a 2024 estou eu. Eu era

vice na anterior, aí a gente trocou. A Daniele, virou vice, eu virei presidente. Então assim, a gente trabalha com o preventivo. No começo do ano, da época dos calouros, na semana dos calouros e a gente também trabalha assim e agora a gente teve uma tentativa de autoextermínio numa das faculdades.

Então a gente foi na faculdade, viu que tinha sido por causa de um cancelamento que aconteceu com aluna, aí a aluna foi se afastando, ela tentou se suicidar. Então, assim, a gente conversou um pouquinho com o pessoal, se apresentou como comissão, porque assim, por mais que a gente vai na semana de calouros, quando o problema surge, eles não lembram, não sabem das comissões. A gente percebe isso mesmo dentro agora, agora a gente já tem as comissões de inclusão e pertencimento dentro das unidades. Mas mesmo as comissões direitos humanos que a gente tem que nem a medicina, que a gente está começando direitos humanos muito ativa que eu também faço parte, as pessoas não lembram que existe.

Então assim, a nossa situação, como a situação de qualquer outra comissão, ela é bem limitada, então é assim, é o acolhimento. Tirar dúvida, fazer os encaminhamentos que a gente consegue. E a gente não tem apoio nenhum assim nesse sentido de instituição. A gente tem um sistema para poder mandar para o psicólogo? Não tem. A gente tem um sistema para mandar para o psiquiatra? não tem. Aqui a gente tem a facilidade que nós somos um campus que tem muita faculdade de saúde, então a gente tem enfermagem, medicina e tudo. Mas então a gente tem pessoas que tem conhecimento de pessoas da prefeitura municipal, por exemplo, que pode atender, ou então a gente tem uma psicóloga que é da Filosofia, que tem o atendimento do COPI , que é um atendimento para os alunos da Psicologia trabalharem, então eles atendem esses casos. Mas assim é institucionalizado a gente tem muito poucas coisas que a gente pode correr.

Eu sei que vocês são uma instituição, um escritório da USP Ribeirão Preto. Mas se tem algum apoio da PRIP, da reitoria em si, com esse trabalho, tipo, eles te apoiam de alguma maneira?

Então, é que assim, tudo meio que fica meio misturado, porque, por exemplo, eu sou da CDH que tem o apoio da PRIP, então assim, eu não sei

que apoio em que sentido, porque, por exemplo, os comunicados eles mandam pra gente também, da mesma forma que mandam para a comissão direitos humanos para SIP e assim por diante. A PRIP hoje em dia não tem praticamente nada. A infraestrutura deles é uma ervilhinha. Eu sou da Comissão de Heteroidentificação do vestibular, e a gente tem o treinamento, que é obrigatório ter um treinamento com a comissão inteira, e na época era Adriana Alves, ainda que estava como coordenadora da diretoria de Mulheres, Relações Étnico-Raciais e Diversidades e explodiu aquela história do CREU [Conjunto Residencial dos Estudantes Universitários de Ribeirão Preto] da das moradias que queriam reintegrar... E assim, gente, ela estava exausta. Então era tudo na cabeça dela, tudo com ela. Aí com a heteroidentificação acontecendo, esses problemas de moradia acontecendo... ela acabou saindo, né? Da coordenação. Então, se eles não tem infraestrutura, por mais boa vontade, que eu realmente vejo que tenha, tem muita boa vontade do pessoal ainda, eles não tem estrutura para isso.

A gente teve uma conferência de saúde mental aqui em Ribeirão, aí nós tivemos uma reunião de saúde mental em São Paulo. Questão é assim, né? A Unicamp falou da Câmara de Conciliação que eles têm lá, dos treinamentos que eles têm, que é a única que estava a anos luz da gente. Nesse sentido, né? É um campus só, é muito mais fácil você fazer a Unicamp. Uma Unesp da vida, uma USP da vida em termos de tamanho, né? Eles estavam falando sobre a experiência deles. Tem sido muito positiva, inclusive com o nosso, do direito, da psicologia. Mas assim a gente vê que eles tem muita boa vontade, mas eles não têm estrutura ainda. Então, assim, tudo fica meio limitado, mas a gente tem feito iniciativas. Por exemplo, a gente tem um grupo aqui que está reunindo todas as CP, um WhatsApp que a gente está divulgando por ele ter essa semana de saúde mental que foi em maio. A gente fez eventos no dia, se organizou para fazer os eventos. Mas ainda o negócio está. Muito incipiente assim. Tem menos do que um ano, a princípio ainda.

E quando você diz falta de estrutura, você quer dizer falta de orçamento para fazer as ações ou falta de pessoas para trabalhar?

Não é que já estou a ver, são pessoas mesmo, sabe? Você tocar as coisas com estagiária é muito difícil. Você precisa de pessoas que guardam memória, por exemplo. Eu trabalhava, né? Eu entrei aqui em 2004. Eu sou um bebê aqui dentro, perto dos outros funcionários, mesmo tendo quase 20 anos de serviço. Então, assim, essas pessoas mais antigas, elas têm uma memória da universidade. Isso é que é uma coisa muito importante, então a gente precisa de funcionário mesmo. E outra, eu também entendo que lá não é um lugar para você ter qualquer um. A gente vê nas comissões que você precisa ter pessoas que elas têm um pouco de afinidade com o assunto. Eu trabalho também, eu faço meu trabalho para um sindicato da Polícia Civil de Santos e lá a gente tem muito questionamento dos policiais, que são enviados para as Delegacias da Mulher que eles não têm afinidade. O Delegado Seccional põe na cabeça, vai remanejar para para a delegacia da mulher e manda a pessoa para delegacia da mulher. Então assim eu vejo que a gente não tem treinamento para essas pessoas, não é qualquer um que pode trabalhar e a gente hoje não tem estrutura pra isso.

E a gente tem um outro problema também, a gente tem um Ministério Público, que fica no nosso pé o tempo todo. Se você disser 'Ai eu vou criar uma bolsa para ter psicólogo para os alunos'. Pelas contas, não vai aceitar, o Tribunal de Contas, não aceita que seja dado serviços médicos para aluno. O Tribunal de Contas não aceita nem que a gente tenha aqui uma ambulância para atender as nossas ocorrências, porque eles falam que aqui é cidade, como é a cidade de Ribeirão Preto, então a gente não pode ter aqui dentro estruturas diferentes que a cidade pode oferecer. Então a gente também tem esse outro problema, a gente sabe que os alunos estão doentes. A gente sabe que a pandemia piorou tudo, exacerbou tudo. A gente está vendo agora com o pessoal que está aqui. Nós temos o primeiro ano inteiro, só ano passado tinha alunos que realmente estavam presenciais. Esse ano está explodindo de denúncia, mas é mais coisa de internet, *WhatsApp*, *Instagram*, essas coisas erradas. Estourou o ano passado, tá estourando esse ano...

Mas assim, estupro, violência em si a gente tem pouca ocorrência. Quando chega para a gente é muito pouco, realmente é muito pouco. A gente tem, nesses 4 últimos anos, a gente tem 2 ocorrências.

E quando isso ocorre, como acontece o acolhimento? Assim, vocês encaminham para denúncia na ouvidoria ou vocês fazem um acolhimento mais psicossocial e tal da pessoa ter que encaminhar para o delegado ou um hospital, alguma coisa do tipo?

Uma coisa que é importante aqui dentro, a gente fortalecer os coletivos. E os centros acadêmicos por aqui, porque normalmente são essas pessoas que estão nas festas. E essas coisas [violência sexual] acontecerem por lá. Por aqui não tem mesmo, tipo na casa do CREU. Pelo menos não, até hoje eu não vi acontecer. Pode até ser que tenha acontecido lá atrás, mas é nesses seis anos que eu estou aqui, não vi. Quando acontece, acontece mais fora daqui, em festas. Então, assim a gente tem que fortalecer essas pessoas para saberem o que fazer nessas festas e explicar para o pessoal o que acontece quando existe um evento desse, porque, por exemplo, uma coisa que a gente já pediu, e aí não sou eu que só falo isso, a gente precisa criar protocolos aqui dentro para atendimento disso, só que assim que que acontece de verdade. Porque a USP não tem poder de atuar nessas festas, mesmo um caso de estupro que você chega pra gente que aconteceu numa festa ou entre 2 alunos fora daqui do campus. A gente não tem competência, não é da nossa alçada cuidar desse tipo de coisa, nem parecer jurídico disso nesse sentido.

O que a gente faz é acolher a vítima. Explicar tudo para ela, o que pode acontecer e assim eu sou advogada de formação. Aí a gente tem psicólogo também na comissão, então a gente faz os 2 apoios aí, o que que a gente pode estar falando e conversando com as pessoas, falando da importância dela fazer um boletim de ocorrência, se for o caso. Mas assim, dentro da comissão o que a gente faz é orientar você, “Ah, se abrir um boletim de ocorrência, vai acontecer isso, isso, isso. Se você fizer isso acontecer isso, isso, isso”. “Ai eu estou precisando do atendimento psicológico” A gente faz até um encaminhamento CUPPI, mas vai depender da vaga dele, entendeu? Então assim é a gente indica.

Até a Defensoria Pública, por exemplo, se for um caso, já vira um processo contra alguém. É que assim nós tivemos uma mudança muito grande na lei, em 2018. Até 2018, não sei se você sabe, o estupro era considerado um crime que você tinha que apresentar, fazer uma representação em 6 meses. Se

não é um processo, que não ia existir, né? De apuração e tudo mais. E depois de 2018, com a criação da importunação sexual, do tipo penal, importunação sexual e a mudança dela de pública incondicionada, que é a forma de ser tratada no ordenamento. Então, agora, qualquer denúncia de estupro que é feita numa delegacia, ele é apurado de qualquer forma. Não precisa mais você ir lá de novo e representar, como havia antigamente. E quando a gente faz esses treinamentos, essas conversas que a gente tem com os alunos em semana de de calouros e tudo mais, a gente fala da importância, inclusive do exame de corpo delito. Porque onde você vai colher a prova? Então, assim explico, olha o corpo de delito, qual que é importância de escolher prova, a importância de você ser submetida, a que ela tenha uma Pep, uma profilaxia.

Se pensar na saúde e a gente dá todas as informações nesse sentido, conversa. Quando a gente faz o acolhimento, a gente fala tudo a mesma coisa. Pergunta, o senhor já procurou isso? Porque quando chega pra gente o negócio já tem uma semana, um mês, já tem bastante tempo, aí não vai nem adiantar mais o Pep.

Entendi, e então vocês fazem conversas com os coletivos de anti opressão das atléticas, dos coletivo das mulheres?

A gente tenta marcar o máximo de pessoas possíveis, só que assim, muitas vezes a gente fala pra pessoa convertida, né? A gente fala para os convertidos porque às vezes realmente uma outra pessoa, que precisaria estar ali, não está. Agora a gente já observou algumas coisas. Por exemplo, primeiro que as vítimas sentem muita, sentem culpa. Um número impressionante, assim. Eu até entendo porque elas sentem como se você não tivesse colocado aquela roupa, se não tivesse saído com fulano... Sabe, assim fica, achando que elas têm alguma culpa na história e não tem. Elas foram vítimas. E outra coisa, quando uma pessoa abre a boca, se você procurar, o comportamento é reiterado. De todas as pessoas nesses 6 anos que eu estou aqui, que a gente apurou, esse comportamento não era de uma única pessoa, da daquele caso para aquela pessoa. A pessoa já tinha comportamento misógino, já falava besteira por aí. E uma série de coisas, então assim não era um comportamento único. Isso a gente já reparou em todos os atendimentos.

E além dessa conexão com os coletivos, com os centros acadêmicos, vocês fazem campanhas de comunicação para para prevenção, para acolhimento desses casos, como é que funciona?

Então a gente tenta, assim, a gente faz algumas datas comemorativas, dia da Mulher e assim por diante. É, a gente está atualizando a nossa página agora.

Qual é o Instagram de vocês? Eu cacei, cacei, não achei.

Não temos, não tem ninguém pra isso não, não tem ninguém, tá?

Mas por onde que ocorre a comunicação? A maior parte dela.

Ocorre Google forms no site. Se você colocar CAV Mulheres Ribeirão Preto vai aparecer o link lá da página da prefeitura, aí lá tem o linkzinho para o formulário, mas a gente tem um QR Code que a gente coloca no banner no começo do ano. Olha, nós temos cartazes. Ai, espera aí, vou pegar o cartaz, para você dar uma olhada. Esse aqui está no mural da pós-graduação e da graduação das unidades.

Vocês têm a versão digital dele, tipo uma imagem, algo do tipo? Você pode mandar para mim, por favor.

E a gente tem uma cartilha também, que agora a gente tá reformulando. A gente tem uma cartilha muito boa aqui na medicina, na CDH, de assédio moral e sexual no trabalho. Então a gente vai recolocar essa, então, assim, não precisa reinventar a roda. O que a gente, está fazendo é pegar assim, tem uma publicação muito boa da enfermagem sobre primeiros socorros de saúde mental, então a gente vai reunir ali alguns materiais. A gente vai tentar colocar um site da USP, porque a gente está muito escondidinho lá dentro da prefeitura do campus e é uma página antiga que não tem como ficar fazendo alteração, sim. Então já fazer um arroba USP mesmo para nós.

Ai, que legal, que legal.

Agora, o Instagram é tipo assim, eu não tenho Instagram, eu tenho, eu tenho um post da minha cachorra [risos]. Você procura dois pugs, Mickey e Maia e está lá, pô. Minhas filhas não tem, a Daniela também não tem, a gente não tem tempo. Então eu te falei, eu participo de três comissões e tem o meu serviço, que eu não deixo de fazer. Então, assim, a gente também está meio estrangulada, e não dá tempo de fazer essas coisas.

E vocês, além desses cartazes, vocês fazem rodas de conversa também com os alunos?

Isso, apresentações, rodas de conversa, por exemplo.

Mas isso é mais para público geral ou para essas comissões?

Não, tudo para os alunos. Por exemplo, a gente está agora intermediando um conflito. Porque assim não é só punir as pessoas, tem muita ideia da punição. Então, por exemplo, que nem esse caso aí do de um dos estupros que teve foi fora daqui. Foram dois alunos, uma da filosofia e o aluno do direito. Ele tem um histórico de misoginia e tudo mais. O que que a gente faz com a pessoa? Vem aqui, faz a denúncia. A gente faz o acolhimento, relata esse acolhimento, mostra para ela, falou assim, é isso mesmo, quer denunciar? Quer dar segmento? “Ah, Quero dar segmento”.

Aí a gente põe no protocolado no processo da USP e manda para o diretor da unidade, porque só o diretor tem possibilidade de fazer qualquer coisa no estatuto da USP. Quem tem algum tipo de poder de punição. Só só os diretores. Então não adianta ninguém. Tem que ser o diretor da unidade, então a gente abre um protocolozinho, que aquele rosinha, ponto, credencial, confidencial, e eu mando pro diretor da unidade. É esse diretor da unidade. Ele pode sentar em cima do processo. Aí ele pode dar andamento, abrir uma sindicância, abrir um processo administrativo disciplinar, ele pode fazer o que ele quiser. E a gente cobra a resposta depois de quais foram as providências

tomadas. Nesse caso, por exemplo, do aluno do direito, o que que aconteceu? O diretor chamou um professor para participar da comissão para analisar.

Só que esse professor, ele era promotor. Faculdade de direito. E ele tem por dever de ofício cuidar de qualquer tipo de denúncia nesse sentido. O que ele fez? Foi na delegacia da mulher, abriu um boletim de ocorrência de estupro. E eles estão investigando. Independente se essa menina queria ou não. Então a hora que sai das nossas mãos, a gente não tem muito controle do que acontece.

Mas assim, alguns deles a gente manda com sugestão de abertura de sindicância e outros. A gente não tem muito o que fazer porque, por exemplo, isso aconteceu fora dos muros da universidade. Não foi, por exemplo, num congresso que a universidade estava promovendo, nada. Porque a gente só pode atuar fora do campus quando é alguma coisa que é organizada pela gente. Então o Congresso é organizado pela gente? Às vezes um passeio lá de exploração de alguma coisa, mas não era o caso. Entendeu? Eram duas pessoas que saíram e foram para um bar.

Então a gente não tem poder para isso, e aí? E aí tiveram todos os desdobramentos.

Sim, e você disse que acha que teve dois, quatro casos nos últimos quatro anos de violência sexual, certo? Você acha que os casos de violência sexual, tanto na USP de Ribeirão quanto todos os campus, acha eles são subnotificados? Que na verdade existem muito mais casos, mas as pessoas têm vergonha de denunciar ou não denunciam por causa que acha que não vai dar em nada? O que você acha?

As pessoas não denunciam principalmente, por vergonha. É aquela ideia de que era assim mesmo, sabe? Eu só fui mais uma vítima. Aham, essa ideia de vergonha. Sim, porque acha que não vai acontecer nada, principalmente no judiciário, sim. Porque eles até relatam aqui dentro, mas aqui dentro, sabe? Porque a gente tem limitação, porque uma das coisas que a gente deixa muito claro no atendimento é a nossa limitação. Até nas palestras a gente fala, olha o nosso maior poder aqui dentro é de informação. A gente não tem poder punitivo. Mas que nem esse caso desse menino aí que eu estou falando. As

meninas do coletivo depois falaram que já tinha tido muito mais casos, mas nenhum deles tinha chegado a ver uma denúncia.

Aham, entendi. E eu vi que vocês foram criados em 2016, certo? Foi junto com o USP Mulheres ou não tem nada a ver? Tipo, foi o mesmo movimento?

Em 2016, eu sei que existe um ofício, Quem que era o reitor na época... 2016 era o Zago. Ele era de 2014. Para que as unidades se organizassem. Para acolher denúncias de assédio tudo mais. E aí que foi criado o USP Mulheres. A CAV foi criada por DHC na Medicina. Então, assim, existia um ofício, uma determinação da reitoria, para que a gente conversasse, se organizasse nesse sentido. Tem unidades que não fizeram nada, tem unidades, por exemplo, aqui em Ribeirão Preto não vão nem montar CIP porque eles não tem funcionário para trabalhar, tipo assim, nenhum secretário. E veio com a recomendação, e aí, por exemplo, a medicina montou a CDH, o conselho gestor montou a CAV e os pilares de São Paulo devem ter montado em escritório o USP mulheres e assim por diante.

Vocês sentem que, por ser de Ribeirão Preto vocês têm menos apoio da reitoria assim do que se fosse um escritório de São Paulo?

Bom, não vejo, não, a gente não sente essa diferença. Se eu te dissesse isso há 6 anos atrás, ia ser mentira, porque, por exemplo, há 6 anos atrás você tinha que ir lá em São Paulo para ter treinamento, e hoje em dia você faz tudo online depois da pandemia. Então, tipo assim, vai ter um curso, vai ter uma palestra, eles transmitem pelo YouTube. Então a gente tem as mesmas oportunidades nesse sentido e agora a Unicamp abriu 40 vagas para um curso de mediação de conflito que eles têm muito legal, inclusive, que é reconhecido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo para você atuar como mediador e conciliador. Eles reservaram 10 vagas para USP. Mandaram e-mail para cá, mandaram e-mail para CDH para ver se a gente quer participar. Só que é em Campinas e presencial. A gente está na fila de espera, teve muita procura,

então tipo assim, às vezes um curso que tem rolar, mas hoje em dia está tudo tão assim que basicamente a igualdade está muito, muito perto.

E você, acha que a PRIP faz o trabalho dela de evitar casos de estupro? Ou você acha que ela podia fazer alguma coisa a mais?

Olha, hoje em dia a gente não tem nenhuma ação. Para evitar, evitar, mesmo, a gente não tem nenhuma ação, mesmo porque aquilo que eu te falei não acontece aqui dentro dos nossos muros. A gente precisa mais de uma conscientização da masculinidade tóxica, esse comportamento machista que infelizmente nos últimos quatro anos, nós tivemos aí uma pessoa que era o presidente da República, que cultivava isso na cabeça das pessoas, dessa questão do homem imbrochável. Então assim, nós tivemos um retrocesso. Eu acredito nesse sentido, dessa visão do homem com o patriarcado e tudo mais.

Então, assim a gente vai ter que demorar um pouquinho para recuperar isso daí, só que uma outra coisa também, que a gente não considera e é uma coisa que a gente precisa começar a levar em consideração é a criação das pessoas. Por exemplo, quando chega aqui a gente tem aluno de tudo quanto é parte do país, de partes do país que ainda é muito patriarcal. Então assim, eles não percebem uma coisa que a gente conversa, às vezes você vai fazer uma conciliação, alguma coisa, e os meninos não percebem que eles estão sendo machistas e para eles, aquilo é o dia a dia deles. Por exemplo, se eu não ensinar minha filha a vida inteira que ela tem que ficar numa fila para poder comprar alguma coisa, e se eu for aquele pai, toda hora, dá um jeitinho toda hora é fura fila, ela vai achar que furar fila é o normal? Eu fazer a fila que está errado.

Então a gente percebe muito que esses meninos, eles não têm noção do que é errado do que é certo. Nesse sentido, sabe, ele já chegou aqui com uma mentalidade deturpada, porque está abrindo as asinhas, está longe do pai e da mãe e ainda com uma criação dessas, explode.. Aí piorou com as mídias sociais. O que você faz atrás de uma tela? Eles acham que eles são intocáveis, não é? E uma das coisas que a gente fala muito nas palestras é também desse crime aqui, esse crime aqui não fala. Se ele está atrás da tela, se ele é

pessoalmente, crime é crime, pronto e acabou. É por um pouquinho de medinho neles também, porque tem que explicar isso sim.

Então você acha que a PRIP poderia fazer mais campanhas nesse sentido? Assim, de conscientização na masculinidade tóxica de prevenção e mostrar para eles o que é o crime, o que é o assédio e tudo mais.

É, e protocolos também, protocolo de atendimento, porque assim, por mais que a gente tenha boa vontade, eu não tenho. Poder para isso, entendeu?

E outra coisa também. A gente precisa de uma coisa que eu que eu tenho falado muito com as professoras. É dos cursos, assim que a gente tem ido, porque assim o pessoal espera chegar num estado em que explode. Em vez de você ter, por exemplo, uma Câmara de Conciliação, onde os conflitos são colocados, você tenta intermediar o conflito antes dele virar um problema. Então, por exemplo, a gente está com um caso agora de uma professora. E um aluno que é o novo presidente do centro acadêmico. E é só brigando. Um quer que o outro retrate o outro. Ai eu vou para a justiça, aí eu vou na reitoria. Então vamos tentar resolver, fazer essa mediação antes que o negócio exploda. É mais nesse sentido, eu acho que a gente peca talvez um pouquinho por falta de protocolo. Eu acho que se a gente tivesse algumas coisas que eu sei que é que nem lei lei você faz para a teoria, você faz para o caso teórico nessa, nunca é. Nunca consegue fechar todas as arestas para que quando acontecer o caso concreto, você tem uma solução perfeita. Você nunca vai ter uma luz. Por mais que você faça um protocolo, você tem o passo a passo. Aí se acontecer isso, se acontecer aquilo, ver todas as brechas, mas você não consegue, mas você vai aperfeiçoando.

Eu acho que ter um protocolo de atendimento seria importante. Agora também não sei se é possível isso, porque porque o campus de São Paulo é um o campus de Ribeirão é outro. O campus de Pirassununga é outro. São locais assim, completamente distintos. Aqui a gente tem uma estrutura da prefeitura lá, chama outra estrutura da prefeitura. Então talvez a gente tenha que ter cada campus montar o seu próprio protocolo e um desenho tem um protocolo padrão mãe, mas cada um tem que desenhar o seu próprio protocolo.

Sim, mas quando você tem aquele protocolo, não sei se já ouviu falar um que a USP Mulheres fez que é um protocolo de atendimento para casos de violência de gênero. É meio que uma cartilha feita pelo USP mulheres. Vocês já tiveram acesso a esse material. Vocês usam ele?

Então a gente não tem assim relatado violência de gênero a gente não teve nenhuma até hoje. O negócio é meio velado. O que a gente está fazendo agora enquanto CDH é lançando um cartaz para uso de banheiro, usar banheiro que do gênero que se identifica, não sei, mas aí, violência de gênero nesse caso é mais machismo, violência sexual e tal, de homofobia e que os país tem? Porque essa gente realmente não teve até hoje, está bem?

Mas assim não. Olha, eu lembro desse coiso, mas faz muito tempo que eu olhei. Ele precisa até dar uma revisitada nele.

Aham, entendi. E então é uma coisa que eu não sei se você também já ouviu, mas teve uma reunião da do coletivo Não Cala USP, que fez meio que uma carta “USP sem assédio” para reitoria, tudo mais, falando que no em todos os outros campus deveria haver, assim como Ribeirão Preto, um centro de acolhimento de violência contra a mulher. Eles falaram, fizeram aqui uma carta falando que queriam um centro de acolhimento para vítimas de assédio, que rola muito lá aqui em São Paulo e tudo mais. E vocês acham que vocês fazem a diferença em Ribeirão Preto, que seria legal ter outros centros de acolhimento em São Paulo, em outros Campos também?

Pô, uma coisa que a gente discutiu muito. Nós fomos em uma pré-conferência, uma conferência de saúde mental ano passado aqui no campus, num sábado e domingo. Eu estava na comissão de violência. E junto nessa comissão estava o professor Nuno, que é o antigo diretor da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto. Ele tem uma fala muito interessante no seguinte sentido, nós precisamos ter multiportas de acolhimento, de denúncia. A USP não tem, e quer diminuir a quantidade. A gente precisa aumentar, porque por exemplo, a gente estava com um caso que ainda está rolando, de uma denúncia de uma aluna de

pós-graduação contra o seu orientador. Só que o marido da dessa professora é o presidente da Cp. Então não adianta eu ir na unidade falar com o presidente do Cp. Tem que ir lá para o diretor, o Rui. Então assim, ela não podia denunciar isso dentro da própria unidade, nem se tivesse CDH, porque o negócio ia morrer lá. Então assim, a gente precisa realmente ter diversos canais de denúncia aqui dentro para que as pessoas procurem aonde elas se sentem bem.

Uma outra coisa, você sabe que agora mudou a lei, a CLT, no ano passado, falando que a CIPA agora é a Comissão interna de prevenção de acidentes e assédio. Então, por exemplo, as CIPAs aqui de Ribeirão Preto já se organizaram e que eles vão sim, ter um treinamento. Daquela primeira conversa, ainda, nenhuma coisa é feita para fazer um encaminhamento para outras comissões. Sim, porque essas outras comissões têm mais treinamento, tem mais afinidade do que a CIPA tem hoje em dia, e eles nem tem interesse nisso. Criaram porque a CIPA é a única comissão que existe. Que é obrigatório em toda a empresa. E olha que a gente está organizado, mas fora daqui você pega outras empresas particulares, elas não estão organizadas, então aí a CIPA vai ser primordial. Então assim eu sou favorável a ter o máximo de comissões.

A nossa comissão tem essa importância, pelo fato da gente não estar ligado a nenhuma unidade e uma outra preocupação que a gente tem, por exemplo, a gente vai ter uma denúncia da filosofia, quem é da filosofia não participa do acolhimento. Porque essa pessoa da filosofia, ela pode cruzar com essa pessoa, dando aula, alguma coisa assim, então quem é da unidade não participa do acolhimento. Tirando eu que sou a única formada em direito. Que às vezes, por exemplo, eu não participo da medicina, mas se precisar de alguma coisa, eu ajudo. O restante do pessoal, a gente tenta fazer o máximo de isenção possível, vem alguém da farmácia, ninguém da farmácia participa do acolhimento e assim por diante. Tentamos também dar uma resguardada nesse sentido, assim é sigilo, é carinho com a pessoa, é dedicação ao serviço. É difícil de mensurar.

Outro dia, o pessoal falou assim: “ai vocês podiam fazer uma estatística”. É difícil, porque você começa uma conversa, duas conversas, três conversas, que duram um ano e meio. A gente tem um caso aqui está no 16º

e-mail que a pessoa está querendo largar o doutorado, largar o doutorado por 4 anos por causa de assédio do orientador. Então a gente está tentando ser ativa, vai lá e fala com o. Diretor, vai lá e fala com não sei quem. É difícil, sim, é complicadinho, mas assim, não tem e eu acho importante a gente ter multiportas, ter onde a pessoa se sentir bem, ela ser acolhida e essas pessoas terem treinamento para isso.

Se eu acho que a gente precisa, nós como comissão, precisamos de um pouco mais de treinamento, talvez. Melhoraria isso e melhoraria as diretrizes que seriam esses protocolos. Aí aconteceu isso. Por exemplo, esse parecer em que a gente não pode atuar em casos acontecidos fora do muro. É um parecer de 2013, acho que é. Sabe, então, as informações mais atualizadas, outras coisas nesse sentido, assim, aproveitar todas as cartinhas que a gente, já tem pronta. A cartilha de assédio moral no trabalho que a gente tem aqui é muito bem feita aqui na medicina. Não precisa fazer outra. A gente quer dar uma revisitada nela e colocar na PRIP. Ninguém aqui está se omitindo, às vezes até de ajudar, entendeu? Mas se a gente precisa de algumas pessoas, mas eles não têm perna hoje em dia, a PRIP não tem perna. Mas boa vontade, ela tem. Não tem perna. Ela não tem funcionário para isso.

Eu conversei com ela semana passada também para o trabalho. E é isso. Ela tem vários planos, mas você não consegue ver isso acontecendo, sabe?

E é frustrante, sabe. O pessoal, pois muita fé nessa pró-reitoria, porque eram coisas que já estavam acontecendo. Eram coisas que iam explodindo, explodindo, explodindo e alguém dava um jeito. E agora realmente você tem um responsável. Só que esse lugar não está estruturado ainda e o pessoal está começando a ficar muito frustrado com isso. Mas é uma questão de ter noção que na universidade de 1 ano não é nada. Eu estou aqui há 20, falei, eu sou um bebê aqui dentro. Então assim, se a pró-reitoria conseguir se estruturar em 45 anos, já vai ser um ganho. Tem essas vagas novas agora dos concursos, que vão abrir, o reitor já prometeu 91 vagas, né? Para o projeto a professora ela precisa ter algumas dessas vagas, sabe? Incentivar transferência, criar

cargo lá para a pró-reitoria. Você atrai pessoas para poder ir trabalhar lá de outros lugares, mas assim a gente tá...

Eu já trabalhei no RH muitos anos. Hoje nós temos 340/380 funcionários. A gente chegou aqui a ter 500 funcionários, a gente está com uma estrutura muito menor e uma pessoa fazendo entrevistas, 34 pessoas. Está muito difícil mesmo, está bem difícil. E não dá, é o tipo de coisa que estagiário ajuda muito, mas ele não toca serviço. Ajuda muito, muito mesmo, mas eles não tocam serviço.

Bom, acho que é isso. Respondeu a maior parte das perguntas, já, muito obrigada pelos esclarecimentos. Muito obrigada mesmo. Minha pesquisa está muito mais enriquecida.